

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2008

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

— João Emílio Gazzana

— Luiz Carlos Everton de Farias

— Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

— Oswaldo Serrano de Oliveira

— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

— Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Biágio de Oliveira Mendes Júnior

(Gerente de Ambiente)

Antônio de Castro Queiroz Serra

(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Airton Saboya Valente Júnior

(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

Equipe Responsável

Autores: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo Júnior, Daniel Barboza Guimarães, Francisco Ferreira Alves, Francisco Raimundo Evangelista, Laura Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas, Maria Simone de Castro Pereira Brainer, Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Antônio Rodrigo Félix Rodrigues, Deborah Régis de Almeida, Germano Bezerra de Melo e Valéria Falcão de Souza.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Revisão Vernacular

Edmilson Nascimento da Silva

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino (Bibliotecária-CRB3/921)

Diagramação

Franciana Pequeno da Silva

BNB/Etene

Av. Pedro Ramalho, 5700 - BL. A2 - Térreo - Passaré
Fortaleza - Ceará - Brasil - CEP 60.740-000

e-mail: conjuntura@bnb.gov.br

fone: (85) 3299.3033

Nota do Editor: A partir desta edição, os textos da Conjuntura passam a adotar as regras da reforma ortográfica vigente desde 1º/01/2009.

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 19 (out. - dez. 2008) - . - Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2008 -

106p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 19

Outubro-Dezembro 2008

SUMÁRIO

05	1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
05	Cadeia Produtiva do Caju no Nordeste Brasileiro
11	2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
15	3. NÍVEL DE ATIVIDADE
15	3.1. Produto Interno Bruto (PIB)
24	3.2. Produção Industrial do Brasil
28	3.2.1. Produção Industrial do Nordeste
38	3.3. Comércio
38	3.3.1. Desempenho do Comércio no Brasil
40	3.3.2. Comércio no Nordeste
42	3.4. Produção Agropecuária
42	3.4.1. Agronegócio
42	3.4.1.1. Desempenho do PIB e do faturamento
48	3.4.1.2. Balança Comercial do Agronegócio
50	3.4.2. Agricultura
62	3.4.3. Pecuária
67	4. EMPREGO E RENDIMENTO
67	4.1. Brasil
68	4.2. Nordeste
71	5. SETOR EXTERNO
71	5.1. Balança Comercial Nordestina
81	6. FINANÇAS PÚBLICAS
81	6.1. Governo Federal

81	6.1.1. Resultado Fiscal do Governo Central
83	6.1.2. Dívida Pública Federal
85	6.1.3. Necessidades de Financiamento do Setor Público
85	6.2. Estados e Municípios do Nordeste
85	6.2.1. Arrecadação e Participação do ICMS na Receita Líquida dos Estados Nordestinos
90	6.2.2. Transferências Constitucionais
92	6.2.3. Transferências Voluntárias
95	7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
96	7.1. Brasil - Depósitos e Operações de Crédito
100	7.2. Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito
103	7.3. BNB - Depósitos e Operações de Crédito

1 - Avaliação e Perspectivas

Cadeia Produtiva do Caju no Nordeste Brasileiro¹

*Carlos Enrique Guanzirolí²
Hildo Meirelles de Souza Filho³
Aírton Saboya Valente Júnior⁴*

Em seu contexto mais amplo, a cadeia produtiva do caju compreende um conjunto de atividades que geram um grande número de produtos intermediários e finais. O principal produto final é a Amêndoa da Castanha de Caju (ACC). Do processamento da castanha (verdadeiro fruto) resulta também o Líquido da Castanha de Caju (LCC), de elevado valor comercial. O pedúnculo, por sua vez, possibilita a produção de bebidas (notadamente o suco e a cajuína) e outros produtos (sobretudo doces e ração animal). O caju é ainda vendido como fruto de mesa. Entretanto, estima-se que mais de 90% dos pedúnculos são desperdiçados, ou seja, trata-se de um subproduto pouco aproveitado na cadeia produtiva do caju.

A indústria de insumos do caju compreende principalmente as atividades de produção de fertilizantes, defensivos e mudas. A produção de mudas de cajueiro anão apresenta-se como uma atividade em expansão e rentável, embora para um grupo restrito de produtores. Observações de

campo indicaram a existência de barreiras à entrada nesse mercado.

Na produção rural, há grande heterogeneidade em termos de nível tecnológico. Destacam-se os sistemas voltados para o cultivo tradicional do cajueiro gigante e aqueles direcionados para o cultivo de variedades recentes do cajueiro anão, desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A maioria das plantações de cajueiro gigante encontra-se na fase final de seu ciclo de produção, muitas delas com cerca de 30 anos, resultado dos programas de incentivos governamentais implantados no Nordeste nos anos 1970. As plantações de cajueiro anão são recentes e têm sido incentivadas como alternativa de reposição dos velhos cajuais. A cajucultura é desenvolvida tanto em pequenas quanto em grandes e médias explorações rurais.

A maioria dos produtores de caju fornece a castanha. Ainda nas propriedades rurais, a castanha é separada do pedúnculo, secada ao sol e

1 O presente texto está baseado no “Estudo da Cadeia Produtiva do Caju”, desenvolvido em 2008 pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

2 Professor da Universidade Federal Fluminense e Consultor do IICA.

3 Professor da Universidade Federal de São Carlos e Consultor do IICA.

4 Coordenador da Célula de Estudos e Pesquisas Rurais e Agroindustriais, do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), do BNB.

vendida, em sua grande maioria, para corretores (intermediários). Produtores com grande capacidade de obter maior escala na entrega, conseguem vender castanha diretamente para a indústria de processamento.

As explorações rurais podem destinar o caju para quatro principais atividades na sequência da cadeia de produção: para os corretores de castanha (intermediários); diretamente para a indústria processadora de castanha; para a indústria de processamento de pedúnculo (sucos e doces); e para os distribuidores do caju de mesa.

O processamento do pedúnculo e a distribuição de caju de mesa são atividades que atendem exclusivamente ao mercado interno, enquanto as atividades relacionadas com o processamento da castanha são direcionadas tanto para o mercado interno quanto para o externo. Em algumas regiões desenvolveu-se a indústria da cajuína, aparentemente rentável. Observou-se que no Piauí haveria mercado suficiente para expandir essa atividade, o que parece não se confirmar em outros estados, onde é menor a demanda desse produto. Alguns produtores fabricam também mel e rapadura de caju para o mercado da merenda escolar.

O processamento da castanha do caju constitui a principal atividade. Tem sido realizado por grandes unidades industriais e minifábricas. As minifábricas são mais intensivas em mão-de-obra, enquanto as grandes unidades industriais possuem etapas mecanizadas, notadamente o corte, o que impõe diferenças em rendimento de produto e subprodutos. Por exemplo, o corte manual, utilizado nas minifábricas, resulta em melhor rendimento em termos de ACCs inteiras, enquanto nas grandes unidades industriais há melhor aproveitamento de LCC, que é destinado às indústrias de materiais de fricção e química.

No triênio 2005–2007 a produção anual média brasileira de castanha de caju foi de 190.968 to-

neladas. A de amêndoas (ACC) ficou em 517 mil toneladas, das quais 88% (45,5 mil toneladas) foram exportadas, sendo o restante destinado ao mercado interno. Os principais compradores no mercado internacional são os *brokers* e a indústria de alimentos. Esta última realiza a torra e a salga para venda no mercado de *snacks*, e utiliza o produto na composição de outros alimentos (panificação e confeitaria, como doces, bolos, biscoitos e sorvetes). No mercado interno, a ACC tem destino semelhante, mas a presença de intermediários é menos proeminente, e as unidades de processamento domésticas (grandes empresas e minifábricas) assumem as etapas de torra e salga.

Cenário Internacional

As exportações mundiais de ACC alcançaram, em 2006, US\$ 1,3 bilhão, correspondente a 280 mil toneladas. Os maiores exportadores mundiais foram a Índia o Vietnã e o Brasil. Naquele ano, a Índia foi responsável por 39% das exportações, seguida do Vietnã, com 29%, ocupando o Brasil a terceira posição, com 15%. Entre 2002 e 2006, o valor das exportações cresceu 9% ao ano, enquanto o volume aumentou 16% ao ano. Destacase o acelerado crescimento das exportações do Vietnã, que desde o início da década deslocou o Brasil da segunda posição.

Os maiores importadores mundiais de ACC são os Estados Unidos e a União Européia. Em 2006, os EUA foram responsáveis por 43% das importações mundiais, enquanto a União Européia importou 27%.

Além de grandes produtores de castanha e ACC, e de liderarem as exportações de ACC, a Índia e o Vietnã são também os maiores importadores de castanha. Em 2006, foram responsáveis por 88% das importações mundiais. Os principais fornecedores são os países africanos e a Indonésia, que abastecem principalmente a indústria processadora da Índia.

A produção de ACC resulta do processamento da castanha de caju a uma razão técnica de 0,21, ou seja, para um quilograma do produto, tem-se como resultado 210 gramas de ACC. Assim, para atender ao crescimento da demanda mundial de ACC, a produção de castanha teve que crescer em ritmo semelhante. Levantamentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apontam que a produção mundial de castanha cresceu de 733.428 toneladas para 3.186.039 toneladas entre 1990 e 2007. Vietnã, Índia, Brasil e alguns países africanos (destacando-se Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria e Senegal) são os maiores produtores mundiais. Deve-se registrar, desde o final dos anos noventa, o crescimento mais acelerado do Vietnã, atualmente o maior produtor mundial. Mais recentemente, assiste-se também ao crescimento da produção africana, impulsionada por programas de expansão da cultura e da capacidade de processamento implementados por alguns países. Dados recentes divulgados pela FAO indicam que a Nigéria, maior produtor africano, teria ultrapassado a Índia no ranking da produção mundial.

O Brasil tem também apresentado crescimento de sua produção nos últimos anos, mas em ritmo inferior ao registrado pelos maiores produtores. Comparando-se a produção média brasileira do triênio 2005–2007 com a do triênio 1995–1997, observa-se um crescimento de 20%, bem inferior aos 305% do Vietnã, aos 49% registrados na Índia e aos 473% verificados na Nigéria. A área colhida também cresceu significativamente durante esse período, embora também em menor escala no Brasil e na Índia, que já eram grandes e tradicionais produtores. O crescimento da produção tem sido viabilizado pela adoção de inovações tecnológicas (novas variedades, espaçamento e reforma de cajuais antigos, via renovação de copas). Como decorrência dessa modernização,

observa-se também o aumento da produtividade. No Vietnã, cuja produtividade é a maior dentre os principais produtores mundiais, a produção média por hectare saltou de 1.204 kg para 2.705 kg durante o período acima referido, correspondendo a um aumento de 125%; na Índia, aumentou de 625 kg para 692 kg (10,7%), enquanto na Nigéria mais do que triplicou, passando de 576 kg para 1.971 kg. No Brasil, o rendimento cresceu apenas 3% durante o período mencionado, mantendo-se o país com o menor índice dentre os principais produtores: 269 kg/ha. Apenas em período recente, a produtividade no país cresceu mais aceleradamente.

Produção de Caju no Ceará, no Piauí e no Rio Grande do Norte

A cajucultura comercial foi iniciada no Nordeste na década de 1970, com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Utilizaram-se na época dois mecanismos de incentivo fiscal: o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), para reflorestamento com cajueiros, e o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), para o desenvolvimento da indústria processadora de castanha. Esses incentivos possibilitaram a plantação de aproximadamente 300 mil hectares de cajueiro gigante (que hoje já começam a dar sinais de esgotamento), e a implantação das dez grandes indústrias processadoras de Fortaleza, Mossoró e Teresina. Em Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, o governo estadual fez uso de um instrumento adicional de incentivo: a colonização rural.

A cajucultura cumpre importante função na economia rural nordestina: a de complementar a renda do agricultor com um fluxo monetário na fase do ano em que não há produção de outro item agrícola. O cajueiro produz nos períodos de estiagem, de agosto a dezembro, época normalmente de entressafra. Em algumas cidades nordestinas, a cajucultura constitui a única fonte de

recursos monetários dos agricultores pobres, que destinam o restante da lavoura temporária (arroz, feijão, mandioca, etc.) para o consumo, vendendo somente a castanha de caju. Trata-se, portanto, de uma cultura também adaptada às condições socioeconômicas da agricultura familiar.

Entre os estados pesquisados, o Ceará é o que possui as maiores plantações e o que gera o maior valor da produção nessa cadeia (Gráfico 1).

A análise do mercado internacional possibilita inferir a perda de parcela de mercado pelo Brasil para os concorrentes em termos de produção de ACC. Os dados estatísticos evidenciam que a produção cresceu de forma lenta e tênue nos últimos onze anos, registrando-se melhor desempenho no Ceará e no Piauí e certa estabilidade no Rio Grande do Norte. Em 2006, a produção somada dos três estados superou as 220 mil toneladas, volume superior ao produzido no início do período analisado.

Na última década foram implementadas políticas governamentais de incentivo à adoção de novas tecnologias, principalmente voltadas para o plantio de novas variedades desenvolvidas pela

Embrapa. Os rendimentos por hectare passaram de uma média de 250 kg em 1995 para 350 kg em 2006, com avanço mais significativo no Rio Grande do Norte.

A constatação de que um dos principais entraves ao desenvolvimento da cajucultura seria o baixo rendimento dos cajueiros, a maioria há quase 30 anos em produção, levou a Embrapa a investir em novas tecnologias, principalmente a do cajueiro anão precoce (CP76, Faga 1, Faga 11, entre outras). Para viabilizar a expansão do caju com base nessas variedades, em 1998 formou-se um grupo de trabalho denominado Plataforma Caju, com o apoio do Sebrae, Embrapa, Faec, Fiec e BNB.

Como parte desse acordo, o BNB aumentou consideravelmente a alocação de crédito para plantio de cajueiro anão precoce e para abertura de fábricas de processamento de castanha (mini-fábricas e cooperativas). Por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o BNB vem também incentivando o plantio de cajueiro anão, dando garantia de assistência técnica, pela Emater e ONGs. Mais recentemente, a Fundação

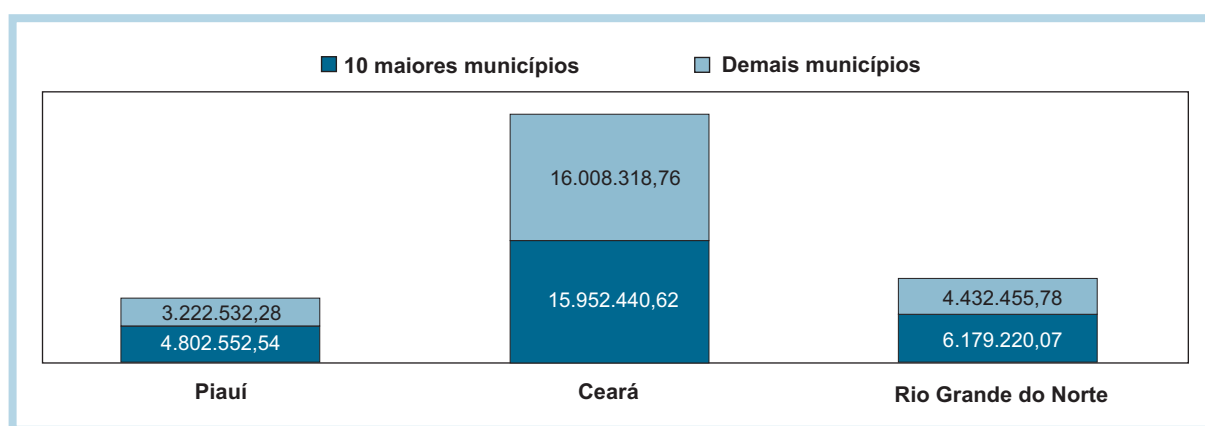


Gráfico 1 – Distribuição Regional da Produção – Em R\$ (1996)

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995-1996, 1998⁵.

5 Como o Censo de 2006 ainda não tinha sido divulgado na época desta pesquisa, foram utilizadas, provisoriamente, as informações do Censo de 1996, que serão substituídas quando da publicação mais recente. Acredita-se, no entanto, que por se tratar de variáveis estruturais, não tenha havido mudanças radicais nos indicadores analisados neste estudo.

Banco do Brasil tem investido recursos consideráveis na abertura de minifábricas e cooperativas centrais de comercialização, principalmente na região da Serra do Mel (RN).

Conclusões

O cultivo de caju, bem como a extração e o processamento de castanha constituem atividades tradicionais no Nordeste, havendo registro da adoção dessa prática há mais de cinquenta anos. A extração e o processamento de castanha de caju constituem atividades com grande potencial de geração de emprego, tanto na propriedade rural quanto nas agroindústrias. A geração de renda e divisas também é importante, haja vista a significativa demanda dos mercados internacionais pelos diversos tipos de castanha.

A colheita da castanha é uma atividade manual, razão pela qual requer a utilização intensiva de mão-de-obra. As etapas de seleção e corte das castanhas são também intensivas em mão-de-obra. As amêndoas, por sua vez, também requerem trabalhos manuais, como a despelingagem e a classificação. Verifica-se que mesmo a agroindústria exige considerável quantidade de mão-de-obra para complementar e auxiliar algumas etapas atualmente mecanizadas.

A castanha de caju é uma das poucas “cash crops”⁶ de que atualmente dispõem os agricultores no Nordeste, especialmente no Ceará, no Piauí e no Rio Grande do Norte. A atividade tem gerado receita da ordem de US\$ 250 milhões/ano para o Nordeste.

Apesar dessas vantagens, e levando-se em conta que a área plantada com cajueiros tem se expandido, a oferta de castanha de caju proveniente do Nordeste, no entanto, não tem sido suficiente para atender a uma demanda crescente do produto. As variedades de cajueiro gigante apresentam baixa produtividade. A variedade conhecida como cajueiro anão precoce, desenvolvida pela Embrapa, apresenta maior produtividade. Contudo, o pacote tecnológico associado a essa variedade requer intensiva utilização de insumos. Em virtude disso, boa parcela dos produtores não tem adotado a variedade desenvolvida pela Embrapa, pois o diferencial de produtividade e a receita adicional correspondente não são atraentes.

A produtividade da cajucultura no Nordeste é baixa. Parte dos agricultores não realiza tratamentos culturais, por não terem acesso a programas de assistência técnica e capacitação nem ao crédito para custeio. O apoio creditício tem se pulverizado entre micros e pequenos produtores, sem escala suficiente para introduzir modificações técnicas importantes.

O fortalecimento da atividade no Nordeste dependerá da articulação entre as instituições de pesquisa, assistência técnica, capacitação, organização associativa, crédito, além do estabelecimento de políticas públicas que valorizem o consumo de produtos locais e dos provenientes da agricultura familiar.

6 São culturas intrinsecamente ligadas ao mercado, gerando um fluxo monetário para os produtores.

2 - Síntese de Expectativas

Na edição de janeiro de seu relatório *Perspectivas Econômicas Mundiais*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê para 2009 o crescimento da economia mundial em apenas 0,5% – a taxa mais baixa desde a II Guerra Mundial –, revendo sua previsão de crescimento de 1,2% feita em novembro (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009).

Na avaliação do FMI, a forte contração de 2% das economias desenvolvidas será determinante para esse resultado. A Zona Euro registrará um recuo de 2% em 2009, depois de crescer apenas 1% em 2008. Vale destacar que o Produto Interno Bruto (PIB) dessa região caiu 1,5% no quarto trimestre de 2008 na comparação com o terceiro trimestre e 1,2% em relação a igual período de 2007 – as maiores quedas desde o início da série de registros.

Entre os quinze países integrantes da Zona do Euro até 31 de dezembro de 2008, o maior decréscimo no quarto trimestre de 2008 em comparação com o terceiro trimestre foi registrado na Alemanha (-2,1%), seguido por Portugal (-2%), Itália (-1,8%) e França (-1,2%) (EUROSTAT, 2009).

Já os Estados Unidos deverão assinalar uma retração de 1,6% no seu PIB, fortemente afetado pelo baixo dinamismo do consumo das famílias, reflexo, principalmente, da deterioração das condições de financiamento.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, as projeções permanecem positivas, porém

com forte desaceleração em relação às previsões de novembro de 2008. Segundo o FMI, as economias asiáticas crescerão 3,3% em 2009, abaixo, portanto, dos 3,5% previstos em novembro. A avaliação de que a economia chinesa registrará uma forte desaceleração em 2009 contribuiu para essa revisão.

De fato, o comportamento do comércio exterior no início de 2009 sinaliza uma perda de dinamismo da economia chinesa. As exportações da China sofreram uma queda de 17,5% em janeiro, o maior recuo em treze anos. A recessão na Europa e nos Estados Unidos está afetando significativamente a demanda por produtos chineses, levando ao fechamento de milhares de fábricas e à perda de cerca de dez milhões de empregos. No quarto trimestre de 2008, a China cresceu 6,8% em relação ao trimestre anterior – o menor incremento desde 2001.

Já as importações recuaram 43,1%, devido à queda nos preços de *commodities* e à contração da demanda por matérias-primas, reflexo da diminuição das exportações e da retração do setor de construção civil.

O recuo menos acentuado das vendas internacionais em relação às compras do exterior revela o processo de deflação dos preços das exportações chinesas, o que pode acirrar as medidas protecionistas no mundo. Vale mencionar que o superávit de US\$ 39,1 bilhões na balança comercial chinesa foi o segundo maior da história.

O governo brasileiro, por exemplo, está monitorando as importações de aço da Ásia, em particular da China e da Coreia do Sul, com o objetivo de verificar se está ocorrendo prática de preços abaixo do custo de produção. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior anunciou que, constatada a prática desleal, o governo adotará medidas *antidumping*.

A recessão das economias desenvolvidas e a significativa redução do crescimento dos países emergentes estão acarretando forte ajustamento no nível de emprego. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise econômica mundial poderá desempregar até o final de 2009 em torno de 51 milhões de pessoas – a maior elevação no número de desempregados desde que a OIT iniciou a contagem em 1991. Assim, o número de pessoas sem emprego aumentaria para 230 milhões até o final de 2009, superior aos 190 milhões de 2008 e aos 179 milhões de 2007. Esse cenário elevaria a taxa de desemprego mundial para 7,1%, bem maior que os 6% da estimativa anterior.

Na América Latina, o número de desempregados poderá alcançar 23 milhões até o fim do ano, superando em quatro milhões o resultado de 2007. Esse resultado reverte a trajetória de queda do desemprego na região dos últimos cinco anos (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2009).

Uma das consequências da desaceleração da economia mundial é o retorno de medidas protecionistas. No plano de estímulo à economia dos Estados Unidos recém-aprovado pelo Congresso americano, por exemplo, foi incluída uma reserva de mercado para alguns produtos fabricados no país (ferro, aço e manufaturas). A aplicação desse dispositivo, denominado *Buy American*, está condicionada aos tratados internacionais assinados pelos EUA.

Já a Argentina reformulou seu sistema de licenciamento automático, elevando a fiscalização

na entrada de 21,6 mil mercadorias e reduzindo de 24 para 12 meses o prazo para análise de processos *antidumping*.

Na União Européia, as normas que regulamentam a concessão de crédito com juros subsidiados pelos governos tornaram-se menos rígidas. Ademais, os derivados de leite passaram a ser subsidiados na região. A China, por sua vez, criou incentivos fiscais para incrementar as vendas internacionais, além de reduzir tributos sobre vendas de veículos produzidos no país.

Essa combinação de recessão mundial e retomada do protecionismo afetou substancialmente os resultados da balança comercial brasileira. Em janeiro, as exportações registraram um recuo de 20%, sendo superadas pelas importações em US\$ 518 milhões. Vale destacar que desde março de 2001 não ocorria déficit na balança comercial brasileira.

Grande parte desse resultado deve-se ao desempenho negativo da indústria de transformação. O déficit desse segmento totalizou US\$ 14,4 bilhões em 2008, uma mudança significativa se comparado com o excedente de US\$ 10,3 bilhões observado em 2007. Vale destacar que desde 2001 a indústria também não registrava déficit em suas trocas externas.

Contribuiu para a reversão do saldo comercial verificado até setembro de 2008, o ritmo mais forte de incremento das importações comparativamente às exportações. Com a intensificação da crise no último trimestre de 2008 e janeiro de 2009, a desaceleração das vendas internacionais foi superior à das compras no exterior. A previsão mais recente do MDIC sinaliza para um recuo de até 20% das exportações em 2009.

Diante da fraca demanda externa, o governo vem adotando medidas fiscais e monetárias no sentido de reforçar a demanda interna. No tocante à política monetária, destaca-se a decisão do

Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa básica de juros em um ponto percentual – o maior corte em cinco anos. Essa reavaliação da política monetária ocorre em meio à expectativa de forte desaceleração da economia global.

Entretanto, a queda das taxas de juros, assim como a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e dos depósitos compulsórios, ainda não se traduziram em significativa expansão do crédito e redução dos *spreads*, sobretudo dos bancos privados. Os bancos continuam cautelosos na concessão de novos empréstimos, alegando preocupação com a inadimplência das empresas e das pessoas físicas. De acordo com o Banco Central (2009), a evolução das operações de crédito com recursos livres apresentou crescimento modesto em dezembro e as expectativas são de continuidade desse processo em 2009. O estoque de crédito nessa modalidade, que corresponde a 71% da totalidade do sistema financeiro nacional, atingiu R\$ 871,9 bilhões em dezembro – avanço de 0,9% no mês e de 31,9% em doze meses. Já o *spread* bancário em dezembro encontrava-se 8,3 pontos percentuais acima do patamar alcançado em dezembro de 2007.

Nesse contexto, os bancos públicos passaram a ter papel decisivo para a manutenção da liquidez do sistema. De fato, a expansão das operações de crédito do sistema financeiro em dezembro deveu-se, em grande parte, às operações referenciadas em recursos direcionados que totalizaram R\$ 355,5 bilhões – incremento de 3,4% no mês e 29,2% no ano. O resultado revelou, principalmente, a expansão dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atingiram o montante de R\$ 209,2 bilhões – aumento de 4,3% no mês e 30,8% em 12 meses.

Vale salientar que o BNDES disporá de recursos adicionais de R\$ 100 bilhões de reais para empréstimos a empresas no biênio 2009–2010. Os valores serão direcionados prioritariamente para investimentos nas áreas de gás e energia, bens de capital e infraestrutura, além de garantir os investimentos do Programa de Aceleração do Investimento (PAC) e da Petrobras.

No plano regional, a decisão do Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) de reduzir as taxas de juros de suas operações financeiras guarda sintonia com a orientação do governo de utilizar o financiamento público como instrumento de política anticíclica. Ademais, o BNB ampliou a linha de crédito para exportações, disponibilizando R\$ 1,5 bilhão.

Essa atuação dos bancos de desenvolvimento, num contexto de crise internacional e aumento do grau de incerteza, será determinante para a manutenção da trajetória de crescimento da capacidade produtiva.

Um levantamento concluído pelo BNDES em dezembro de 2008 revelou que o acirramento da crise econômica mundial produzirá efeitos mais substanciais sobre os investimentos na indústria, seguida pela construção residencial. Por outro lado, as inversões de infraestrutura não serão afetadas significativamente¹. Apesar da crise, a expectativa era de um crescimento médio de 9,6% ao ano nos investimentos, na comparação entre os períodos 2004–2007 e 2009–2012. Vale mencionar que idêntico levantamento realizado em agosto de 2008, em um contexto anterior ao acirramento da crise, apontava um incremento médio de 12,1% a.a das inversões nessa mesma base de comparação.

1 O mapeamento dos investimentos envolveu 16 setores, sendo 9 da indústria e 6 de infraestrutura, além do setor de construção residencial. De acordo com estimativas do BNDES, esses segmentos respondiam por 54% do total da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), em 2007. Para mais informações, ver (TEIXEIRA FILHO, 2009).

Na avaliação do estudo, dois grupos de setores terão suas inversões afetadas pela crise internacional. No primeiro, encontram-se os produtores de *commodities* (extrativa mineral, siderurgia e papel e celulose), altamente dependentes do dinamismo da demanda mundial por produtos básicos. Esse fato é particularmente prejudicial para o Nordeste, já que esses setores têm forte presença na sua estrutura industrial. No outro grupo estão atividades mais dependentes da expansão do cré-

dito doméstico, com destaque para o segmento automotivo.

Em contrapartida, os setores de energia (petróleo e energia elétrica) estão mantendo seus projetos de investimentos, motivados por descobertas de reservas de petróleo e contratos de fornecimento de energia elétrica. Ademais, as empresas de telecomunicações também dão continuidade a seus investimentos em novas tecnologias, pressionadas pelo acirramento da concorrência.

REFERÊNCIA



BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. **Nota para a imprensa**, 27 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.bacem.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

EUROSTAT. **Euro area and EU27 GDP down by 1,5%**. Disponível em: <<http://www.epp.eurostat.ec.europa.eu>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Global Employment Trends**, 28 jan. 2009. Disponível

em: <<http://www.ilo.org/global>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**, 28 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

TEIXEIRA FILHO, Ernani et al. Perspectiva de investimentos 2009/12 em um contexto de crise. **Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 60, 05 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

3 - Nível de Atividade

3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

A economia brasileira avançou 6,8% no terceiro trimestre de 2008 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – o 27º incremento do PIB e o quarto trimestre seguido com taxa superior a 6% nessa base de comparação. Esse desempenho decorreu, sobretudo, do aumento de 6,3% do valor adicionado a preços básicos e de 10,1% nos impostos sobre produtos. A *performance* deste último foi fortemente influenciada pela expansão das importações de bens e serviços, o que tem possibilitado incremento do montante de impostos sobre produtos (Gráfico 1).

No acumulado do ano, a economia cresceu 6,4% comparativamente a igual período de 2007.

Constata-se, portanto, que o aumento do PIB vinha se acelerando nas comparações interanuais – o indicador mensal (6,8%) crescia mais que o acumulado do ano (6,4%) e este mais do que o acumulado em 12 meses (6,3%). Entretanto, a persistência das elevadas taxas de juros e o agravamento da crise internacional deverão provocar uma desaceleração da atividade econômica no quarto trimestre de 2008.

Pela ótica da oferta, a elevação do PIB vinculava-se principalmente aos bons resultados do setor industrial, com avanço de 7,1% no terceiro trimestre, em comparação com o terceiro trimestre do ano anterior. Em termos de participação

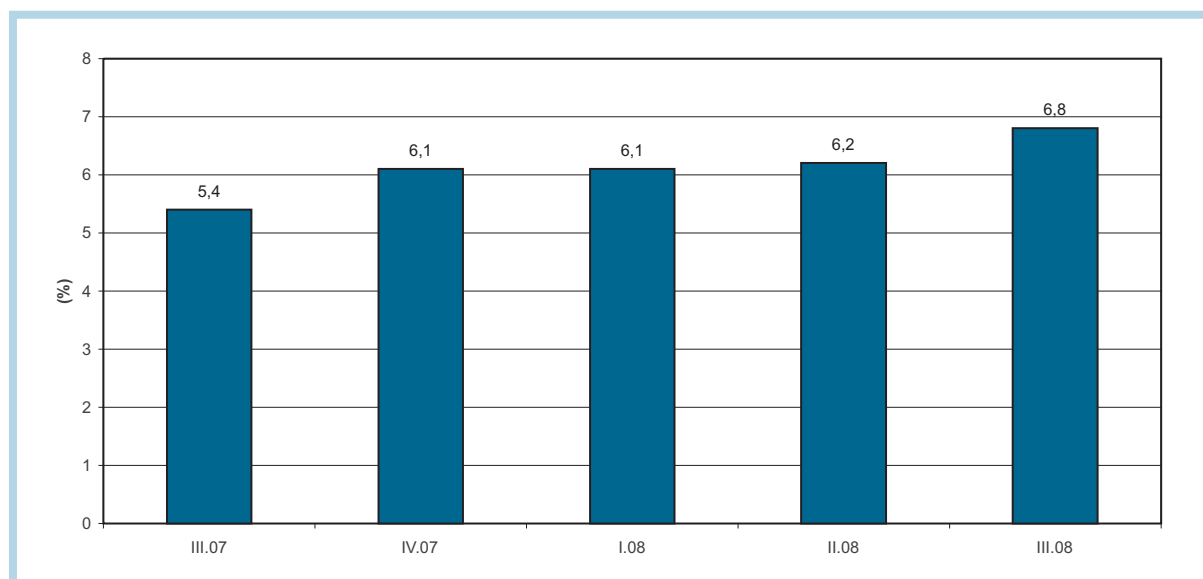


Gráfico 1 – Brasil. Variação do PIB Trimestral em Períodos Seleccionados – Trimestre/Mesmo Trimestre do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2009a).

no PIB, a indústria evoluiu de 22,6% no primeiro trimestre de 2008 para 25,3% no terceiro. Os principais destaques ficaram com a construção civil (11,7%), a indústria extrativa (7,8%) e a indústria manufatureira (5,9%).

O forte dinamismo da construção civil refletia a expansão do crédito direcionado para o setor habitacional. De acordo com a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário (Abe-cip), as operações contratadas pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) no acumulado janeiro–novembro de 2008 atingiram R\$ 27,5 bilhões, acusando aumento de 67,5% no confronto com igual período de 2007. Já o número de unidades financiadas totalizou 274.281 – superando o recorde de 267 mil registrado em 1981 (ABECIP, 2009).

Somente a Caixa Econômica Federal assinou 499 mil contratos, no valor total de R\$ 22,6 bilhões, incremento de 78% em relação a igual período de 2007, quando a CEF atingiu R\$ 12,7 bilhões. Para 2009, o orçamento da instituição prevê R\$ 27 bilhões para crédito imobiliário.

Vale destacar também a expansão de 5,9% do setor serviços no terceiro trimestre, impulsionado pelo crescimento do volume de serviços de informação (10%), comércio atacadista e varejista (9,8%) e intermediação financeira e seguros (8,8%).

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2009f), o comércio varejista ampliado¹ registrou incremento de 9,8% no volume de vendas dos onze primeiros meses do ano, na comparação com igual período de 2007. As principais contribuições vieram de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (33,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (17,8%) e móveis e eletrodomésticos (16,6%).

Em contrapartida, o comércio varejista ampliado registrou no acumulado outubro–novembro taxa negativa de crescimento negativo de 11,4% no volume de vendas no confronto com igual intervalo do ano anterior. Essa retração atingiu fortemente as atividades mais vinculadas à expansão do crédito pessoal e para aquisição de bens – caso dos ramos de veículos e motos, partes e peças (-24,3%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-9,9%) e móveis e eletrodomésticos (-5,6%).

Os segmentos cuja dinâmica recebe influência direta da renda disponível das famílias também assinalaram variação negativa, com ênfase para tecidos, vestuário e calçados (-10,8%). Já os ramos de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,4%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria e cosméticos (1,5%) e livros, jornais, revistas e papelaria (1%) continuaram apresentando taxas positivas, porém, com uma nítida desaceleração nos dois últimos meses. Com relação aos estados nordestinos, constata-se que as maiores taxas de crescimento do volume de vendas do comércio varejista ampliado, no acumulado de janeiro a novembro de 2008, ocorreram no Ceará (12,9%) e no Piauí (12%), com acréscimos superiores aos da média nacional (Gráfico 2).

O desempenho dos diferentes setores do comércio entre as três principais economias do Nordeste (Bahia, Ceará e Pernambuco) acompanhou a tendência nacional, com significativo crescimento do volume comercializado no acumulado do ano e desaceleração dos segmentos mais dependentes de financiamento em novembro.

No Ceará, todos os ramos do comércio experimentaram variação positiva no período janeiro–novembro, sendo maiores os impactos sobre

1 O comércio varejista ampliado inclui as vendas de veículos e motos, partes e peças e material de construção.

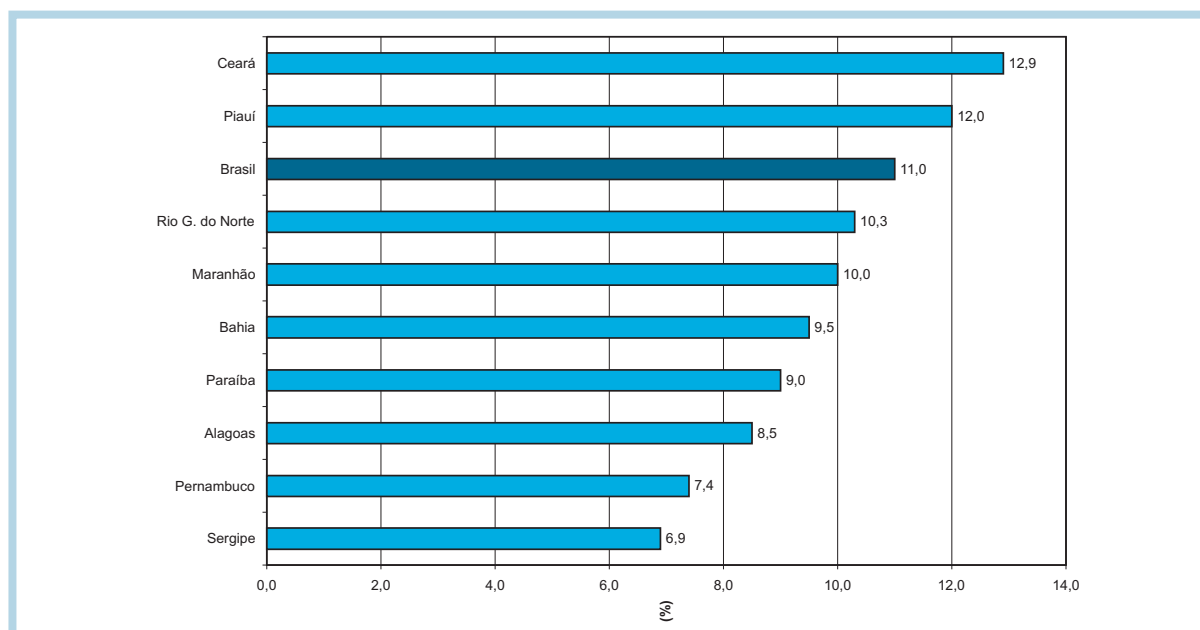


Gráfico 2 – Brasil e Nordeste: Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado, por Unidade da Federação – (Jan.-Nov. 2008)

Fonte: (IBGE, 2009h).

as vendas dos ramos de veículos, motocicletas, partes e peças (20,3%), material de construção (24,4%) e combustíveis e lubrificantes (17,7%). Por outro lado, observa-se uma forte queda dos negócios no ramo de veículos, motocicletas, partes e peças (-15,3%) e tecidos, vestuário e calçados (-3,6%) em novembro de 2008, na comparação com novembro do ano anterior (Gráfico 3).

A Bahia também registrou desempenho positivo nas vendas do comércio varejista ampliado nos primeiros nove meses de 2008, por conta, principalmente, da expansão dos negócios nos segmentos de livros, jornais, revistas e papelaria (23,6%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (26,4%) e móveis e eletrodomésticos (19,2%). Em contrapartida, os segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-18%), veículos, motocicletas, partes e peças (-13,4%) e tecidos, vestuário e calçados (-17,4%) amargaram significativa retração no indicador mês/mesmo mês do ano anterior.

Em Pernambuco, os maiores incrementos no volume de vendas no acumulado do ano foram as-

sinalados pelos ramos de material de construção (14,1%), móveis e eletrodomésticos (15,7%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (12,4%). No indicador mensal, entretanto, foram observadas quedas expressivas em equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-23,6%), veículos, motocicletas, partes e peças (-19,4%) e tecidos, vestuário e calçados (-15,9%).

Do lado da demanda, os resultados foram substanciais, com expansão de 6,7% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), na comparação mensal, reflexo tanto do dinamismo da produção doméstica como do crescimento das importações. Nessa base de comparação, são 19 trimestres consecutivos de crescimento. Já na série com ajuste sazonal, o investimento registrou um resultado expressivo de 6,7% em relação ao segundo trimestre – recorde histórico na nova série do IBGE. No acumulado do ano, a FBCF evoluiu a uma taxa positiva de 17,3% (Gráfico 4).

O incremento das compras internacionais de bens de capital, ainda estimulado pelo processo

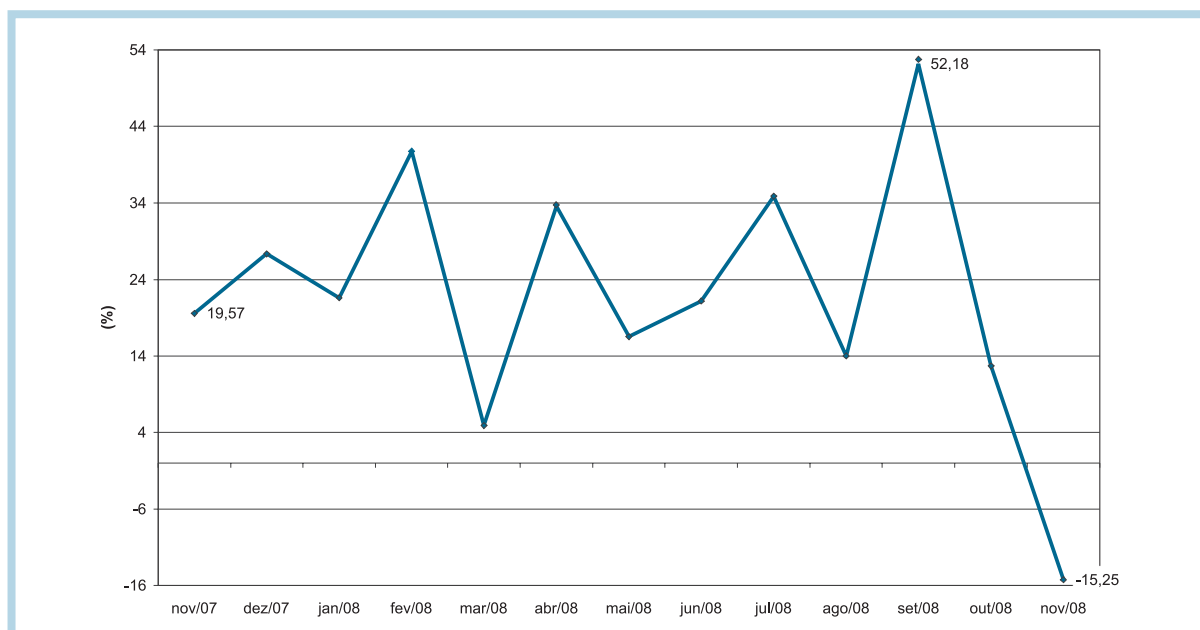


Gráfico 3 – Ceará: Variação de Volume de Vendas no Segmento de Veículos, Motocicletas, Partes e Peças - Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2009h).

de apreciação cambial, foi decisivo para o aumento do consumo aparente². Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) revelam que as importações cresceram 49,3% no acumulado do ano. Entretanto, o processo de apreciação do dólar nos últimos meses de 2008, reflexo do aprofundamento da crise financeira internacional, afetou substancialmente as compras internacionais de bens de capital. Em novembro de 2008, comparativamente ao mês anterior, o valor das importações de bens de capital recuou 16,8%. Considerando-se apenas a quantidade de bens de capital importado, o recuo foi ainda mais acentuado, atingindo 19,8%.

Na região Nordeste, a importação de bens de capital em 2008 atingiu 1.213.296 produtos do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes etc., ligeiramente superior às 1.183.947 unidades importadas em 2007 – incremento de 2,5%. O desempenho só não foi mais expressivo devido à desaceleração das importações do setor desde setembro.

O grande destaque ficou com a Bahia, que concentrou 48,4% do total importado pela região. A diversificação da estrutura industrial baiana, que passa por um processo de modernização tecnológica, foi determinante para esse resultado. Entretanto, constata-se uma queda vertiginosa do ritmo de importações de bens de capital no estado nos últimos três meses (Gráfico 5).

Vale destacar que o nível de importações não comprometeu o desempenho da produção local de bens de capital. De fato, o setor de bens de capital cresceu 17% no acumulado janeiro–novembro, liderando a expansão industrial em 2008. Todos os subsectores da indústria de bens de capital registraram aumento no acumulado do ano, com destaque para bens de capital agrícolas (67,9%) e bens de capital peças agrícolas (38,6%), como reflexo da boa *performance* do setor agropecuário, que apresentou a maior taxa de crescimento entre os setores produtivos no acumulado dos três primeiros trimestres (6,7%).

² Produção + importação – exportação de bens de capital.

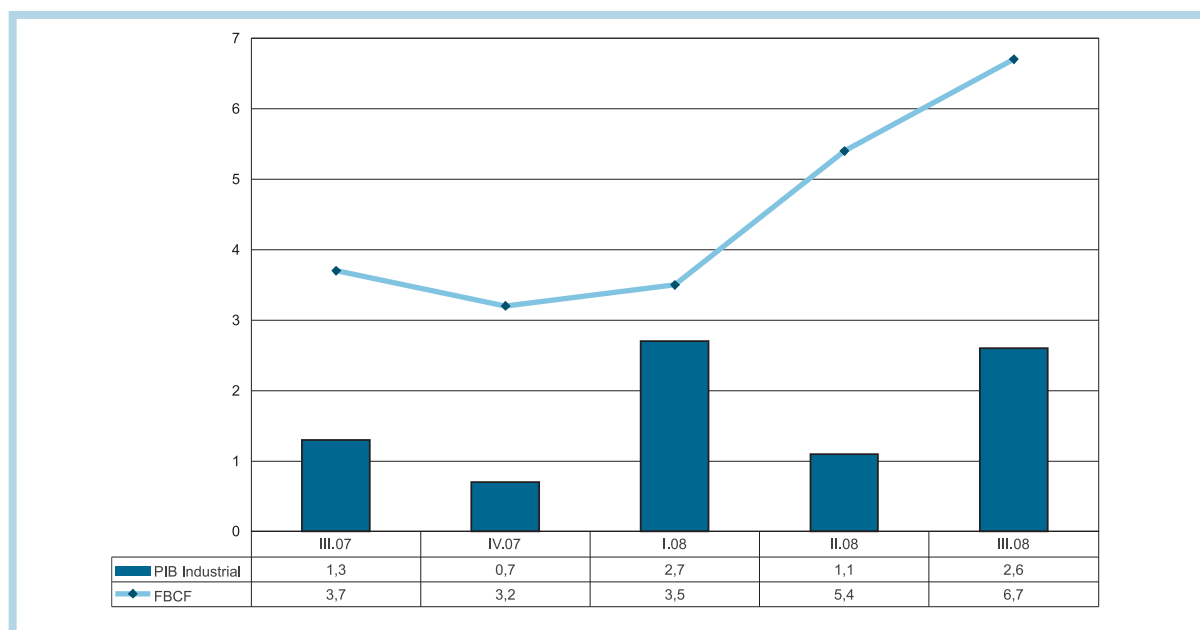


Gráfico 4 – Evolução do PIB Industrial e da Formação Bruta de Capital Fixo – Em (%) – Trimestre/Mesmo Trimestre do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2009a).

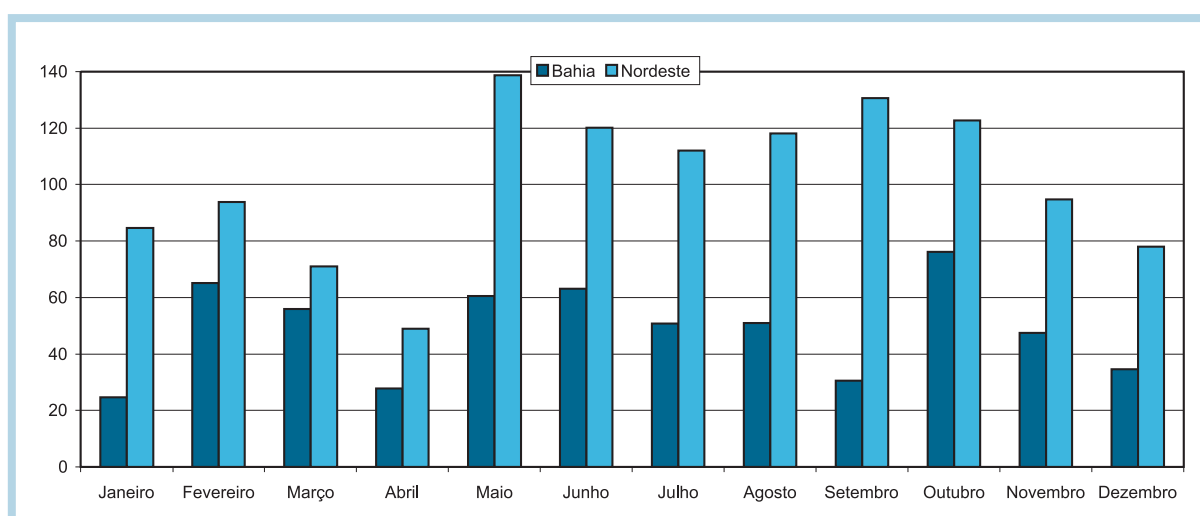


Gráfico 5 – Nordeste e Bahia – Importações de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico, e Suas Partes, etc – Janeiro a Dezembro de 2008 (Em Milhões)

Fonte: (BRASIL, 2009f).

Em contrapartida, os resultados mais recentes mostram uma queda de 4% na produção de bens de capital em novembro em relação ao mês anterior. O aumento da incerteza com relação ao cenário macroeconômico para 2009 começa a afetar a programação de investimentos das empresas.

Para reverter essa situação, a atuação contracíclica dos bancos públicos e uma política de re-

dução da taxa básica de juros tornam-se cruciais para animar as expectativas dos empresários.

Nesse sentido, em 22 de janeiro de 2009 o governo anunciou recursos adicionais para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 100 bilhões para aplicação em 2009 e 2010. O objetivo é assegurar o investimento das empresas brasileiras, diante de

uma conjuntura de reduzida liquidez, decorrente da crise financeira mundial.

Vale destacar que a atuação do BNDES nos últimos anos tem sido decisiva no financiamento do investimento na indústria e na infraestrutura do Brasil. Recente estudo de Puga e Nascimento constatou que o forte crescimento das inversões, sobretudo em projetos de setores altamente intensivos em capital (petrolífero, petroquímico, siderúrgico e automobilístico), contou com a participação importante dessa instituição. A maior parte do investimento das empresas foi financiada por lucros retidos (52% do total), seguidos pelos créditos do BNDES (22%) e os empréstimos externos (12%) (Gráfico 6).

Considerando-se os efeitos negativos da crise financeira sobre as linhas externas de financiamento e o autofinanciamento, os autores consideram essencial a intervenção do BNDES para sustentar os investimentos produtivos, atuando de maneira anticíclica na concessão de financiamentos às empresas nacionais (PUGA, 2009b).

No plano regional, o Banco do Nordeste (BNB) vem sendo determinante para o fortalecimento da

estrutura produtiva nordestina. Em 2008, o BNB teve o melhor desempenho operacional de sua história, com um total de R\$ 13,2 bilhões contratados, ou seja, quase o dobro dos R\$ 7,4 bilhões contratados em 2007 – expansão de 78,4%. Desse total, R\$ 7,7 bilhões correspondem aos recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), que cresceram 80,6% em relação a 2007. Vale destacar também os resultados positivos do crédito para as micros e pequenas empresas, com a contratação de 70,9 mil operações e aplicação de R\$ 1,2 bilhão – incremento de 63%, comparativamente a 2007.

Para 2009, o FNE já tem assegurados em carteira recursos da ordem de R\$ 7,5 bilhões, porém, a demanda por crédito e financiamento do setor produtivo já atinge R\$ 10 bilhões. O BNB promove gestões no sentido de garantir o suprimento dessa demanda por novos investimentos. Em entrevista recente, o presidente do BNB, Roberto Smith, confirmou a necessidade de novos recursos para “ampliar os investimentos, manter aquecida a economia e assegurar a manutenção dos empregos” num contexto de retração de financiamentos externos (BNB..., 2009).

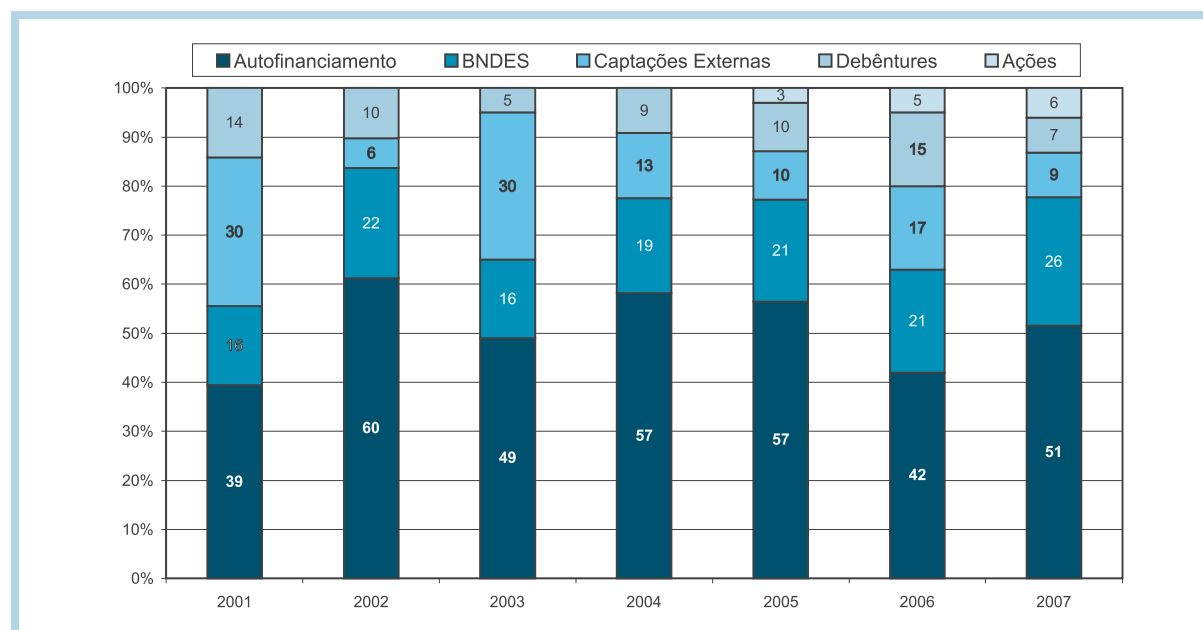


Gráfico 6 – Fontes de Financiamento das Empresas Brasileiras – Indústria e Infra-Estrutura (%)
Fonte: (PUGA, 2009a).

O consumo das famílias registrou aumento de 7,3% no terceiro trimestre de 2008 comparativamente ao mesmo período de 2007 – o vigésimo aumento consecutivo nessa base de comparação. É o melhor desempenho desde o primeiro trimestre de 1997. Já na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a expansão foi de 2,8%. No acumulado do ano, o consumo das famílias já registra um aumento de 6,5%. Esse desempenho ainda decorria da forte expansão do emprego e do crescimento das operações de crédito para pessoas físicas.

Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) revelam que a taxa média de desemprego no Brasil em 2008 ficou em 7,9%, inferior, portanto, aos 9,3% verificados em 2007 – o menor percentual na série histórica iniciada em março de 2002. Em dezembro, o desemprego recuou pra 6,8%, após registrar 7,6% em novembro – também o menor nível da série histórica para o indicador.

Já a população desocupada em dezembro de 2008 caiu 11% em relação a novembro e 6,3% em comparação com dezembro de 2007. Por outro lado, constata-se uma estabilidade do pessoal ocupado em relação a novembro e um acréscimo de 3,4% sobre dezembro de 2007, atingindo 22,1 milhões de pessoas.

Entre 2003 e 2008, a população desocupada caiu 29,4% no total das regiões metropolitanas cobertas pelo IBGE. No mesmo intervalo, a média mensal da população ocupada registrou uma elevação de 16,1%. A expansão da população ocupada foi acompanhada por uma melhoria da inserção do trabalhador no mercado de trabalho. No período 2003–2008, o contingente de trabalhadores com carteira assinada cresceu 29% – bem acima do incremento do pessoal ocupado (16,1%). Nessa base de comparação, Recife cresceu 32,2%, acima da média nacional, enquanto Salvador registrou um incremento de 25,8%.

No caso específico das regiões nordestinas investigadas pelo IBGE, a queda de 1,9 ponto percentual na taxa de desocupação verificada em Recife, na comparação com o mês imediatamente anterior, foi a maior queda no desemprego no mês de dezembro. Vale destacar que, em dezembro de 2007, a taxa de desocupação nessa região estava em 10,4% – dois pontos percentuais acima da média nacional (Gráfico 7).

A Região Metropolitana de Salvador assinalou um ligeiro recuo de 0,3 ponto percentual em sua taxa de desocupação em dezembro de 2008 na comparação com o mês anterior. Já na comparação com dezembro de 2007, a queda foi bem mais acentuada, de 2,4 pontos percentuais. Apesar da forte retração, a taxa de desemprego na Bahia permanece sendo a maior entre os estados pesquisados.

Os dados do IBGE para dezembro de 2008 contrastam com os do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, que revelou, em dezembro, uma diminuição de 654.946 empregos com carteira assinada em dezembro no país.

No tocante ao setor externo, as exportações apresentaram um crescimento de 2% no terceiro trimestre de 2008 na comparação com o mesmo período do ano anterior, percentual inferior ao registrado no segundo semestre na mesma base de comparação. Por outro lado, as importações registraram uma expansão considerável de 22,8% – o vigésimo aumento consecutivo nessa base de comparação.

Dados da Funcex para o acumulado dos nove primeiros meses do ano mostram que a balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 22,4 bilhões – queda de 38,4% no confronto com o superávit registrado em igual período de 2007.

As vendas internacionais chegaram a atingir US\$ 184,1 bilhões no acumulado janeiro–no-

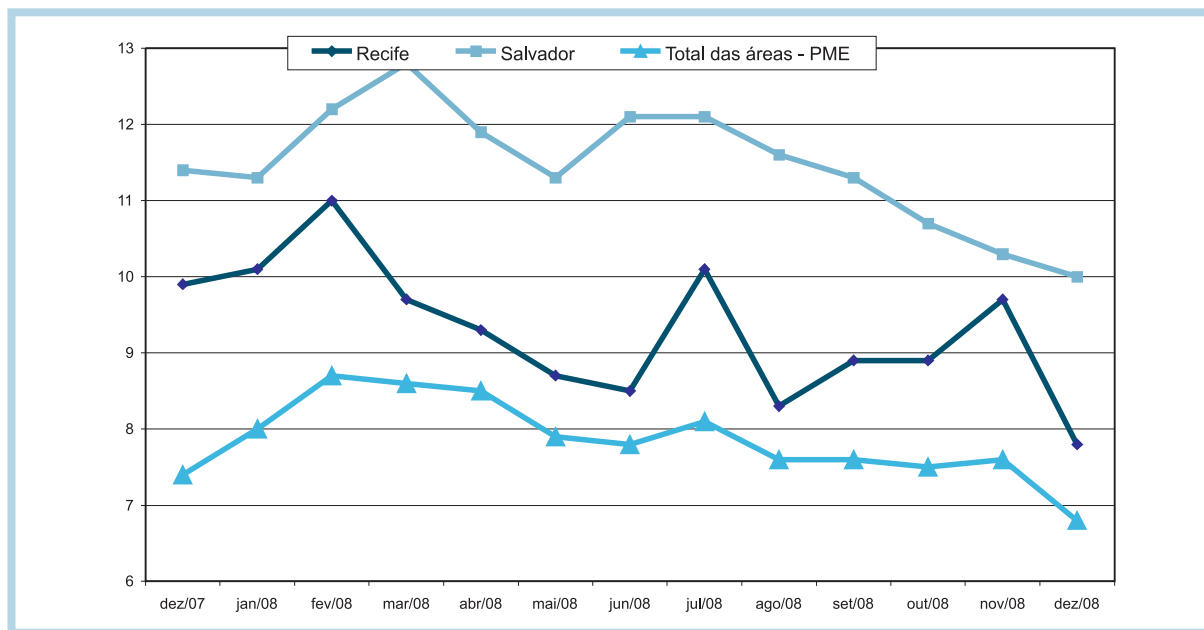


Gráfico 7 – Taxa de Desocupação Para o Total das Áreas Cobertas Pela PME, Recife e Salvador. Percentagem

Fonte: (IBGE, 2009i).

vembro de 2008, com expansão de 25,8% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. As exportações de produtos básicos foram destaque, ainda como reflexo do dinamismo da demanda mundial e de movimentos especulativos que influenciaram substancialmente a formação de preços de *commodities* metálicas e agrícolas³. Os índices de preços dos produtos básicos assinalaram um incremento de 44,5%, enquanto a quantidade não registrou acréscimo nessa base de comparação.

Com o agravamento da crise, constata-se uma desaceleração nos preços dos produtos básicos. Em novembro de 2008, houve um recuo de 12,2% na comparação com outubro. Adicionalmente, a quantidade importada dessa classe de produtos recuou 17,9%, como reflexo da crise mundial (Gráfico 8).

A queda nos preços desses produtos vem afetando o desempenho das exportações da região

Nordeste, já que esses bens têm forte presença na estrutura industrial nordestina. De fato, o agravamento da crise engendrou significativo recuo das vendas externas da região, principalmente de algumas *commodities* metálicas e agrícolas (Gráfico 9).

Já as exportações de manufaturas apresentaram um recuo de apenas 5,6% no *quantum* exportado em novembro de 2008 no indicador mês/mês imediatamente anterior. O câmbio desvalorizado favorece as vendas internacionais de manufaturas; porém, num contexto recessivo, o efeito acaba sendo reduzido.

As importações registraram aumento de 47% no acumulado dos nove primeiros meses de 2008, em relação ao mesmo intervalo de 2007, alcançando US\$ 167,7 bilhões. Porém, observa-se uma forte retração de 24,1% das importações em novembro, no confronto com outubro, em função, principalmente, da substancial redução de 53,3% das importações de combustíveis.

3 A respeito disso, ver Ferreira (2008).

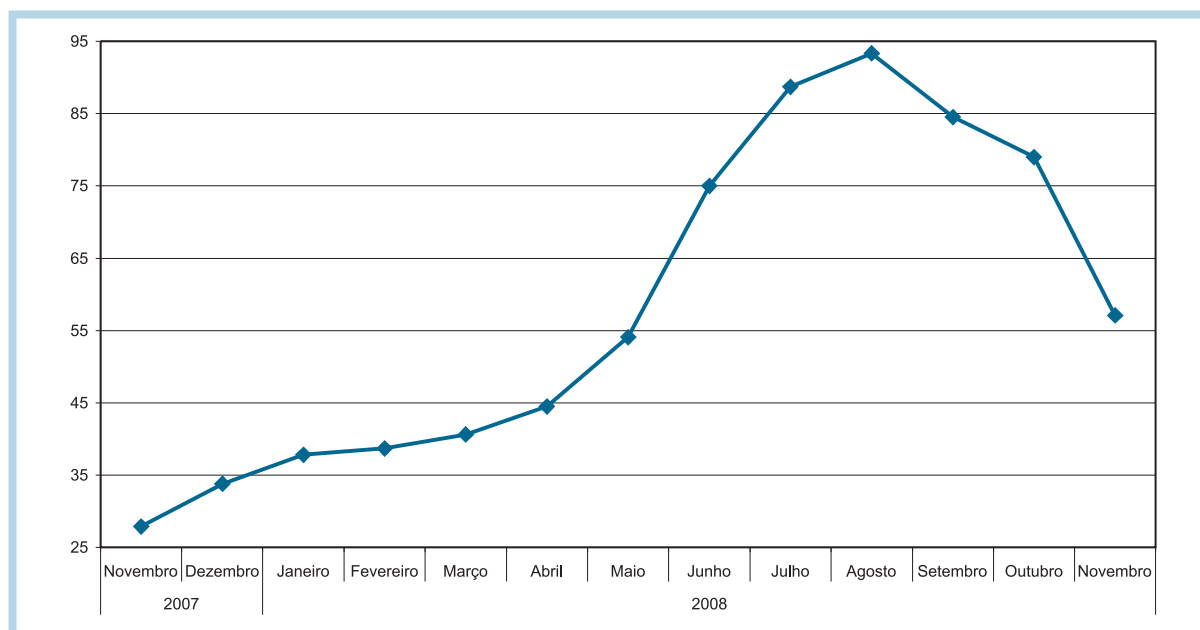


Gráfico 8 – Índice de Preços das Exportações Brasileiras de Produtos Básicos – Novembro/2007 – Novembro/2008 – Base: Média de 2006

Fonte: (FUNCEX, [2009]).

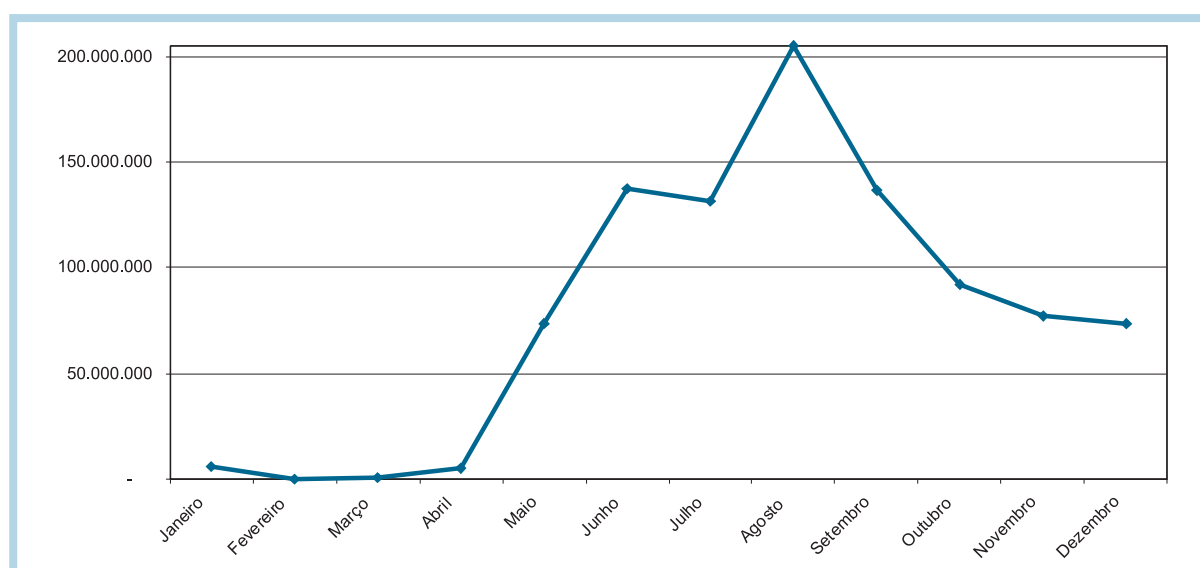


Gráfico 9 – Nordeste. Exportações de Grãos e Sementes em 2008 (Capítulo 12 NCM) – US\$ FOB

Fonte: (BRASIL, 2009e).

Em síntese, o desempenho da economia brasileira no acumulado dos três primeiros trimestres de 2008 ainda refletia o dinamismo da demanda interna, principalmente da Formação Bruta de Capital, em decorrência de planos de investimento relacionados com a expansão da capacidade

produtiva. Devido à crise financeira, alguns indicadores já revelam um processo de desaceleração da economia brasileira, o que exigirá do governo a implementação de políticas fiscais e monetárias anticíclicas.

3.2 - Produção Industrial do Brasil

Os resultados da produção industrial em novembro de 2008 já refletem os efeitos negativos da crise internacional nos índices de confiança dos empresários e nas condições de financiamento. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), a expansão da indústria aponta para uma forte desaceleração nas comparações interanuais – os indicadores mês/mês anterior e mensal apresentaram decréscimos de 5,2% e 6,2%, respectivamente, enquanto o acumulado do ano e o acumulado em 12 meses registraram variações positivas⁴ de 4,7% e 4,8%, respectivamente.

Vale mencionar que a queda observada em novembro de 2008, comparativamente a outubro, foi a mais significativa desde maio de 1995 (-11,2%). Ademais, a retração no indicador mensal (mês/mesmo mês do ano anterior) interrompeu uma trajetória ascendente, nessa base de comparação, que já durava 28 meses.

Constata-se que 21 dos 27 ramos investigados tiveram taxas negativas de crescimento em novembro de 2008, comparativamente a outubro. Assinalaram decréscimos expressivos a indústria automobilística (-22,6%), edição e gráfica (-14,8%), máquinas e equipamentos (-11,9%), indústrias extrativas (-10,9%) e metalurgia básica (-10,2%). Vale destacar que esses segmentos já apresentavam incrementos negativos em outubro, porém de menor intensidade.

Analisando-se por categoria de uso, os setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital, que lideram a expansão industrial em 2008, assinalaram quedas de 21,2% e 4%, respectivamente, em novembro de 2008, na comparação com outubro. O segmento de bens intermediários caiu 3,9% – o quarto recuo consecutivo nesse indicador. Já o ramo de bens de consumo de semiduráveis e não-duráveis assinalou retração de apenas 0,7% (Gráfico 10).

A acentuada queda no crescimento do setor de bens de consumo duráveis resulta, sobretudo, dos resultados desfavoráveis da indústria automobilística. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2009), a produção automobilística alcançou três milhões de unidades em 2008 – crescimento de 8% em relação a 2007. As vendas internas foram determinantes para essa expansão, com aumento de 11,9%.

Contudo, a retração da demanda em função das condições desfavoráveis de financiamento e da trajetória de alta da Selic, sobretudo no segundo semestre, afetaram significativamente as vendas da indústria automobilística. O acúmulo de estoque acarretou uma redução de substanciais 54,5% na produção de dezembro de 2008, comparativamente a dezembro de 2007. O baixo desempenho das montadoras nos últimos meses já produz efeitos negativos em toda a cadeia produtiva.

4 Os dados de dezembro de 2008, divulgados pela PIM-PF, apontam para uma queda de 12,4% da produção industrial, em relação a novembro. No confronto com o mesmo mês de 2007, registrou-se recuo de 14,5% – o pior resultado da série histórica nessa base de comparação. A pesquisa constatou que 25 dos 27 ramos investigados registraram recuo na comparação com o mês anterior, com ênfase para material eletrônico e de comunicação (-48,8%), a indústria automobilística (-39,7%) e máquinas e equipamentos (-19,2%).

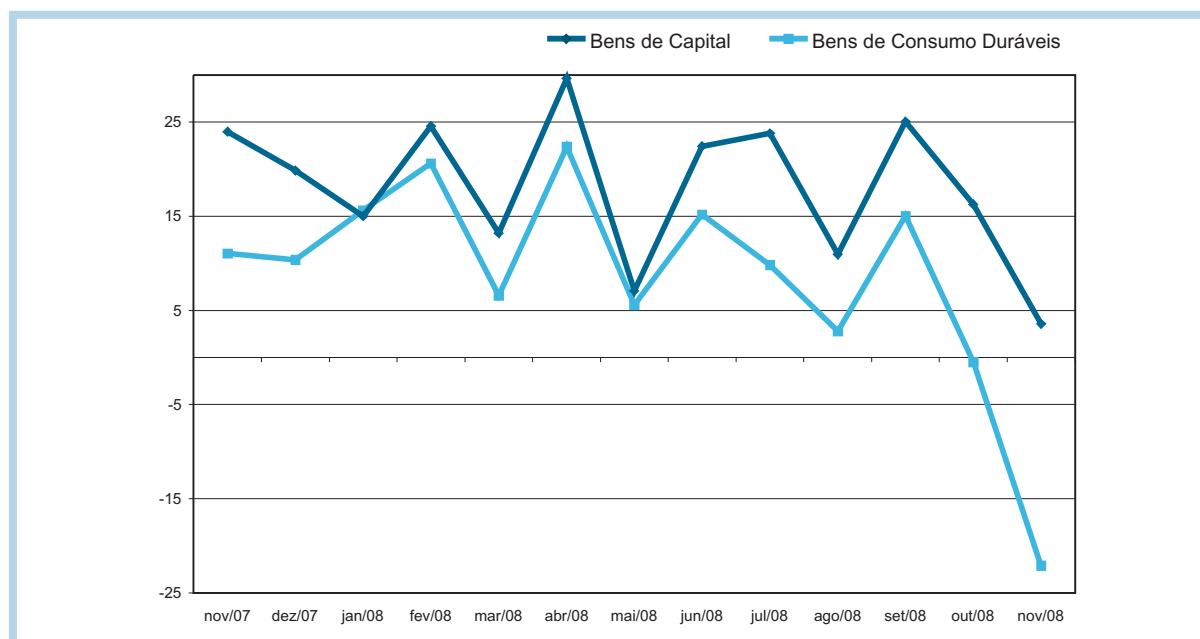


Gráfico 10 – Produção Física Industrial de Bens de Capital e de Consumo Duráveis. Mês/Mês anterior

Fonte: (IBGE, 2009b).

As férias coletivas adotadas por algumas montadoras, combinadas a medidas de estímulo ao consumo, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos novos e a queda da taxa básica de juros, podem propiciar uma redução nos estoques nos primeiros meses de 2009.

A categoria de bens de capital registrou variação negativa pelo segundo mês consecutivo no indicador mês/mês imediatamente anterior. Entretanto, o segmento foi o único a apresentar resultado positivo na comparação de novembro

de 2008 com novembro de 2007, influenciado principalmente pelos incrementos ainda significativos dos bens de capital direcionados para a agricultura, apesar da desaceleração observada no segundo semestre. Vale destacar também o significativo crescimento do setor de bens de capital equipamentos de transporte. Já a produção de bens de capital para fins industriais seriados, assim como de bens de capital para uso misto, registrou expressiva desaceleração em novembro de 2008 no indicador mensal, já refletindo a redução das encomendas do setor industrial (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil. Produção Física. Índices Especiais de Bens de Capital

Bens de Capital	Mensal	No Ano	12 Meses
Para Fins Industriais	-10,9	8,1	9,2
Para Fins Industriais Seriados	-14,8	6,6	7,9
Para Fins Industriais Não Seriados	15,1	18,4	17,9
Agrícolas	13,6	38,6	39,8
Peças Agrícolas	18,0	67,9	71,0
Para Construção	-8,0	7,1	7,7
Para o Setor de Energia Elétrica	2,8	11,9	13,3
Equipamentos de Transporte	39,1	32,0	30,5
de Uso Misto	-20,1	6,4	7,6

Fonte: (IBGE, 2009d).

A indústria de bens intermediários apresentou queda de 3,9% em novembro de 2008 na comparação com outubro - o quarto recuo consecutivo nessa base de comparação. Entre julho e novembro, a retração já chega a 9,6%. Vários segmentos apresentaram retração tanto no indicador mês/mês anterior como no mensal. Entre eles, os sub-setores de adubos, fertilizantes e corretivos para solo e de defensivos agrícolas, que assinalaram retração de, respectivamente, 39,7% e 22,8% no indicador mensal. A reversão do cenário de alta dos preços das *commodities*, que estimulava uma grande demanda desses insumos por parte do setor agrícola, explica o decréscimo da produção.

Com um recuo de apenas 0,7% na passagem de outubro para novembro de 2008, o setor de bens semiduráveis e não-duráveis foi o menos afetado pelos resultados negativos recentes do setor industrial. Esse melhor desempenho se explica pelo fato de a massa salarial ainda ter apresentado forte dinamismo em novembro, variável determinante para a *performance* dessa categoria de uso.

A desaceleração da produção industrial afetou consideravelmente o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria. De fato, o Nuci, sem ajuste sazonal, alcançou 80,6% em dezembro de 2008, bem abaixo dos 86,7% de dezembro de 2007 e dos 86,1% de julho último, refletindo a significativa retração da produção industrial (Gráfico 11).

A análise por categoria de uso revela a grande influência do setor de bens de consumo duráveis na queda do Nuci. Em dezembro de 2008, o Nuci médio foi estimado em 77,7%, com queda de 10,4 pontos percentuais em relação a setembro de 2008, período que marca o aprofundamento da crise financeira mundial. O aumento do nível de ociosidade está relacionado, principalmente, à contração do crédito. Diante do desaquecimento da demanda, as grandes empresas do setor estão promovendo ajustes no processo de produção, visando à redução dos estoques e da ociosidade. Medidas como redução da jornada de trabalho com redução

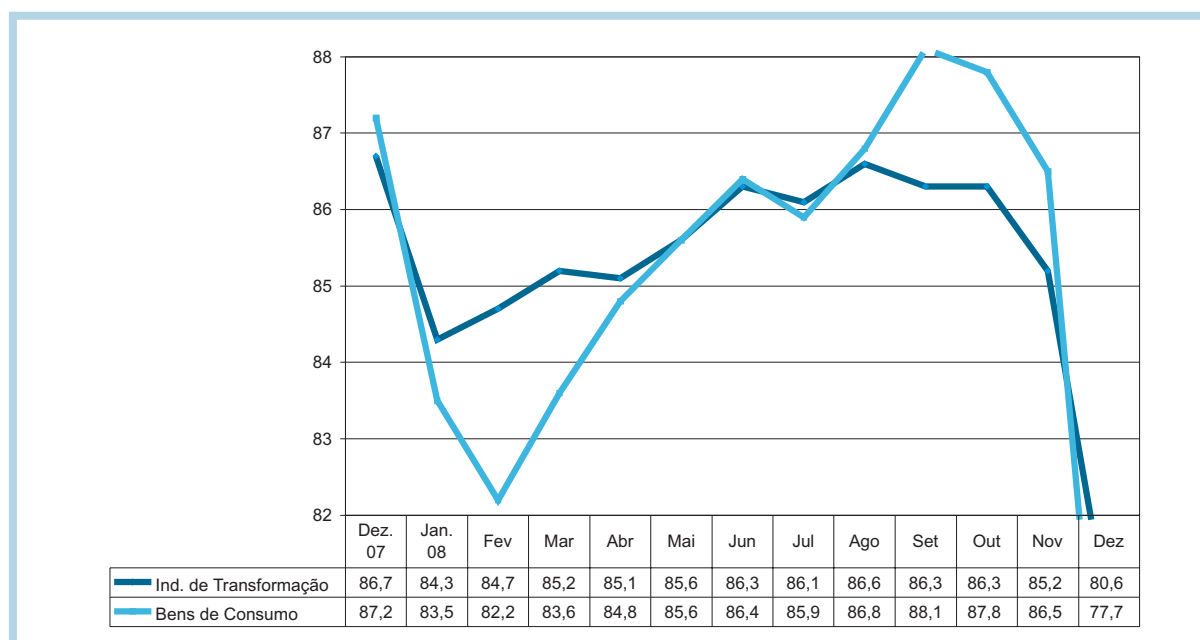


Gráfico 11 – Brasil: Nível de Utilização da Capacidade Instalada. Indústria de Transformação e Bens de Consumo

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009d).

de salários, férias coletivas e licenças remuneradas fazem parte desses ajustes. Por outro lado, os estímulos fiscais do governo federal e a tendência de queda da taxa básica de juros podem contribuir para o incremento das vendas do setor, com reflexo no aumento da utilização da capacidade instalada.

Já o Nuci do setor de bens de capital ficou em 84,2% em dezembro de 2008, confirmando a trajetória descendente dos últimos quatro meses. A consolidação de investimentos de ampliação da capacidade produtiva do setor no período anterior ao aprofundamento da crise, assim como a redução da carteira de pedidos da estrutura produtiva, explica o aumento da ociosidade.

Entretanto, a queda foi bem menor do que a observada na categoria de bens de consumo. A continuidade do crescimento de alguns segmentos, como os setores de bens de capital vinculados à produção agropecuária, contribuiu para esse resultado.

No setor de bens intermediários, o Nuci de dezembro de 2008 registrou um recuo de 4,4 pontos percentuais em relação a novembro, caindo de 85,6% para 81,2% – o menor nível desde 1995. Vale destacar que no mesmo mês do ano anterior, o Nuci se encontrava em 87,1%.

Essa significativa redução ocorre em sintonia com o declínio da produção de bens intermediários no segundo semestre, refletindo as condições desfavoráveis dos preços das *commodities* no mercado internacional (Gráfico 12).

Já com relação ao nível de produtividade entre outubro e novembro, registrou-se uma queda de 3,5%. A retração de 5,2% da produção industrial foi proporcionalmente superior à diminuição das horas pagas (1,7%). Por outro lado, o custo unitário do trabalho aumentou de 2,6%, já que a queda de 2,7% da folha de pagamento foi inferior ao recuo da produção. A persistir essa configuração, os impactos no emprego industrial podem ser significativos nos próximos meses.

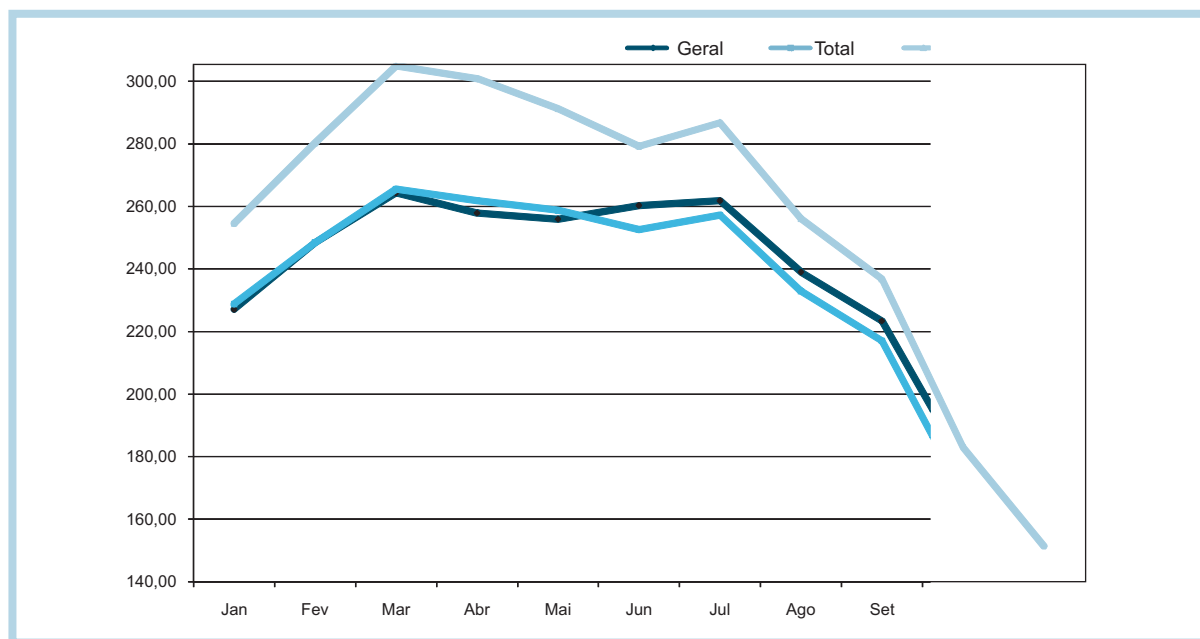


Gráfico 12 – Índices de *Commodities* – Base Média de 2000 = 100

Fonte: (FGV, 2009).

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

A região Nordeste registrou, em novembro de 2008, em comparação com novembro de 2007, retração de 4,1% – a maior queda desde janeiro de 2004 nessa base de comparação. Entretanto, nesse indicador, a indústria nordestina observou queda inferior à da indústria nacional. Isso se explica fundamentalmente pelo menor dinamismo das categorias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, localizadas, sobretudo, no eixo sul/sudeste.

O baixo desempenho da indústria na Região decorreu dos resultados negativos de seis dos onze segmentos analisados. Os ramos que assinalaram maiores retrações foram calçados e artigos de couro (-17,2%), produtos químicos (-15,1%) e vestuário (-13%). O destaque positivo ficou com a indústria de alimentos e bebidas, que registrou acréscimo de 1,8%, com peso significativo na estrutura industrial nordestina (Gráfico 13).

No acumulado janeiro–novembro, a indústria nordestina contabilizou um incremento de 2,5%, em decorrência dos resultados positivos de sete dos nove ramos investigados. Os segmentos com maiores acréscimos foram celulose e papel (27,1%), alimentos e bebidas (4,8%) e refino de petróleo e produção de álcool (3,4%).

No tocante à indústria de calçados, os resultados negativos são reflexos, principalmente, da retração das exportações. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MDIC), o setor calçadista nordestino registrou quedas consecutivas no volume de embarques entre setembro e novembro, repetindo a trajetória descendente do primeiro semestre (Gráfico 15).

Apesar da desaceleração, em 2008 a indústria de calçados da região exibiu desempenho melhor

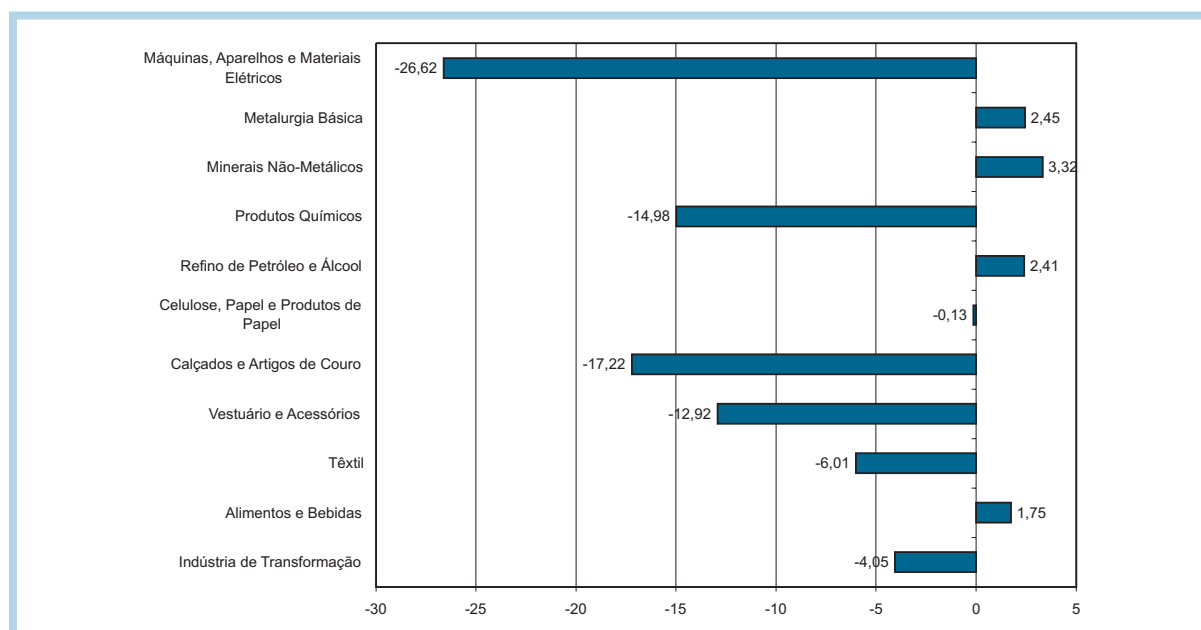


Gráfico 13 – Nordeste – Produção Física – Indicador Mensal (Nov.2008)

Fonte: (IBGE, 2009e).

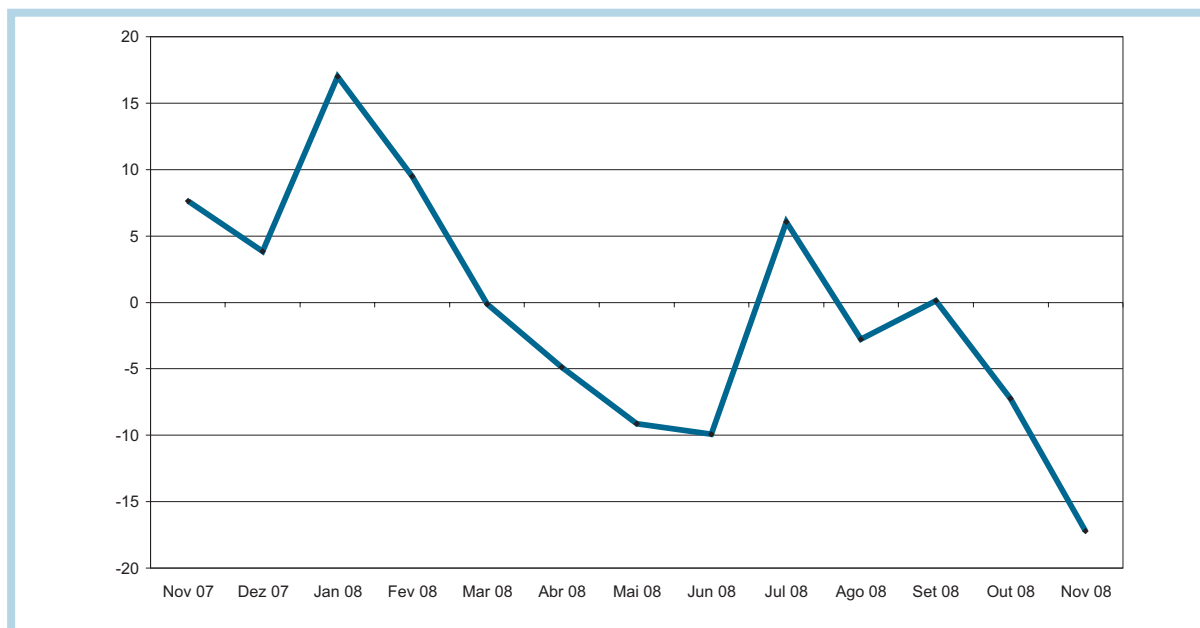


Gráfico 14 – Nordeste – Produção da Indústria de Calçados e Artigos de Couro. Indicador Mensal – Novembro 2007 a Novembro de 2008

Fonte: (IBGE, 2009e).

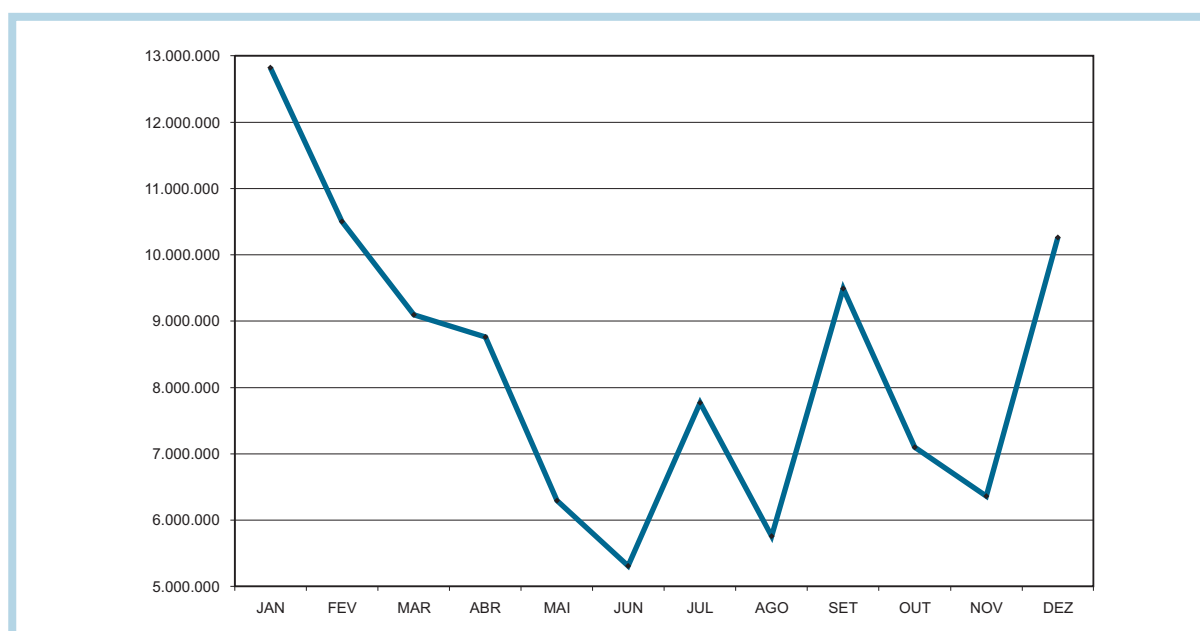


Gráfico 15 – Nordeste – Exportação de Calçados e Artigos de Couro – Janeiro a Dezembro de 2008

Fonte: (BRASIL, 2009G).

do que a média nacional, com acréscimo de 14,9% do número de pares de calçados exportados. As exportações do país em 2008 foram de 165,7 milhões de pares, queda de 6,4% em comparação com os 177 milhões de pares exportados em 2007.

A expansão das vendas internacionais de calçados com cabedal (parte superior) em material

sintético, com forte presença na região Nordeste, explica em grande parte esse ganho de desempenho. Avaliando-se as exportações brasileiras por tipo de calçado, constata-se a liderança dos embarques dos “sintéticos”, com 99,9 milhões de pares em 2008 – acréscimo de 16,2% em relação a 2007. A região Nordeste participa com a maior parte do valor exportado pelo país. Vale destacar

a forte predominância da concorrência-preço desse tipo de calçado.

Já os calçados de couro, principal item exportado pelo Rio Grande do Sul, alcançaram 54,5 milhões de pares em 2008 – recuo de 27,3% em relação a 2007. Diferentemente do tipo sintético, esse calçado tem um maior valor agregado e uma concorrência baseada, sobretudo, na diferenciação.

Os resultados mais favoráveis da região devem-se, em grande parte, ao dinamismo exportador do Ceará. Com 57,3 milhões de pares, 34% do total exportado pelo país, o estado foi o principal exportador de calçados em 2008. Ademais, Sergipe registrou a maior expansão nas vendas de calçados para o exterior, com 1,7 milhão de pares – aumento de 41,7% em relação a 2007, ou 1,2 milhão de pares (Gráfico 16).

O ramo de alimentos e bebidas alcançou desempenho positivo em novembro de 2008 na região Nordeste, reflexo da significativa expansão do mercado doméstico. A manutenção da

massa salarial e do crédito em níveis elevados foi determinante para o dinamismo do mercado interno. Acrescente-se a isso a política de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda.

Entretanto, nos próximos meses, o dinamismo do mercado interno poderá ser afetado pelos resultados negativos do emprego industrial. Em novembro de 2008, constata-se um recuo 0,6% do pessoal assalariado ocupado, na comparação com novembro de 2007 – o segundo consecutivo nessa base de comparação. Vale destacar que os impactos da redução da atividade industrial sobre o emprego deverão gerar efeitos mais intensos no primeiro trimestre de 2009, já que a ocupação reage com defasagem em relação à produção.

Com efeito, os segmentos de calçados e couro e vestuário, por exemplo, registraram taxas positivas de crescimento do pessoal ocupado em novembro de 2008 no indicador mensal, apesar da significativa retração da produção industrial. Entretanto, observa-se que o indicador mensal cresceu menos

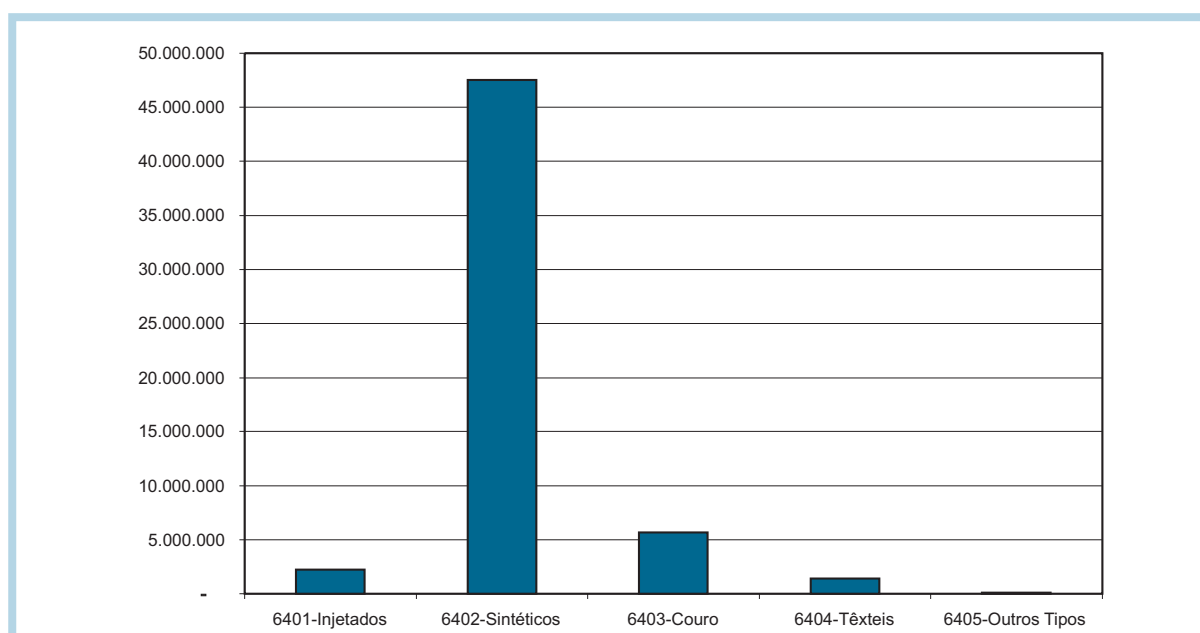


Gráfico 16 – Ceará: Exportação de Calçados por Tipo (NCM) em 2008 – Em Pares

Fonte: (BRASIL, 2009g).

do que o acumulado do ano, confirmando a desaceleração do emprego nesses setores.

Por outro lado, o ramo têxtil nordestino continua registrando variação negativa do pessoal ocupado. O recuo em novembro de 2008 no indicador mês/mesmo mês do ano anterior (-8,4%) foi superior ao acumulado janeiro-novembro (-5,6%). Apesar da desvalorização cambial, os resultados desse segmento no país e no Nordeste continuam sendo afetados pela concorrência asiática.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, a queda do consumo nos países europeus e nos Estados Unidos está provocando o fechamento de fábricas na Ásia e a reorientação das exportações de seus produtos, a preços menores, para mercados emergentes, como o brasileiro.

Ademais, apesar da valorização do dólar, a retração da economia mundial não favorece as exportações. Em 2008, o setor têxtil e de con-

fecção nacional teve um déficit de US\$ 2 bilhões na balança comercial, correspondente ao dobro daquele assinalado em 2007. A expectativa do setor para 2009 será o mercado interno, desde que ocorra um processo de substituição de importações.

Ceará, Pernambuco e Bahia

Os estados nordestinos investigados pelo IBGE registraram recuo da atividade industrial no indicador mensal. A retração de 3,4% da produção industrial cearense em novembro de 2008 em comparação com novembro de 2007 decorreu das variações negativas de quatro dos dez ramos pesquisados. As maiores quedas foram registradas pelos ramos de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-40,2%) e calçados e artigos de couro (-26,3%) (Gráfico 17).

Outro segmento tipicamente cearense que passa por um processo de ajuste em função da desaceleração da economia mundial é o de fabricação de redes⁵. A queda do volume de pedidos do exterior

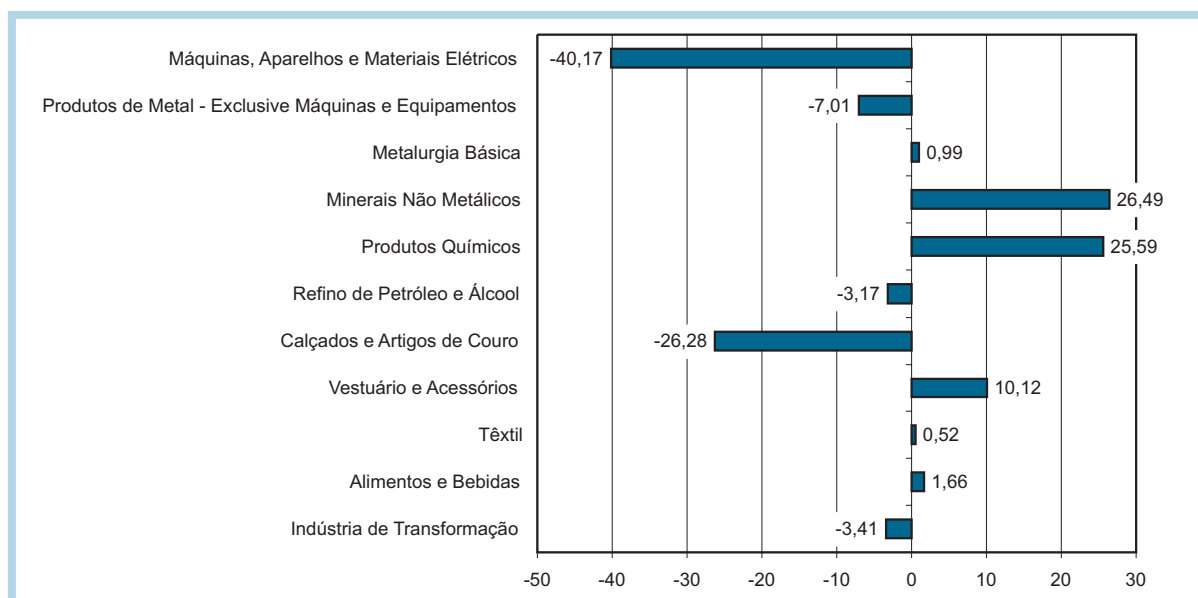


Gráfico 17 – Ceará: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)

Fonte: (IBGE, 2009e).

5 De acordo com o censo setorial realizado em 2006 pelo Instituto Euvaldo Lódi do Ceará (IEL-CE) e o Sebrae, o mercado de redes do Estado é formado por 343 empresas localizadas em 20 municípios. Desse total, 239 fabricantes, correspondendo a 69,7% da produção, concentram-se no Arranjo Produtivo Local (APL) de Jaguaruana. O número de fabricantes em Fortaleza e na Região Metropolitana é de apenas 18.

afetou substancialmente esse segmento no estado. Um exemplo é a fábrica de Redes Isaac, que mantém uma unidade de confecção de tecido em Jaguaruana e outra de acabamento em Fortaleza. A empresa, que destina 98,5% da produção para o mercado externo, enfrenta um recuo no volume de pedidos do exterior. Segundo o proprietário, o ritmo de produção das suas unidades até julho era de 6 mil a 7 mil peças/mês. Com a intensificação da crise mundial, a produção recuou para 4 mil peças/mês (NAS REDES..., 2009).

A produção já se encontrava reduzida mesmo antes da crise, devido, principalmente, à concorrência chinesa, que ganhou espaço dos produtores cearenses em alguns mercados estratégicos, como a Índia. Assim, a empresa, que já chegou a fabricar 300 mil peças/ano, atualmente não passa das 100 mil, e o seu Nuci não chegou a superar os 30% nos últimos seis anos.

A Indústria e Comércio Caramuru também enfrenta dificuldades diante da conjuntura adversa. A empresa produz 10 mil metros de redes por mês, valor bem inferior aos 60 mil metros já produzidos anos atrás. A empresa fornece a uma multinacional que exporta redes do Ceará.

Atualmente, a Caramuru concentra suas atividades, principalmente, na produção de fios. Nesse segmento, as vendas para os fabricantes de redes do interior também caíram substancialmente, passando de cinco toneladas em março de 2008 para apenas duas em outubro.

Os produtores, em sua maioria micro e pequenos empresários, apontam alguns obstáculos para se consolidar no mercado interno e externo, como a ausência de mão-de-obra qualificada, a elevada carga tributária, a falta de atualização tecnológica e as dificuldades para obter capital de giro (FABRICANTES..., 2009).

Já a indústria têxtil cearense observou apenas 0,5% de crescimento da produção, após registrar vários resultados negativos ao longo do ano nessa base de comparação. Por outro lado, o segmento assinala uma retração de 6,4% no acumulado do ano, reflexo da desvalorização do dólar, que, por um lado, desestimulava as exportações e reduzia o faturamento das empresas nas vendas externas, e, por outro, favorecia as importações de produtos asiáticos, especialmente chineses, intensificando a competição no mercado interno.

Vale destacar que essa conjuntura desfavorável atingiu as vendas internacionais do estado com intensidade maior do que aquela verificada nas exportações do país. Com efeito, a participação das exportações cearenses de têxteis no total nacional no período de janeiro a outubro recuou de 8,2% em 2007 para 5,9% em 2008. Em 2002, essa parcela chegou a alcançar 13,4% (Gráfico 18).

Enquanto isso, a contribuição do segmento têxtil na pauta exportadora cearense entre janeiro e outubro caiu de 11,6% em 2007 para 8,5% em 2008. Esse ramo já participou com 18,5% do total exportado pelo estado (Gráfico 19).

Na avaliação do presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará (Sinditêxtil), Ivan Bezerra Filho, o setor terá menos prejuízos que os demais com a crise internacional, já que a valorização do câmbio volta a favorecer as exportações e, sobretudo, dificultar as importações. Ademais, a regulamentação da lei aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador, que estabelece uma redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a partir do aumento da arrecadação, será crucial para o aumento da competitividade do setor⁶.

6 Variando de 0% a 12%, a alíquota será definida com base na arrecadação. Quanto maior a arrecadação, menor será a alíquota (SINDITÊXTEL, 2009).

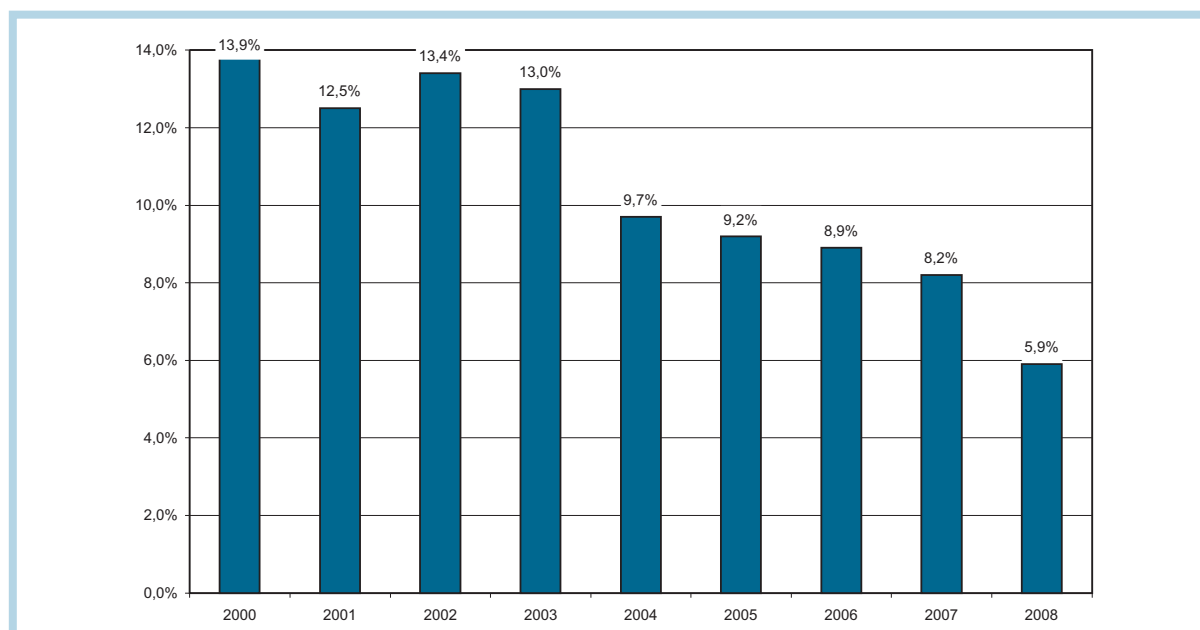


Gráfico 18 – Participação das Exportações Cearenses nas Exportações Brasileiras do Setor Têxtil de Janeiro a Outubro de 2000 a 2008

Fonte: (BRASIL, 2009h).

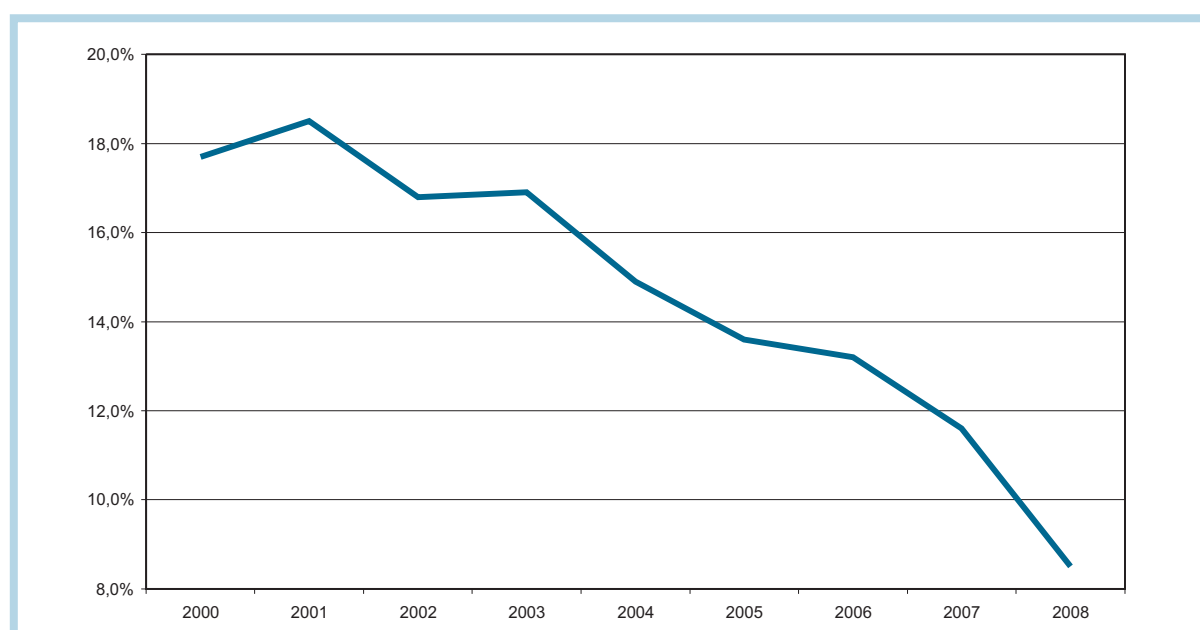


Gráfico 19 – Participação das Exportações do Setor Têxtil no Total Exportado pelo Ceará de janeiro a outubro de 2000 a 2008

Fonte: (BRASIL, 2009h).

Em contraposição aos resultados negativos de ramos tradicionais, a produção de energia eólica vem contribuindo substancialmente para a diversificação da indústria cearense. Atualmente, o Ceará detém o maior número de parques eólicos em

operação no país, concentrando um terço de toda a energia prevista pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeólica), o estado é o mais avançado

em termos de construção de novos empreendimentos sem pendências de instalação, fundiárias ou ambientais.

O desenvolvimento desse segmento vem produzindo fortes efeitos de encadeamento na economia local, estimulando os ramos de construção civil, metalmeccânico, químico e as atividades de manutenção e operação. É o caso da construtora Mercurius dos Ventos, que já entregou cinco parques eólicos no estado. De um total de nove usinas atualmente em construção pela empresa, cinco são localizadas no Ceará (CE..., 2009).

No confronto do indicador mensal de novembro de 2008 com o de novembro de 2007, a Bahia assinalou retração de 3,2% – segunda maior taxa negativa nessa base de comparação. Cinco dos nove ramos investigados registraram decréscimo, com ênfase para veículos automotores (-34,8%) e produtos químicos (-15,2%). Em contrapartida, os maiores acréscimos foram observados em metalurgia básica (13,2%) e alimentos e bebidas (8,6%) (Gráfico 20).

O recuo na produção de produtos químicos reflete os ajustes da produção para adaptar os estoques à diminuição das demandas doméstica e internacional. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQIM, 2009), a queda na produção nos últimos meses de 2008 decorre da retração da demanda interna e do recuo acentuado das exportações, reflexo da contração do consumo em mercados importantes, sobretudo nos Estados Unidos, China e Europa. Diante desse cenário adverso, algumas empresas consultadas estão reavaliando planos de investimentos, adiando compras de matérias-primas e procurando diminuir estoques através de paradas não-programadas.

Dois exemplos ilustram esse processo de ajuste na Bahia. A planta da Acrinor, do grupo Unigel, realizou em novembro uma parada não-programada, decorrente do elevado custo das matérias-primas (amônia e propeno) e da queda das vendas de acrilonitrila e ácido cianídrico. No caso da Braskem, no dia 23 de novembro de 2008 ocorreu uma interrupção de uma de suas linhas

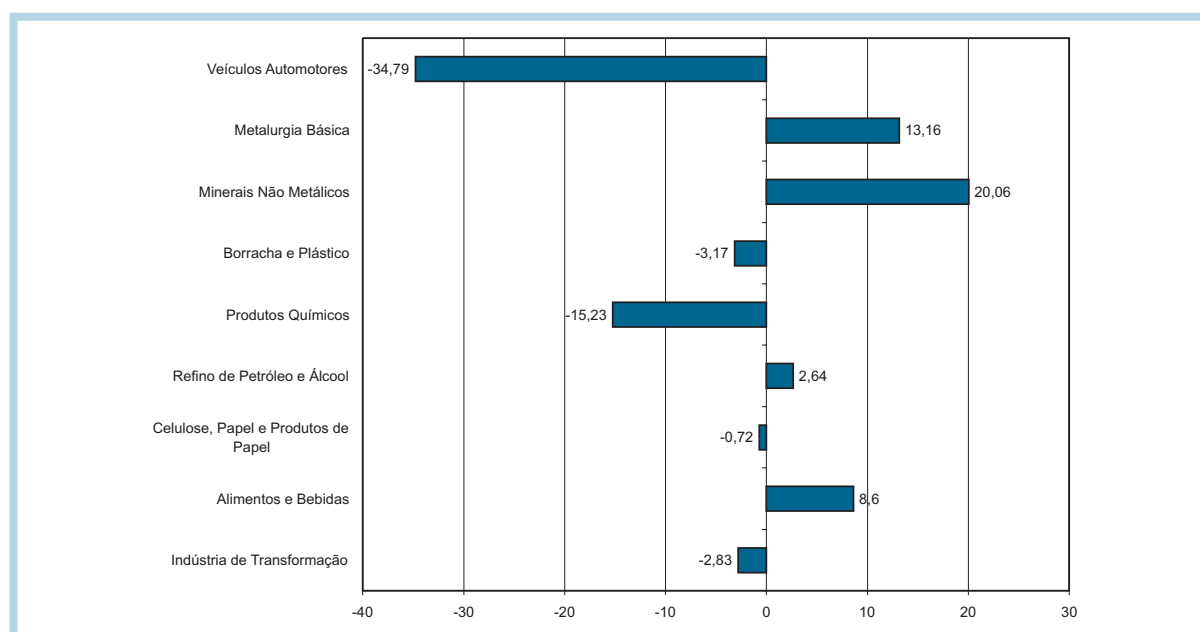


Gráfico 20 – Bahia: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)
Fonte: (BRASIL, 2009h).

de produção de eteno, devido ao fato de a unidade passar a operar com um Nuci inferior a 90% (FIEB, 2009). Vale destacar que o segmento de produtos químicos e petroquímicos respondia por 21,1% do Valor de Transformação Industrial (VTI) da Bahia em 2006, último resultado da pesquisa.

O desempenho dessa atividade na Bahia já vem acompanhando a tendência nacional, com resultados insatisfatórios mesmo antes da crise, reflexo da forte concorrência das importações de países da América do Norte e da União Européia.

As importações brasileiras de produtos químicos atingiram US\$ 35,1 bilhões em 2008 – incremento de 46,6% em relação a 2007. Por outro lado, as exportações cresceram 11,3%, totalizando US\$ 11,9 bilhões. O significativo incremento das importações do setor foi determinante para o déficit de US\$ 23,2 bilhões na balança comercial respectiva.

No acumulado do ano, o aumento de 3,8% da atividade industrial deveu-se ao crescimento de sete dos nove segmentos pesquisados. As atividades que mais se expandiram foram celulose e papel (31%), metalurgia básica (4,4%) e alimentos e bebidas (2,9%). Em sentido contrá-

rio, os ramos de veículos automotores (-2,7%). dutos químicos (-2,2%).

No caso da indústria de papel e celulose, a alta cotação dos preços internacionais antes do agravamento da crise em setembro de 2008 foi crucial para o seu desempenho na Bahia. O setor foi responsável por 17,3% das exportações baianas em 2008, a maior participação na pauta de exportações (Gráfico 21).

Entretanto, a desaceleração da economia mundial, com impacto negativo nos preços dos produtos, assim como as perdas significativas de grandes empresas no mercado financeiro, devido à valorização do dólar, afetaram substancialmente o desempenho da indústria de papel e celulose na Bahia no último trimestre do ano (Gráfico 22).

A Bahia Pulp, por exemplo, promoveu uma redução na produção a fim de adequar sua oferta às novas condições de demanda. Já a Suzano Celulose realizou parada de manutenção em sua unidade de produção no sul da Bahia em novembro, visando ajustar sua produção à conjuntura recessiva. Finalmente, resta saber se a incorporação da Aracruz Celulose pelo Grupo Votorantim

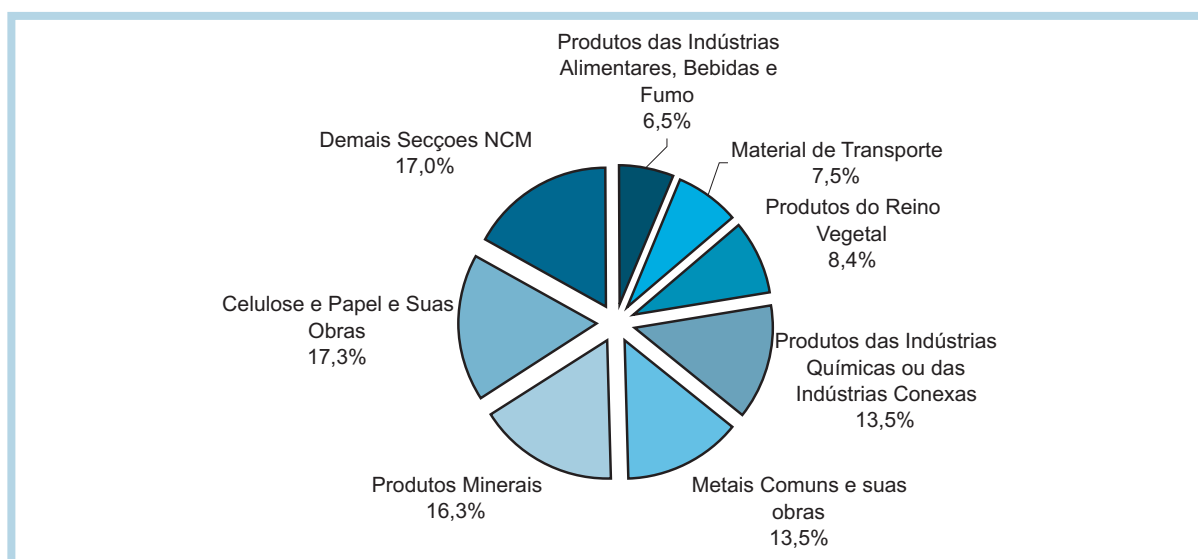


Gráfico 21 – Exportações da Bahia por Setor NCM – Janeiro a Dezembro 2008

Fonte: (SECEX, 2009).

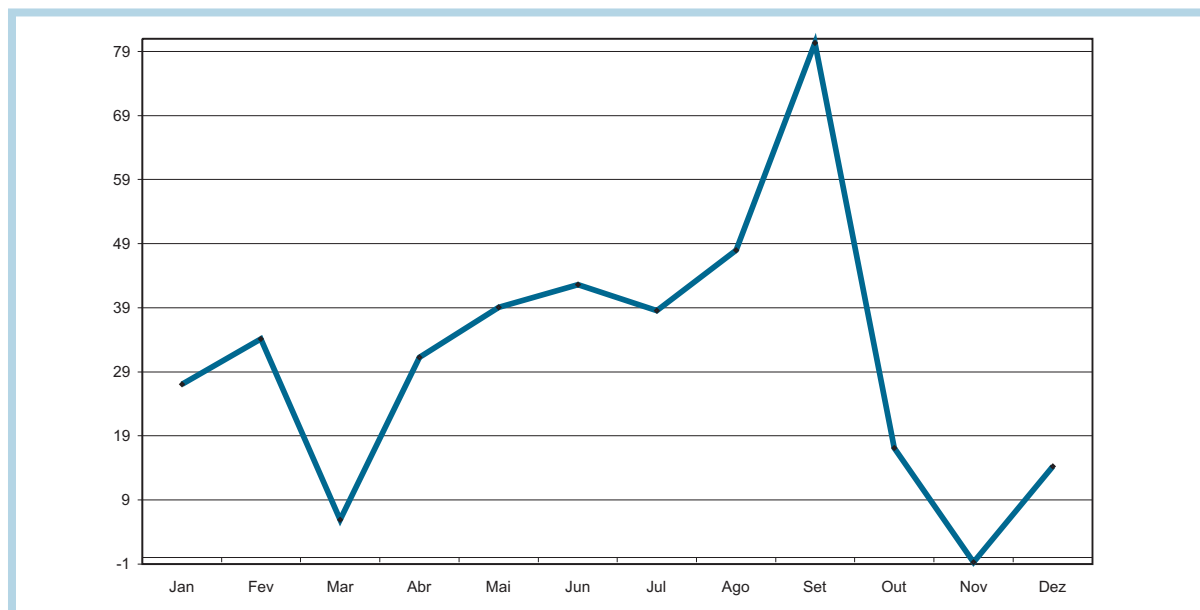


Gráfico 22 – Bahia – Desempenho da Produção de Papel e Celulose – Jan/2008 – Dez/ 2008 – Indicador Mensal

Fonte: (SECEX, 2009).

comprometerá o projeto de ampliação da capacidade de produção da Varecel Celulose⁷.

A indústria pernambucana registrou decréscimo de 2,6% em novembro de 2008 na comparação com novembro de 2007, com registro de retração em seis das onze atividades investigadas. As principais pressões negativas vieram de produtos químicos (-17,1%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-16,1%) e produtos de metal (-13,3% (Gráfico 23).

No acumulado do ano, Pernambuco apresenta crescimento de 5,4% da produção industrial. Sete dos nove gêneros pesquisados assinalaram aumento, com destaque para refino de petróleo e produção de álcool (61,5%), metalurgia básica (9,6%) e alimentos e bebidas (5,6%). Por outro lado, as maiores quedas foram registradas em calçados e artigos de couro (-15,3%) e celulose e papel (-5,5%).

A desaceleração observada nos últimos meses para Pernambuco pela Pesquisa Industrial Mensal

– Produção Física Regional (PIM-PF Regional), do IBGE, é confirmada pelo Estudo de Indicadores Industriais da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE; CNI, 2009). De acordo com essa publicação, observou-se um recuo de 3,1% do valor destinado às compras de insumos e matérias-primas para a produção da indústria de transformação de Pernambuco em dezembro de 2008 comparativamente a novembro do mesmo ano. Já nos indicadores mensal e acumulado do ano, as quedas foram ainda mais acentuadas, chegando a 15,9% e 4,6%, respectivamente.

Do ponto de vista setorial, os ramos com recuos significativos na produção industrial também registraram expressiva diminuição das compras de insumos e matérias-primas no indicador mensal. São os casos das atividades de material eletrônico e equipamentos de comunicação (-92,8%), de confecções, artigos de vestuário e acessórios (90,05%), metalurgia básica (-44,9%), preparação de couro, fabricação de artefatos de couro e calçados (-22,3%), produtos químicos (-19,3%)

⁷ Joint venture entre a sueco-finlandesa Stora Enso com a Aracruz no sul da Bahia.

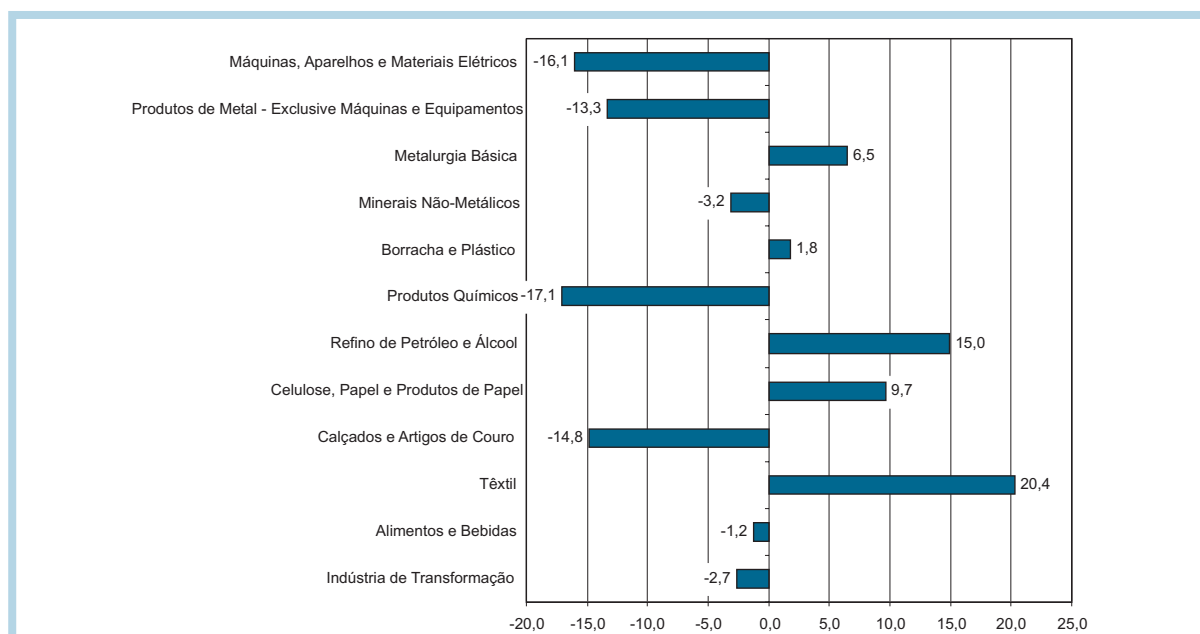


Gráfico 23 – Pernambuco: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)
Fonte: (IBGE, 2009e).

e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-13,02%). Em sentido oposto, destaca-se o significativo crescimento das compras do setor têxtil (33,2%), refletindo a recuperação da produção doméstica decorrente da apreciação do dólar (Tabela 2).

Os resultados negativos da indústria de transformação pernambucana ainda não afetaram na mesma proporção o nível de emprego. Em dezembro de 2008, a retração foi de 3,09% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, registrando recuo do pessoal empregado em quatro dos

Tabela 2 – Pernambuco: Compras de Insumos e Matérias-primas da Indústria de Transformação (%)

	Mês Anterior	Igual Mês Ano Anterior	Acumulado no Ano
Alimentos e Bebidas	1,53	-18,64	-8,9
Produtos Têxteis	-17,56	33,25	1,68
Confeções, Artigos do Vestuário e Acessórios	70,68	90,05	55,76
Preparação de Couro, Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	-19,86	-22,38	-2,51
Celulose, Papel e Produtos de Papel	-13,83	5,49	5,76
Produtos Químicos	-12,61	-19,43	-28,37
Artigos Borracha e Plástico	-32,99	-80,79	23,08
Produtos de Minerais Não-Metálicos	-2,5	27,82	9,54
Metalurgia Básica	-18,13	-44,95	-10,19
Produtos Metálicos - Excl. Máquinas	11,47	0,88	-12,31
Máquinas e Equipamentos	-26,55	39,54	6,09
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	-16,24	-13,06	52,8
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	46,72	-92,87	-0,15
Indústria de Transformação	-3,05	-15,99	-4,64

Fonte: (FIEPE, 2009).

treze setores pesquisados. As principais quedas foram registradas no ramo de material eletrônico e equipamentos de comunicação (-95,4%) e preparação de couro, fabricação de artefatos de

couro e calçados (-16,7%). Já na comparação com o mês anterior, a maior parte dos setores assinalou retração do nível de emprego, embora em níveis modestos.

3.3 - Comércio

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

Em novembro de 2008, a Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2009g) confirmou o processo de arrefecimento do desempenho comercial brasileiro, particularmente vinculado à comercialização de veículos e motos, partes e peças. A despeito do seu crescimento de 16,3% – se comparados os

onze primeiros meses de 2008 ao mesmo período de 2007 –, em novembro o segmento assinalou declínio de 6,4% em relação a outubro, na comparação livre de influências sazonais (receita nominal), conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC – (nov./08)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Novembro	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Novembro	Acumulado	
			Jan.-Nov. /08	12 Meses			Jan.-Nov. /08	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	-0,4	12,0	15,9	15,6	-0,7	5,1	9,8	9,8
1. Combustíveis e Lubrificantes	-3,0	7,8	10,0	9,3	-0,9	5,5	9,6	9,1
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,3	18,0	17,7	17,5	0,7	6,0	5,7	5,8
2.1. Super e Hipermercados	0,5	17,7	17,3	17,1	0,5	5,8	5,5	5,6
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-5,1	-2,3	12,8	12,8	-5,5	-8,7	7,1	7,5
4. Móveis e Eletrodomésticos	-2,4	2,8	12,5	11,9	-3,3	4,5	16,6	16,0
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	1,8	17,2	15,9	15,6	1,6	14,1	13,2	13,1
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-6,5	8,9	15,8	16,1	-9,8	20,8	33,2	33,8
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	1,8	12,4	12,5	12,1	1,3	10,4	10,7	10,3
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-1,0	14,2	23,8	23,7	-2,3	6,5	17,8	18,2
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-3,1	1,2	16,2	16,0	-3,4	-4,1	11,0	10,9
9. Veículos e Motos, partes e peças	-6,4	-18,8	16,3	16,2	-7,0	-20,3	13,5	13,5
10. Material de Construção	-1,0	7,2	18,8	18,6	-1,4	-6,2	8,8	8,9

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal.

Também em novembro de 2008 o comércio varejista ampliado⁸, vinculado ao segmento citado, apresentou redução de 3,1% em relação ao mês anterior, mas manteve o desempenho positivo (ampliação de 16,2%) se comparado o período de janeiro a novembro de 2008 com idêntico intervalo de 2007 (receita nominal).

O desempenho do setor comercial brasileiro apresentou os primeiros sinais de arrefecimento, traduzido em desempenho negativo, no início de 2008: redução do volume de vendas de fevereiro, em comparação ao de janeiro, livre de efeitos sazonais (comércio varejista não ampliado). Essa ocorrência pode ser atribuída ao fraco desempenho do setor hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, particularmente afetado pela elevação dos preços dos alimentos (IBGE, 2008k).

Ao longo de 2008, mantiveram-se taxas positivas, salvo em outubro, quando o comércio de veículos e motos, partes e peças começou a apresentar trajetória declinante – redução do volume de veículos vendidos. Em ambos os casos, por se tratar de atividade com grande participação no volume do comércio varejista, ocorreu declínio das taxas intermensais do comércio em seu agregado.

As restrições de crédito e a diminuição do grau de confiança dos consumidores têm contribuído para o desaquecimento do comércio. Desdobramentos dessa situação já se fazem sentir, inclusive, no desempenho industrial brasileiro de novembro, particularmente na produção de bens de consumo duráveis, cuja queda de 20,4% entre

outubro e novembro foi a maior desde dezembro de 1997 (IBGE, 2008c).

Outras atividades também sofreram influências negativas advindas das restrições de crédito em novembro, como equipamentos, materiais para escritório, informática e comunicação (-9,8%), móveis e eletrodomésticos (-3,3%) e material de construção (-1,4%), na comparação com o volume de vendas do mês imediatamente anterior e livre de influências sazonais.

Esse processo de acomodação da atividade comercial, aliado ao declínio das cotações das *commodities*, contribuiu para a desaceleração dos preços no final de 2008 e janeiro de 2009, tendo, inclusive, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2008 (5,9%) permanecido dentro da faixa de tolerância estabelecida pelo CMN⁹, apesar da contribuição do subgrupo alimentação em domicílio (10,7%) (IBGE, 2009l).

Por sua vez, o processo de ajustamento de preços internacionais, aliado à desaceleração da atividade econômica interna, dificulta eventuais repasses dos efeitos da desvalorização do real frente ao dólar para os preços internos, contribuindo para a manutenção do poder de compra da moeda e reduzindo as projeções futuras de juros e inflação¹⁰.

O crescimento da massa de rendimento real efetivo da população ocupada no conjunto de seis regiões metropolitanas pesquisadas, de 8,3% em outubro de 2008 em comparação com outubro de 2007 ou de 0,4% comparativamente a setembro de 2008, demonstra os ganhos salariais ocorridos em período recente e que podem, inclusive,

8 O IBGE calcula o desempenho do comércio considerando dois conjuntos: o comércio varejista, que inclui oito atividades; e o comércio varejista ampliado, que considera, adicionalmente, o comércio de veículos e motos, partes e peças e o de material de construção.

9 O Conselho Monetário Nacional estabeleceu para 2008 uma meta de inflação (IPCA) de 4,5%, com tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009c).

10 Contendo previsões de mercado, o relatório Focus de 9/01/09 projetava um IPCA para os próximos 12 meses da ordem de 5% (5,2% há quatro semanas) e uma taxa Selic de 11,75% no final de 2009 (13% há quatro semanas) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b).

ajudar a minimizar os efeitos da crise sobre a economia (IBGE, 2009j)¹¹.

A desoneração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre o crédito geral ao consumidor (de 3% a.a. para 1,5% a.a.), a redução do Imposto sobre Produtos Industriali-

zados (IPI) para automóveis com até duas mil cilindradas e a correção das faixas salariais do Imposto de Renda, com inserção de novas alíquotas e faixas, são medidas anticíclicas de iniciativa do governo para estimular o consumo interno em 2009 e reduzir os atuais estoques das montadoras de veículos (BRASIL, 2009i)¹².

3.3.2 - Comércio no Nordeste

Em novembro de 2008, seis estados da região apresentaram comportamento semelhante ao do país, assinalando redução do volume comercializado, comparativamente ao desempenho de novembro de 2007: Maranhão (-7,3%), Rio Grande do Norte (-5,9%), Paraíba (-4,1%), Pernambuco (-3,6%), Alagoas (-3,5%) e Sergipe (-1,7%).

Esses resultados, contudo, não foram suficientes para anular os ganhos dos meses anteriores, haja vista as taxas positivas de variação, quando comparados os onze primeiros meses de 2008 ao mesmo período de 2007 (Tabela 4).

As receitas comerciais nesses estados, por sua vez, também registraram desempenho positivo no acumulado até novembro – expansões acima de dois dígitos, comparativamente ao mesmo período de 2007.

Paralelamente, o mercado de trabalho apresentou sinais de arrefecimento, haja vista a redução na oferta de vagas em alguns estados. A redução na oferta de vagas em todos os estados da região em dezembro constitui indício de que o processo de desaquecimento das vendas terá continuidade em dezembro de 2008 e no início de 2009 (CAGED, 2009).

Tabela 4 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (Nov. e Jan.- Nov. de 2008)*

Unidade da Federação	Volume de vendas		Receita nominal	
	Nov./08	Jan.- Nov. /08	Nov./08	Jan.- Nov. /08
BRASIL	-4,1	11,0	1,3	16,2
Maranhão	-7,3	10,0	-2,4	15,5
Piauí	6,7	12,0	11,4	17,5
Ceará	1,7	12,9	8,0	18,2
Rio Grande do Norte	-5,9	10,3	-0,6	15,5
Paraíba	-4,1	9,0	2,1	16,1
Pernambuco	-3,6	7,4	3,2	14,4
Alagoas	-3,5	8,5	3,2	15,5
Sergipe	-1,7	6,9	4,3	13,0
Bahia	1,3	9,5	6,5	14,4

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação a mesmo período do ano anterior.

11 A Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, apura informações sobre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

12 De acordo com o Ministério da Fazenda, as três medidas acarretarão queda de R\$ 8,4 bilhões na arrecadação de tributos federais: desoneração do IOF (R\$ 2,5 bilhões), redução IPI (R\$ 1 bilhões) e modificação no IR (R\$ 4,9 bilhões).

Nos três estados do Nordeste cujos dados são disponibilizados pela pesquisa do IBGE – Bahia, Ceará e Pernambuco –, observa-se que, apesar do desempenho negativo de algumas atividades – influenciado pelas restrições de crédito do final de 2008 –, as taxas de expansão no acumulado de janeiro a novembro mantiveram-se positivas para o comércio varejista ampliado (Tabela 5).

Também nos três estados, destacam-se no acumulado de janeiro a novembro de 2008 os setores de material para construção, combustíveis e lubrificantes e outros artigos de uso pessoal e doméstico, por apresentarem crescimento acima da média do comércio varejista ampliado, beneficiando-se do saldo positivo de empregos gerados ao longo do ano, guardadas suas especificidades.

O volume do comércio de materiais para construção cresceu 11,5% na Bahia, 24,4% no Ceará e 14,1% em Pernambuco, em consequência da elevação no total de recursos para financiamentos

imobiliários. Em outubro de 2008, comparativamente a outubro de 2007, esse tipo de operação cresceu 29,8% na Bahia, 35,1% no Ceará e 86,2% em Pernambuco, possibilitando, inclusive, que os três estados ampliassem suas participações no total nacional de recursos concedidos no país para aquisição, construção, reforma e ampliação de imóveis e aquisição de materiais de construção (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009a).

O volume de vendas de combustíveis e lubrificantes, no acumulado de janeiro a novembro de 2008, ampliou-se 11,5% na Bahia, 17,7% no Ceará e 9,9% em Pernambuco. Pode-se atribuir esse desempenho à relativa estabilidade de preços e, em alguns casos, à sua efetiva redução nas regiões metropolitanas das capitais desses estados, que em outubro e novembro de 2008 assinalaram declínio nos preços do álcool e da gasolina¹³ (IBGE, 2009l). Fator adicional para elevação da demanda por combustíveis é o crescimento da

Tabela 5 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia (Jan.-Nov. /08)*)

Atividades	Jan.- Nov. /08					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	12,9	18,2	7,4	14,4	9,5	14,4
1. Combustíveis e Lubrificantes	17,7	17,3	9,9	10,8	11,5	12,1
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,2	13,1	8,9	23,9	1,6	14,4
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	4,5	8,9	-1,8	3,7	-1,2	3,2
4. Móveis e Eletrodomésticos	10,7	7,2	15,7	12,6	19,2	14,2
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	5,8	9,7	-6,5	-2,5	11,9	13,2
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	15,9	17,2	1,9	2,4	23,6	22,7
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	44,0	28,7	-11,7	-23,7	13,0	-1,0
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	15,4	19,1	12,4	15,8	26,4	29,8
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	20,3	25,5	5,6	11,2	12,0	16,1
10. Material de Construção	24,4	37,2	14,1	24,6	11,5	18,0

Fonte: (IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação a mesmo período do ano anterior.

13 Em outubro de 2008 houve variação positiva do preço da gasolina na Região Metropolitana de Recife, sendo, no entanto, antecedida por uma redução em setembro.

frota de automóveis em patamares acima de 7% nos três estados, na comparação entre novembro de 2008 e novembro de 2007 (DENATRAN, 2009).

A atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico registrou crescimento de 29,8% na Bahia, 19,1% no Ceará e 15,8% em Pernambuco (receita nominal), no acumulado até novembro de 2008, além de beneficiar-se da geração de emprego ao longo do ano¹⁴, devido à ampliação dos rendimentos médios reais, a exemplo do que ocorreu nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador¹⁵.

Apesar do cenário de retração de investimentos privados, há iniciativas voltadas para garantir

a manutenção da demanda agregada por meio de estímulos fiscais, a exemplo dos investimentos das empresas estatais federais, previstos para os três estados no orçamento de 2009 e que apresentam considerável elevação em comparação com a previsão orçamentária de 2008¹⁶.

Ademais, as recentes iniciativas no sentido de normalização do mercado de crédito, somadas ao início do processo de flexibilização da política monetária, com redução da taxa Selic em um ponto percentual, poderão influenciar positivamente no nível de atividade e no comércio regionais ao longo do ano 2009.

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

Após registrar crescimento contínuo durante mais de dois anos, em outubro de 2008 o PIB do agronegócio sofreu o seu primeiro recuo, de 0,88%. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no período de janeiro a outubro o aumento foi da ordem de 6,6%. O desempenho negativo deve-se aos efeitos da crise

financeira mundial, que levaram à ocorrência de prejuízo nas lavouras, seriamente atingidas pelo recuo nos preços (CNA, 2009b).

As duas subdivisões básicas do agronegócio – agricultura e pecuária – experimentaram diferentes níveis de crescimento do PIB no acumula-

14 Apesar do decréscimo no número de vagas nos três estados em dezembro de 2008, houve ampliação da oferta de emprego formal ao longo do ano. Pernambuco houve a segunda maior taxa de expansão nacional (6,2%), empatada com a de Goiás, e o sétimo maior crescimento em termos absolutos no país. O Ceará ampliou em 41.441 o número de postos de trabalho formais, o segundo melhor desempenho em termos absolutos no Nordeste e o nono em todo país, correspondendo a 6%. Na Bahia registrou-se saldo positivo de 40.922, com uma variação positiva de 3,4% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2007 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009).

15 O rendimento real médio dos trabalhadores assalariados na Região Metropolitana de Salvador cresceu 12%, entre outubro de 2007 e outubro de 2008, ao passo que na Região Metropolitana de Recife houve uma ampliação de 5,2%.

16 Observa-se crescimento da previsão anual de investimentos das empresas estatais nos três estados, destacando-se Pernambuco, cujos recursos para 2009 são nove vezes maiores do que os previstos para 2008 (BRASIL, 2009b).

do de janeiro a outubro de 2008: enquanto a primeira cresceu 5,81%, a segunda evoluiu 8,56%. Em outubro, o impacto da crise na pecuária foi menor, possibilitando um crescimento de 0,44% no PIB respectivo. A mesma sorte não teve a agricultura, cujo PIB sofreu um recuo mensal de 1,42% (Gráfico 24 e Tabela 6).

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), colocando-se à parte três dos quatro segmentos de análise do agronegócio – produção de insumos, indústria e distribuição – e focando-se a atenção apenas nas suas produções, observa-se que a agricultura cresceu 14,08% e a pecuária 10,41% no acumulado do ano (Tabela 6).

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, parte integrante do agronegócio, registrou a menor expansão entre os segmentos do setor, com crescimento de apenas 1,17% no acumulado do ano. Esse desempenho contrasta com o registrado na edição n. 18 deste periódico, quando a agroindústria avançou 2,71%. O mau desempenho deve ser creditado principalmente à desaceleração ocorrida na indústria de processa-

mento vegetal. A indústria de beneficiamento da agricultura acumula crescimento anual de 0,75%, bem inferior ao registrado na pecuária (3,73%). O grande destaque ficou com a indústria de óleos vegetais, que registrou o maior crescimento do ano, da ordem de 25,48%, enquanto a indústria do açúcar assinalou o pior resultado, com taxas mensais negativas durante todo o ano, culminando em uma retração de 21,44% no ano.

A trajetória de crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária observada em 2007 foi revertida em 2008, em decorrência da crise, gerando desaceleração no crescimento tanto do volume como do preço de vários produtos agrícolas. Em 2008 (Tabela 8), os produtos da lavoura temporária considerados conjuntamente registraram aumento de 12,4% em seu VBP, enquanto os que compõem a lavoura permanente avançaram apenas 9,6%. Apesar da redução no *quantum* ou no preço da maior parte dos produtos agrícolas, os pecuários foram pouco afetados, registrando em 2008 um aumento de 12,7% no VBP, em relação a 2007, evoluindo de R\$ 237,1 bilhões para R\$ 267,1 bilhões.

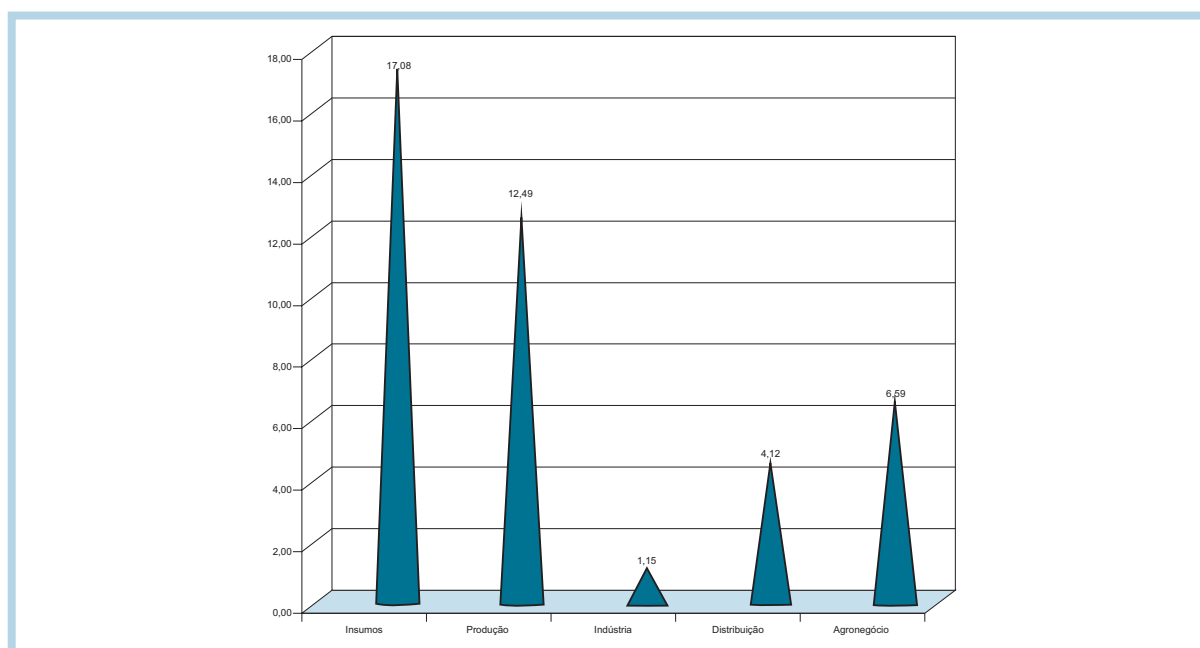


Gráfico 24 – Brasil - PIB do Agronegócio – Variação (%) Acumulada em 2008

Fonte: CNA (2009b)

Tabela 6 – Brasil – PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2007-2008 (%)

AGROPECUÁRIA					
2008	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	1,75	1,33	0,41	0,67	0,86
Fevereiro	1,85	1,31	0,54	0,73	0,93
Março	1,95	1,65	0,42	0,73	0,99
Abril	2,02	1,61	0,44	0,76	1,01
Maio	2,33	1,76	0,27	0,67	1,00
Junho	2,23	1,67	0,06	0,56	0,87
Julho	1,79	1,22	0,53	0,67	0,89
Agosto	1,29	1,17	-0,54	-0,08	0,25
Setembro	1,18	1,10	-0,01	0,25	0,50
Outubro	-0,47	-0,95	-0,96	-0,90	-0,88
Acumulado em 2008	17,08	12,49	1,15	4,12	6,59
AGRICULTURA					
2008	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	1,88	1,45	0,35	0,52	0,76
Fevereiro	2,11	1,61	0,53	0,73	0,95
Março	2,36	2,20	0,44	0,80	1,08
Abril	2,45	2,04	0,44	0,78	1,06
Maio	2,75	2,17	0,24	0,61	0,99
Junho	2,80	2,07	-0,04	0,41	0,81
Julho	2,12	1,44	0,56	0,67	0,93
Agosto	1,51	1,34	-0,60	-0,29	0,12
Setembro	1,48	1,22	-0,06	0,05	0,40
Outubro	-0,80	-2,20	-1,10	-1,48	-1,42
Acumulado em 2008	20,25	14,08	0,75	2,81	5,80
PECUÁRIA					
2008	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	1,53	1,18	0,81	1,02	1,12
Fevereiro	1,45	0,92	0,58	0,74	0,88
Março	1,30	0,93	0,33	0,58	0,77
Abril	1,33	1,05	0,46	0,70	0,88
Maio	1,63	1,22	0,45	0,80	1,02
Junho	1,29	1,12	0,62	0,91	1,00
Julho	1,23	0,91	0,35	0,68	0,80
Agosto	0,92	0,92	-0,19	0,42	0,59
Setembro	0,67	0,92	0,33	0,73	0,73
Outubro	0,10	0,78	-0,07	0,45	0,44
Acumulado em 2008	12,05	10,41	3,73	7,25	8,54

Fonte: (CNA, 2009b).

Tabela 7 – Brasil – PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2007 e 2008 (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Atividades	Anos		Variação	
	2007	2008	(%)	Abs.
Agricultura	90,73	96,00	5,80	5,27
Pecuária	71,77	77,91	8,54	6,14
Agropecuária	168,05	179,14	6,60	11,09
Agronegócio	582,67	621,13	6,60	38,46
Outros segmentos	390,26	390,26	0,00	0,00

Fonte: (CNA, 2009b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

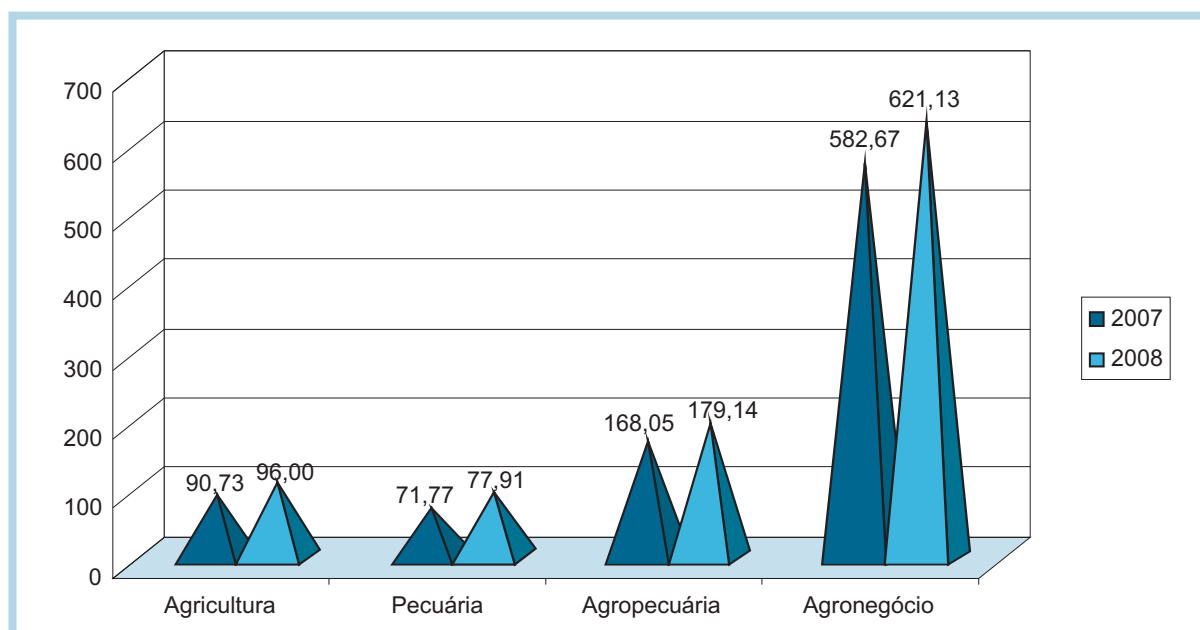


Gráfico 25 – Brasil – PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Fonte: CNA, 2009b.

O VBP da agropecuária do Nordeste em 2008 deverá atingir o montante de R\$ 39 bilhões (Tabela 9). As lavouras temporárias contribuirão com R\$ 17,9 bilhões (45,9%), enquanto as permanentes responderão por R\$ 7,7 bilhões (19,8%). Com isso, 65,7% do VBP total estimado virá da agricultura (R\$ 25,6 bilhões). O valor restante – R\$ 13,4 bilhões – será gerado pela pecuária.

Prevê-se em 2008 um crescimento de 18,5% no VBP das lavouras temporárias e um recuo de 6,2% no VBP das lavouras permanentes em relação a 2007. A representatividade do VBP do Nordeste

em relação ao país permanecerá em torno de 12%. Essa comparação, no entanto, deve ser feita com cautela, bem como em relação ao crescimento de 31% do VBP da pecuária, haja vista que a principal fonte de dados para o VBP – a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – não divulgou um boletim com os dados detalhados de 2008 (a última atualização, discriminada por produto, foi feita no boletim Indicadores Rurais n. 90, de setembro/outubro de 2008. Por isso, foram consideradas as quantidades dos produtos pecuários do mencionado boletim (n. 90), cujos valores foram

Tabela 8 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2007 e 2008

R\$ Milhões de dezembro/08

Produtos	2007	2008	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	147.150	164.621	11,9	17.471
- lavouras temporárias (1)	119.953	134.811	12,4	14.857
- lavouras permanentes (2)	27.197	29.810	9,6	2.614
Pecuários	89.898	102.501	14,0	12.603
- carnes (3)	68.204	77.445	13,5	9.241
- derivados (4)	21.694	25.057	15,5	3.362
Total	237.049	267.123	12,7	30.074

Fonte: (CEPEA, 2009). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo.

(2) banana, cacau, café, laranja, sisal e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

Tabela 9 – Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2007 e 2008

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
Lavoura temporária (a)							
Brasil						139.361.921	162.629.135
Nordeste						15.108.477	17.907.560
Abacaxi	Mil frutos	759.296	789.162	1,07	0,90	812.447	710.246
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.189.720	1.296.045	1,14	0,99	1.356.281	1.283.085
Alho	Tonelada	5.483	4.230	3,33	3,33	18.272	14.096
Amendoim (em casca)	Tonelada	10.824	12.573	1,11	0,90	12.015	11.316
Arroz (em casca)	Tonelada	1.026.937	1.168.404	0,72	0,79	739.395	923.039
Batata - doce	Tonelada	182.043	182.043	0,43	0,43	77.719	77.719
Batata - inglesa	Tonelada	277.030	294.210	1,19	1,19	329.666	350.110
Cana-de-açúcar	Tonelada	68.640.543	73.795.319	0,04	0,04	2.964.585	2.851.451
Cebola	Tonelada	338.836	367.127	0,91	1,07	308.341	392.826
Fava (em grão)	Tonelada	14.925	14.925	1,92	1,92	28.629	28.629
Feijão (em grão)	Tonelada	797.764	973.530	1,67	2,26	1.329.930	2.200.178
Fumo (em folha)	Tonelada	28.504	28.278	4,01	4,01	114.277	113.371
Mamona (baga)	Tonelada	83.820	110.665	0,71	0,81	59.512	89.639
Mandioca	Tonelada	10.009.236	10.002.805	0,18	0,18	1.811.071	1.790.702
Melancia	Tonelada	557.992	557.992	0,42	0,37	234.357	206.457
Melão	Tonelada	474.368	474.368	0,84	0,69	398.469	327.314
Milho (em grão)	Tonelada	3.157.465	4.418.665	0,51	0,57	1.610.307	2.518.639
Soja (em grão)	Tonelada	3.909.200	4.830.658	0,57	0,71	2.228.244	3.429.767
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	116.632	140.998	0,35	0,35	41.065	49.644
Tomate	Tonelada	515.364	586.232	1,23	0,92	633.898	539.333
Lavoura permanente (b)							
Brasil						31.245.913	35.351.892
Nordeste						8.232.571	7.722.394
Abacate	Tonelada	8.254	8.254	0,78	1,00	6.438	8.254
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	243	243	0,92	0,92	224	224
Banana	Tonelada	2.893.075	2.893.075	0,56	0,45	1.618.744	1.308.772
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	30.620	30.620	1,28	1,28	39.167	39.167
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	139.331	139.331	4,33	4,73	603.025	658.571
Café (beneficiado)	Tonelada	176.669	176.669	2,52	3,74	445.206	660.742
Caqui	Tonelada	58	58	2,85	2,85	166	166
Castanha-de-caju	Tonelada	240.586	240.586	0,99	0,99	237.104	237.104
Coco-da-baía	Mil frutos	1.284.860	1.284.860	0,66	0,56	848.008	719.522
Dendê (coco)	Tonelada	203.773	203.773	0,20	0,20	40.401	40.401
Figo	Tonelada	8	8	11,51	11,51	92	92
Goiaba	Tonelada	136.285	136.285	0,65	0,65	88.689	88.689
Guaraná (semente)	Tonelada	2.071	2.071	8,95	8,95	18.531	18.531
Laranja	Tonelada	1.976.911	1.976.911	0,41	0,31	813.229	619.133
Limão	Tonelada	75.500	75.500	1,11	1,00	83.805	75.500
Maçã	Tonelada	15	15	2,10	2,10	31	31
Mamão	Tonelada	1.093.838	1.093.838	0,84	0,82	918.824	896.947
Manga	Tonelada	970.786	970.786	0,87	0,83	844.584	805.752
Maracujá	Tonelada	421.437	421.437	1,15	1,09	484.653	459.366
Marmelo	Tonelada	150	150	2,33	2,33	350	350
Palmito	Tonelada	21.353	21.353	2,29	2,29	48.886	48.886
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.797	4.797	4,01	4,01	19.221	19.221
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	251.482	251.482	1,13	0,97	284.175	243.938
Tangerina	Tonelada	51.125	51.125	1,19	0,93	60.839	47.546
Urucum (semente)	Tonelada	2.567	2.567	2,70	2,70	6.924	6.924
Uva	Tonelada	269.125	269.125	2,68	2,67	721.255	718.564
Agricultura (c)							
Brasil						170.607.834	197.981.027
Nordeste						23.341.047	25.629.954

(continua)

Tabela 9 – Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2007 e 2008

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
Pecuária (d)							
Brasil						98.978.867	111.470.000
Nordeste						10.215.888	13.381.668
Carne bovina	Tonelada	1.174.840	1.149.300	3,83	4,71	4.498.140	5.409.527
Frango	Tonelada	771.599	844.866	2,42	3,03	1.864.051	2.556.366
Leite	milhões de litros	3.223	3.319	0,62	0,83	2.010.009	2.748.458
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	11.048	11.562	1,96	2,53	722.791	976.347
Suínos	Tonelada	423.640	448.000	2,65	3,77	1.120.897	1.690.970
Agropecuária (c + d)							
Brasil						269.586.701	309.451.027
Nordeste						33.556.935	39.011.622
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						10,84	11,01
Lavoura permanente (b)						26,35	21,84
Agricultura (c)						13,68	12,95
Pecuária (d)						10,32	12,00
Agropecuária (c + d)						12,45	12,61

Fonte: (CNA, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) As quantidades foram obtidas do LSPA (12/2008); PAM (2007) e CNA (2008).

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2008c), SIGMAN (2007 e 2008) e PAM (2007), corrigidos para nov/2008.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. a PPM-2006.

(4) As quantidades de carne de bovinos, aves e suínos do NE foram calculadas com base na participação regional estimada por FNP-2006.

Tabela 10 – Nordeste – Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2008

R\$ milhões

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.315	12,93	82	1,06	2.397	9,35	1.558	11,64	3.955	10,14
Piauí	1.275	7,12	92	1,19	1.367	5,33	861	6,43	2.228	5,71
Ceará	1.679	9,38	725	9,39	2.404	9,38	1.816	13,57	4.220	10,82
Rio Grande do Norte	669	3,74	251	3,25	920	3,59	580	4,34	1.500	3,84
Paraíba	935	5,22	246	3,19	1.181	4,61	658	4,92	1.839	4,71
Pernambuco	1.714	9,57	972	12,59	2.686	10,48	2.322	17,35	5.008	12,84
Alagoas	1.365	7,62	81	1,05	1.445	5,64	618	4,62	2.063	5,29
Sergipe	669	3,73	424	5,49	1.093	4,26	535	4,00	1.628	4,17
Bahia	7.288	40,70	4.850	62,80	12.138	47,36	4.435	33,14	16.572	42,48
Bahia + Pernambuco + Ceará + Maranhão	12.996	72,57	6.629	85,84	19.624	76,57	10.130	75,70	29.754	76,27
Demais	4.912	27,43	1.094	14,16	6.005	23,43	3.252	24,30	9.257	23,73
Soma	17.908	100,00	7.722	100,00	25.630	100,00	13.382	100,00	39.012	100,00

Fonte: (CNA, 2009; IBGE, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

atualizados para novembro de 2008. Os totais do Brasil (agricultura e pecuária) utilizados foram obtidos do documento Agropecuária Brasileira – Balanço e Perspectivas – 2008 e 2009.

Ceará e Maranhão seguem disputando (e se alternando) a terceira posição entre os estados de maior VBP, cujos dois primeiros postos têm

sido cativos da Bahia (42,5%) e de Pernambuco (12,8%). No conjunto, esses quatro estados representam 76,3% do VBP regional (Tabela 10).

Essa concentração é maior nas lavouras permanentes (85,8%), alcançando sua menor proporção nas lavouras temporárias (72,6%).

3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

Consideradas as informações relacionadas ao comércio exterior alusivas ao período de janeiro a novembro de 2008, os saldos comerciais dos agronegócios nacional e regional assinalaram crescimento. Enquanto o incremento nacional foi de 22%, o do Nordeste foi de 29,5% (elevação de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 4,3 bilhões). As exportações do agronegócio do Nordeste evoluíram de US\$ 4,5 bilhões para praticamente US\$ 6 bilhões (crescimento de 33%). Já as importações cres-

ceram 43%, aumentando de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,7 bilhão (Tabela 11). Com isso, a região Nordeste aumentou em meio ponto percentual a sua participação no saldo comercial do agronegócio brasileiro, passando de 7,2% em 2007 para 7,7% em 2008.

Destaque-se que o saldo comercial do agronegócio nordestino cresceu mesmo a despeito da significativa queda de 36,4% registrada no saldo da balança comercial total.

Tabela 11 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2007 e 2008

US\$ milhões

Dados de janeiro a novembro de cada ano

Região/Estado	2007			2008		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	116.599,1	85.656,8	30.942,3	150.868,0	131.212,0	19.656,0
Brasil – Agroneg.(b)	42.814,0	6.171,0	36.643,0	55.309,0	8.874	46.435,0
Nordeste – Total (c)	9.383,7	8.587,5	796,2	11.685,6	12.367,9	-682,3
Nordeste – Agroneg. (d)	3.425,3	927,2	2.498,1	3.354,7	1.119,3	2.235,2
Alagoas	455,3	22,5	432,8	559,1	21,6	537,5
Bahia	1.518,6	268,6	1.250,0	1.635,8	352,0	1.283,8
Ceará	555,8	226,6	329,2	482,0	284,5	197,5
Maranhão	207,8	16,0	191,8	123,7	20,3	103,4
Paraíba	108,0	74,3	33,7	68,2	49,3	18,9
Pernambuco	270,4	257,9	12,5	235,7	329,0	-93,3
Piauí	32,0	4,2	27,8	60,5	2,1	58,4
Rio Grande do Norte	206,9	29,4	177,5	150,0	30,3	119,7
Sergipe	70,5	27,7	42,8	39,7	30,4	9,3
Variações 2007/2008						
Brasil – Total				29,4	53,2	-36,5
Brasil – Agroneg.				29,2	43,8	26,7
Nordeste – Total				24,5	44,0	-185,7
Nordeste – Agroneg.				-2,1	20,7	-10,5
Alagoas				22,8	-4,0	24,2
Bahia				7,7	31,0	2,7
Ceará				-13,3	25,6	-40,0
Maranhão				-40,5	26,9	-46,1
Paraíba				-36,9	-33,6	-43,9
Pernambuco				-12,8	27,6	-846,4
Piauí				89,1	-50,0	110,1
Rio Grande do Norte				-27,5	3,1	-32,6
Sergipe				-43,7	9,7	-78,3
Relações						
b/a	36,7	7,2	118,4	36,7	6,8	236,2
d/c	36,5	10,8	313,8	28,7	9,1	-327,6
d/b	8,0	15,0	6,8	6,1	12,6	4,8

Fonte: (BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Alagoas, Bahia e Ceará foram os maiores exportadores do agronegócio regional, totalizando US\$ 3,3 bilhões (55% das exportações do agronegócio nordestino). Somente três estados apresentaram queda nas exportações em relação ao mesmo período do ano anterior: Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. O maior crescimento proporcional foi registrado pelo Piauí, com 154%; entretanto, em valor absoluto, o destaque ficou com a Bahia, cujas exportações alcançaram US\$ 1,6 bilhão, com aumento de US\$ 117,2 milhões.

Os maiores importadores do agronegócio regional foram Bahia, Ceará e Pernambuco, com um acumulado de US\$ 1,4 bilhão (85% das importações do agronegócio regional). As importações diminuíram na Paraíba e no Piauí e aumentaram nos demais estados, com destaque para Sergipe (66%). Em valor absoluto, o aumento mais significativo foi o de Pernambuco, de US\$ 177 milhões (ou aproximadamente US\$ 0,18 bilhão, para manter o paralelismo com as cifras anteriores).

De uma pauta com 79 produtos, apenas três deles – celulose, soja em grãos e açúcar – respondem pela metade do valor exportado pelo agronegócio do Nordeste, alcançando em conjunto a cifra de US\$ 3 bilhões (Tabela 12).

Cereais, produtos e subprodutos da indústria de moagem e cacau inteiro ou partido foram os três principais produtos do agronegócio importados pelo Nordeste, em termos monetários no período sob análise, respondendo por 61,3% do valor das importações da região (Tabela 13).

É interessante notar que alguns produtos (ou produtos do mesmo complexo) aparecem simultaneamente entre os mais exportados e os mais importados. Entretanto, nesses casos, parece haver alguma agregação de valor no âmbito regional, ou se trata de aproveitar janelas de mercado tanto para compra quanto para venda do mesmo produto, uma vez que o saldo final é positivo, da ordem de US\$ 1,7 bilhão, conforme se vê na Tabela 14.

Tabela 12 – Nordeste – Produtos Exportados do Agronegócio, de Jan a Nov/2008

US\$ Milhões

	Produtos	Valor	%	% Acum	Princ. Exportadores
1	CELULOSE	1.266,1	21,2	21,2	BA
2	SOJA EM GRÃOS	859,8	14,4	35,6	BA, MA
3	AÇÚCAR	826,0	13,8	49,4	AL, PE
4	FRUTAS FRESCAS	474,0	7,9	57,3	BA, PE, CE, RN
5	ALGODÃO E PRODUTOS TÊXTEIS DE ALGODÃO	365,2	6,1	63,4	BA, CE, PB
6	COURO E PELE DE BOVINO	273,7	4,6	68,0	CE, BA
7	FARELO DE SOJA	255,2	4,3	72,3	BA
8	PRODUTOS DO CACAU	244,6	4,1	76,4	BA
9	ÁLCOOL	207,6	3,5	79,8	AL, PE
10	NOZES E CASTANHAS	180,9	3,0	82,9	CE, RN
11	PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	153,6	2,6	85,4	CE
12	PAPEL	131,0	2,2	87,6	BA
13	CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	119,8	2,0	89,6	CE, RN, PE
14	CAFÉ VERDE E CAFÉ TORRADO	94,4	1,6	91,2	BA
15	OUTROS	525,3	8,8	100,0	
TOTAL		5.977,2	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2009c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 13 – Nordeste – Produtos Importados do Agronegócio, de Jan a Nov/2008

US\$ Milhões

	Produtos	Valor	%	% Acum	Princ. Exportadores
1	CEREAIS	708,0	42,1	42,1	CE, BA, PE
2	PRODUTOS E SUBPRODUTOS DA INDÚSTRIA DE MOAGEM	164,6	9,8	51,9	PE, BA
3	CACAU INTEIRO OU PARTIDO	158,0	9,4	61,3	BA
4	ALGODÃO E PRODUTOS TÊXTEIS DE ALGODÃO	113,0	6,7	68,0	CE, PB
5	PAPEL	99,6	5,9	73,9	PE, CE, BA
6	ÓLEOS VEGETAIS	97,3	5,8	79,7	CE, BA
7	BORRACHA NATURAL E GOMAS NATURAIS	71,4	4,2	84,0	BA
8	PEIXES	53,1	3,2	87,1	PE, BA
9	BEBIDAS ALCÓOLICAS	41,0	2,4	89,5	PE
10	COURO E PELE DE BOVINO	39,6	2,4	91,9	CE
11	ÓLEO DE SOJA	17,9	1,1	93,0	PE
12	CARNE BOVINA	17,7	1,1	94,0	PE
13	RAÇÕES PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS	12,0	0,7	94,7	PE
14	COUROS E PELES DE OUTROS ANIMAIS	10,2	0,6	95,3	BA, PI
15	OUTROS	78,4	4,7	100,0	
	TOTAL	1.681,7	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2009c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.**Tabela 14 – Nordeste – Principais Produtos (ou Produtos do Mesmo Complexo) Simultaneamente Exportados e Importados do Agronegócio, de Jan a Nov/2008**

US\$ Milhões

Produtos	Exportação	Produtos	Importação	Saldo
ALGODÃO E PRODUTOS TÊXTEIS DE ALGODÃO	365,2	ALGODÃO E PRODUTOS TÊXTEIS DE ALGODÃO	113,0	252,2
PRODUTOS DO CACAU	244,6	CACAU INTEIRO OU PARTIDO	158,0	86,6
COURO E PELE DE BOVINO	273,7	COURO E PELE DE BOVINO	39,6	234,2
PRODUTOS DO COMPLEXO SOJA		PRODUTOS DO COMPLEXO SOJA		
FARELO DE SOJA	255,2			
SOJA EM GRÃOS	859,8	ÓLEO DE SOJA	17,9	1.097,1
PAPEL	131,0	PAPEL	99,6	31,4
TOTAL	2.129,5	TOTAL	428,0	1.701,4

Fonte: (BRASIL, 2009c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.2 - Agricultura

A safra brasileira de grãos 2007/2008 registrou um recorde histórico. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (2009a), foram produzidos 144,1 milhões de toneladas de grãos, numa área de 47,4 milhões de hectares. O Nordeste contribuiu com 8,7% dessa produção, ao produzir 12,6 milhões de toneladas de grãos, ocupando 8,2 milhões de hectares.

Apesar da previsão de leve incremento de 0,2% da área a ser plantada na safra 2008/2009,

prevê-se uma produção de 137 milhões de toneladas de grãos, significando um recuo de 4,9% em relação à safra 2007/2008 (Tabela 15). A redução na produtividade é justificada pelas condições climáticas adversas durante a implantação das principais culturas (soja e milho), associadas à restrição de crédito e ao aumento dos custos de produção, em decorrência da desvalorização do real frente ao dólar, ocorrida no segundo semestre de 2008, o que tem inibido a utilização de defensivos agrícolas e tratamentos culturais.

Tabela 15 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos(*). Safras 2007/2008 e 2008/2009

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	1.712,1	1.691,9	(1,2)	2.363	2.302	(2,6)	4.044,9	3.895,2	(3,7)
NORDESTE	8.201,8	8.233,0	0,4	1.534	1.402	(8,7)	12.583,9	11.538,8	(8,3)
Maranhão	1.352,8	1.327,0	(1,9)	1.863	1.786	(4,2)	2.520,8	2.370,0	(6,0)
Piauí	950,5	949,2	(0,1)	1.552	1.388	(10,6)	1.475,5	1.317,1	(10,7)
Ceará	1.359,6	1.359,6	0,0	833	655	(21,4)	1.133,1	890,9	(21,4)
Rio Grande do Norte	193,5	193,4	(0,1)	652	614	(5,7)	126,1	118,8	(5,8)
Paraíba	409,4	409,4	0,0	558	481	(13,9)	228,6	196,8	(13,9)
Pernambuco	672,5	672,5	0,0	568	534	(5,9)	381,7	359,3	(5,9)
Alagoas	183,9	183,9	0,0	622	614	(1,3)	114,4	112,9	(1,3)
Sergipe	211,6	211,6	0,0	2.489	1.872	(24,8)	526,6	396,2	(24,8)
Bahia	2.868,2	2.926,4	2,0	2.119	1.974	(6,8)	6.077,1	5.776,8	(4,9)
CENTRO-OESTE	15.347,0	14.884,8	(3,0)	3.287	3.126	(4,9)	50.443,7	46.530,6	(7,8)
SUDESTE	4.824,0	4.816,9	(0,1)	3.614	3.519	(2,6)	17.434,4	16.949,9	(2,8)
SUL	17.336,1	17.866,7	3,1	3.438	3.253	(5,4)	59.606,8	58.119,4	(2,5)
NORTE/NORDESTE	9.913,9	9.924,9	0,1	1.677	1.555	(7,3)	16.628,8	15.434,0	(7,2)
CENTRO-SUL	37.507,2	37.568,4	0,2	3.399	3.237	(4,8)	127.484,9	121.599,9	(4,6)
BRASIL	47.421,1	47.493,3	0,2	3.039	2.885	(5,1)	144.113,7	137.033,8	(4,9)

Fonte: (CONAB, 2009i).

(*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Por causa da estiagem enfrentada principalmente no Ceará, no Piauí, no sul do Maranhão e no oeste da Bahia, há a expectativa de que a produção no Nordeste sofra uma retração de 8,3%, proporção correspondente a quase o dobro da retração média nacional, produzindo 11,5 milhões de toneladas, numa área apenas 0,4% superior à da safra 2007/2008.

Algodão

A safra brasileira de algodão 2007/2008 foi marcada pelo recorde absoluto de produção: 4,1 milhões de toneladas, em 1,1 milhão de hectares, sendo que no Nordeste foi produzido 1,4 milhão de toneladas, em 373,6 mil hectares.

Devido principalmente à queda dos preços internacionais do algodão, há a expectativa de redução de 20,7% na área plantada para a safra 2008/2009, devendo serem destinados 854,5 mil hectares ao plantio da fibra. Acompanhando o ritmo de redução da área plantada, a produção limitar-se-á a 3,2 milhões de toneladas, ou seja,

21,1% a menos em relação à safra 2007/2008 (Tabela 16). Desse total, 39% referem-se a pluma e 61% correspondem a caroço.

O Nordeste acompanhará a tendência nacional de redução de área plantada, porém em menor proporção. É esperada uma retração de 6,6% na área plantada, sendo o algodão cultivado em 348,8 mil hectares. Essa redução acarretará um recuo de 7% na safra 2008/2009, em relação à safra 2007/2008, limitando-se à produção de 1,3 milhão de toneladas.

Fechando o ano 2008, nota-se que a crise norte-americana afetou substancialmente os preços das *commodities* no mercado internacional. No caso do algodão, os preços dos contratos futuros transacionados na Bolsa de Nova Iorque (NYBOT) acumularam perdas de 39,1% (para vencimentos em março e maio/2009), 38,6% (julho/2009) e 32,8% (dezembro/2009) (CMA, 2009). Apesar disso, com esses resultados percebe-se que o mercado espera uma reação nos preços do algodão, pois os contratos com vencimento em dezembro/2009

Tabela 16 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	1,6	1,6	-	3.750,0	3.750,0	-	6,0	6,0	-
NORDESTE	373,6	348,8	(6,6)	3.665,7	3.650,2	(0,4)	1.369,5	1.273,2	(7,0)
Maranhão	12,3	11,2	(8,9)	3.748,0	3.750,0	0,1	46,1	42,0	(8,9)
Piauí	14,6	11,0	(24,7)	3.397,3	3.400,0	0,1	49,6	37,4	(24,6)
Ceará	4,5	4,5	-	755,6	755,6	-	3,4	3,4	-
Rio Grande do Norte	7,9	7,9	-	772,2	772,2	-	6,1	6,1	-
Paraíba	4,0	4,0	-	825,0	825,0	-	3,3	3,3	-
Pernambuco	3,1	3,1	-	774,2	774,2	-	2,4	2,4	-
Alagoas	11,6	11,6	-	353,4	353,4	-	4,1	4,1	-
Bahia	315,6	295,5	(6,4)	3.975,0	3.975,0	(0,0)	1.254,5	1.174,6	(6,4)
CENTRO-OESTE	658,4	472,7	(28,2)	3.917,8	3.918,1	0,0	2.579,5	1.852,1	(28,2)
SUDESTE	37,3	27,1	(27,3)	3.608,6	3.572,0	(1,0)	134,6	96,8	(28,1)
SUL	6,5	4,3	(33,8)	2.661,5	2.720,9	2,2	17,3	11,7	(32,4)
NORTE/NORDESTE	375,2	350,4	(6,6)	3.666,0	3.650,7	(0,4)	1.375,5	1.279,2	(7,0)
CENTRO-SUL	702,2	504,1	(28,2)	3.889,8	3.889,3	(0,0)	2.731,4	1.960,6	(28,2)
BRASIL	1.077,4	854,5	(20,7)	3.811,9	3.791,5	(0,5)	4.106,9	3.239,8	(21,1)

Fonte: (CONAB, 2009a).

apresentaram menor queda relativamente aos de vencimento anterior, bem como acumularam ganho de 8% em novembro e dezembro/2008 e de 4,4% nas primeiras duas semanas de janeiro/2009. Atualmente, esses contratos são cotados a 56,7 cents por libra peso. Tais resultados são reflexos de uma redução de 7,4% da produção mundial esperada para 2009, proporcionalmente superior à queda de 5,5% estimada para o consumo, o que poderá contribuir para a elevação dos preços dessa *commodity* nos próximos meses.

No mercado interno, os preços do algodão apresentaram menores perdas. No fechamento de 2008, a arroba da pluma de algodão registrou cotação de R\$ 37,70 em São Paulo (SP), correspondendo a uma queda de 12,4% no ano e de 0,88% no mês (nov.-dez./2008). Em Barreiras (BA), a arroba do algodão fechou o ano cotada a R\$ 34,39 (1,88% inferior ao mês anterior e -13,3% no acumulado do ano), enquanto em Fortaleza (CE), a arroba foi cotada a R\$ 38,03 (2,58% in-

ferior ao mês anterior e -13,1% no acumulado do ano). Já para o ano de 2009, espera-se a recuperação dos preços. Nas duas primeiras semanas do ano, houve alta de 1,92% em Barreiras, 1,77% em Fortaleza e 0,88% em São Paulo (Gráfico 26).

Feijão

No ciclo 2007/2008 foi produzido no país 1,2 milhão de toneladas de feijão, em 1,3 milhão de hectares. Começando com um tímido plantio na 1ª safra, esse ciclo foi marcado pela vertiginosa escalada do preço do produto no último trimestre de 2007, chegando a aumentar 205% em São Paulo e 343,9% na Bahia (BNB, 2007). Esse fato animou os produtores, que aumentaram a área plantada nas 2ª e 3ª safras do ciclo. O Nordeste contribuiu com 187,3 mil toneladas, plantadas em 537,3 mil hectares.

Para o ciclo 2008/2009 é esperado um aumento de 10% na área plantada do feijão 1ª safra¹⁷, sendo destinado 1,4 milhão de hectares ao plan-

17 A chamada 1ª safra do feijão no país consiste naquela cujo plantio é realizado no período de out./nov. no Centro-Sul e em nov./dez. no Norte-Nordeste.

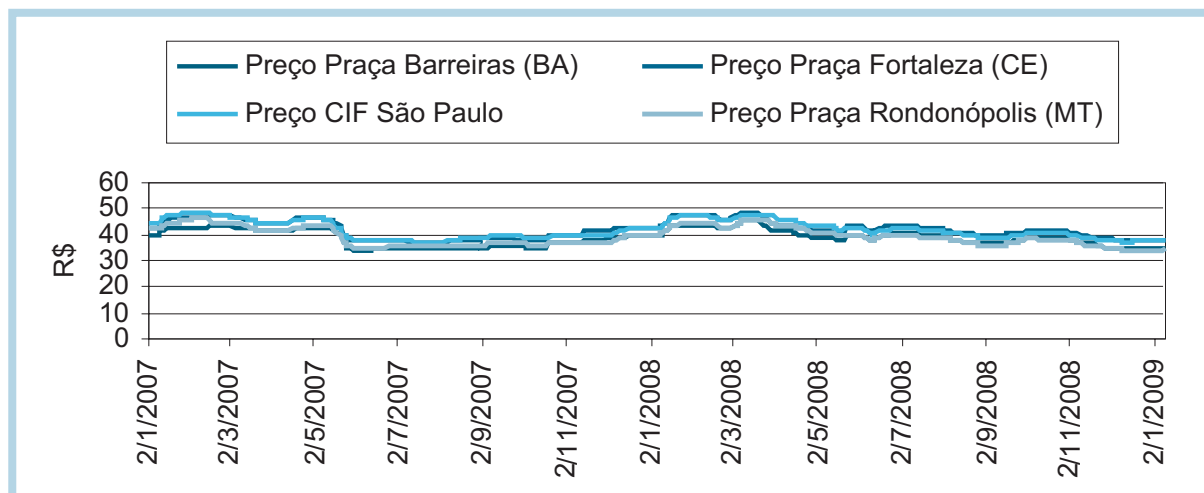


Gráfico 26 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2007 a janeiro/2009

Fonte: (CONAB, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tio, fato que, aliado ao aumento de produtividade, conduzirá à produção de 1,4 milhão de toneladas da leguminosa, aumento de 11,7% (Tabela 17). A elevação do preço mínimo oficial em 65,2%, fixado no início da safra em R\$ 80,00 por saca de 60 kg, contribuiu para a euforia dos produtores.

Nessa 1ª safra de feijão, o Nordeste produz apenas na Bahia, no Maranhão e no Piauí. Apesar da elevação do preço do feijão verificada em 2007, o elevado custo de produção e a preocupação com os riscos naturais moderaram as expectativas dos

produtores, que sinalizam para um aumento de área plantada em apenas 2%, totalizando 548 mil hectares. Essa preocupação está consubstanciada na estiagem que geralmente assola os estados produtores durante o período de plantio. O volume produzido deverá experimentar incremento de 3,2% na 1ª safra 2008/2009, totalizando aproximadamente 193,3 mil toneladas. Em relação às 2ª e 3ª safras (os demais estados nordestinos concentram sua produção na 2ª safra), que deverão ser plantadas em março e junho, respectivamente, ainda é cedo para projeções confiáveis.

Tabela 17 – Feijão 1ª Safra. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	4,9	5,4	10,2	531	574	8,2	2,6	3,1	19,2
NORDESTE	537,3	548,0	2,0	349	353	1,2	187,3	193,3	3,2
Maranhão	38,6	38,6	0,0	389	391	0,7	15,0	15,1	0,7
Piauí	231,9	231,9	0,0	263	266	1,1	61,0	61,7	1,1
Bahia	266,8	277,5	4,0	417	420	0,7	111,3	116,6	4,8
CENTRO-OESTE	58,9	69,4	17,8	1.924	2.089	8,6	113,3	145,0	28,0
SUDESTE	274,1	292,2	6,6	1.127	1.332	18,2	308,9	389,3	26,0
SUL	438,3	529,7	20,9	1.440	1.243	(13,7)	631,2	658,2	4,3
NORTE/NORDESTE	542,2	553,4	2,1	350	355	1,3	189,9	196,4	3,4
CENTRO-SUL	771,3	891,3	15,6	1.366	1.338	(2,0)	1.053,4	1.192,5	13,2
BRASIL	1.313,4	1.444,7	10,0	947	961	1,6	1.243,3	1.388,9	11,7

Fonte: (CONAB, 2009d).

Com a expectativa inicial de aumento da 1ª safra de feijão 2008/2009, os preços internos do carioca tipo 1 declinaram substancialmente, encerrando 2008 com queda de 50,3% em São Paulo (SP), sendo cotado a R\$ 134,00 a saca de 60 kg; de 56,7% em Barreiras (BA), sendo cotado a R\$ 118,00/saca; e de 56,6% em Irecê (BA), sendo cotado a R\$ 115,00/saca. Apenas o feijão preto obteve comportamento positivo, finalizando o ano valorizado em 21,1%, sendo cotado a R\$ 177,50/saca. Entretanto, com os problemas climáticos que acometeram o Paraná, principal produtor nacional, os preços voltaram a elevar-se, alcançando valorização em um mês (nov.-dez./2008) de 42,2%, 18,2%, 15% e 30,2% para o carioca tipo 1 em São Paulo (SP), Barreiras (BA), Irecê (BA) e para o feijão preto, na praça de São Paulo (SP), respectivamente. Com relação ao feijão preto, além dos problemas climáticos, a valorização cambial também influenciou esse comportamento, limitando a entrada do produto importado (Gráfico 27).

Para 2009, espera-se a manutenção dos preços do feijão em patamares elevados, devido à redução nas previsões das 2ª e 3ª safras, em decorrência de problemas climáticos. Nas duas primeiras semanas do ano, o feijão carioca tipo 1 já valorizou-se em 4,7% em São Paulo (SP), 6,8% em Barreiras (BA) e 7% em Irecê (BA), enquanto a cotação do feijão preto evoluiu 2,9% em São Paulo (SP)¹⁸.

Milho

O ciclo 2007/2008 do milho no país produziu 58,7 milhões de toneladas, em 14,8 milhões de hectares, sendo 4,4 milhões de toneladas no Nordeste, ocupando três milhões de hectares. Esse ciclo foi marcado pela expansão da área, motivada pela expectativa de aumento do preço internacional, com a decisão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) de aumentar a produção do etanol de milho naquele país (BNB, 2008). Apenas na 1ª safra¹⁹ do ciclo 2007/2008 foram produzidos 40 milhões de tone-

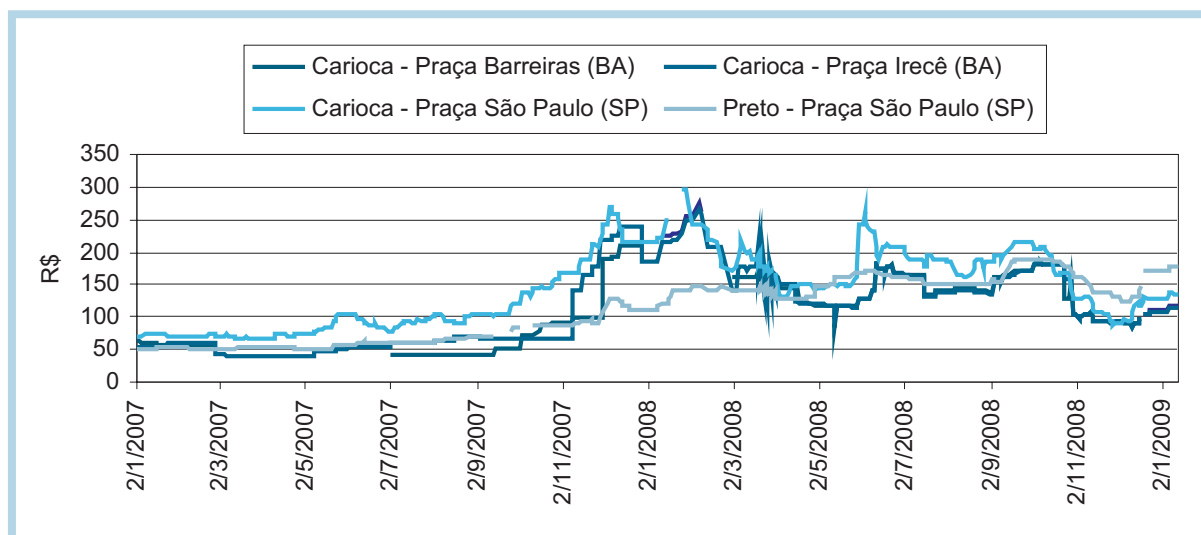


Gráfico 27 –Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2007 a janeiro/2009

Fonte: (CONAB, 2009d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹⁸ Valores em 12 de janeiro de 2009.

¹⁹ A 1ª safra do milho começa a ser plantada em setembro no Centro-Sul e em dezembro no Norte-Nordeste.

ladas de milho no Brasil e 4 milhões de toneladas no Nordeste.

A crise econômica internacional, aliada ao elevado custo de produção em relação à soja, contribuiu para a redução na expectativa de área destinada ao plantio desse grão no país para a safra 2008/2009. Assim, a 1ª safra do milho do atual ciclo deverá ser cultivada em aproximadamente 9,3 milhões de hectares, o que representa uma redução de 3,5% em relação à safra 2007/2008. As condições climáticas desfavoráveis nas principais regiões de plantio (em especial as chuvas irregulares e estiagens no Paraná e no Rio Grande do Sul, no período de floração e frutificação) deverão provocar uma redução também na quantidade produzida, que deverá situar-se em 34,9 milhões de toneladas, 12,8% inferior à safra de referência (Tabela 18).

A região Nordeste, que concentra sua produção na 1ª safra (apenas a Bahia produz na chamada “safrinha”), deverá expandir sua área de plantio em 1,3%, destinando 2,7 milhões de hectares.

A escassez de chuvas, principalmente no Ceará, no Piauí e em Sergipe, deverá contribuir para a redução da produção de milho para 3,5 milhões de toneladas, 10,7% inferior à safra 2007/2008.

O aumento nos preços do milho observado em 2007, com a demanda aquecida pelo produto, não se repetiu em 2008, principalmente devido ao advento da crise financeira mundial e ao maior suprimento de milho da história do país, com 64,5 milhões de toneladas. O ano 2008 fechou com quedas significativas de preços da saca de 60 kg, de 28,5% em Cascavel (PR), 31,4% em São Paulo (SP) (preço CIF), 30,8% em Barreiras (BA) e 20% em Fortaleza (CE), cotada a R\$ 19,30, R\$ 22,50, R\$ 18,00 e R\$ 28,00, respectivamente. No final do ano, esse mercado obteve uma leve recuperação, devido ao aumento das exportações do cereal, ocasionado por fatores como valorização cambial, preços mais baixos no mercado interno, baixa cotação internacional e baixa nos preços do petróleo. De novembro para dezembro de 2008, os preços da saca do milho elevaram-se

Tabela 18 – Milho 1ª Safra. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	537,0	523,7	(2,5)	2.329,8	2.204,7	(5,4)	1.251,1	1.154,6	(7,7)
NORDESTE	2.637,9	2.671,4	1,3	1.481,1	1.306,3	(11,8)	3.907,0	3.489,7	(10,7)
Maranhão	353,3	356,6	0,9	1.388,1	1.335,1	(3,8)	490,4	476,1	(2,9)
Piauí	290,9	290,9	-	1.110,0	890,0	(19,8)	322,9	258,9	(19,8)
Ceará	694,2	694,2	-	1.084,0	742,0	(31,5)	752,5	515,1	(31,5)
Rio Grande do Norte	89,4	89,4	-	729,3	635,3	(12,9)	65,2	56,8	(12,9)
Paraíba	193,0	193,0	-	665,8	539,9	(18,9)	128,5	104,2	(18,9)
Pernambuco	304,2	304,2	-	610,1	563,1	(7,7)	185,6	171,3	(7,7)
Alagoas	72,6	72,6	-	611,6	669,4	9,5	44,4	48,6	9,5
Sergipe	162,7	162,7	-	2.773,8	1.979,7	(28,6)	451,3	322,1	(28,6)
Bahia	477,6	507,8	6,3	3.069,9	3.026,0	(1,4)	1.466,2	1.536,6	4,8
CENTRO-OESTE	948,8	797,9	(15,9)	5.752,6	5.749,1	(0,1)	5.458,1	4.587,2	(16,0)
SUDESTE	2.040,3	1.952,7	(4,3)	5.018,6	4.978,4	(0,8)	10.239,4	9.721,3	(5,1)
SUL	3.481,6	3.358,3	(3,5)	5.491,9	4.737,1	(13,7)	19.120,6	15.908,7	(16,8)
NORTE/NORDESTE	3.174,9	3.195,1	0,6	1.624,6	1.453,6	(10,5)	5.158,1	4.644,3	(10,0)
CENTRO-SUL	6.470,7	6.108,9	(5,6)	5.380,9	4.946,4	(8,1)	34.818,1	30.217,2	(13,2)
BRASIL	9.645,6	9.304,0	(3,5)	4.144,5	3.746,9	(9,6)	39.976,2	34.861,5	(12,8)

Fonte: (CONAB, 2009f).

em 17% em Cascavel (PR), 12,5% em São Paulo (SP) (preço CIF) e 2,9% em Barreiras (BA). Apenas em Fortaleza (CE) o preço manteve-se inalterado (Gráfico 28).

Na Bolsa de Chicago (CBOT), os contratos com vencimento em maio e julho de 2009 tiveram queda de 13,4% e 11,8% no ano, acompanhando a movimentação da crise financeira internacional. Em dezembro de 2008, observou-se certa recuperação nestes papéis, em resposta a algumas decisões do governo norte-americano, como a redução à praticamente zero da taxa de juros do Tesouro, o que poderá estimular o consumo. Assim, os contratos com vencimento em maio e julho de 2009 fecharam o mês com alta de 10,7% e 10,2%, respectivamente, cotados a US\$ 3,91/bushel²⁰ e US\$ 4,02/bushel.

Soja

Após ter atingido 60 milhões de toneladas na safra 2007/2008, a produção brasileira de soja deverá sofrer uma redução para 57,8 milhões de toneladas na safra 2008/2009, ou 3,8% abaixo

da safra de referência. Esse fato deve-se à estiagem ocorrida em dezembro no Mato Grosso do Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul, o que levou ao adiamento do plantio e consequente comprometimento dos índices de produtividade. A área de plantio praticamente não sofrerá mudança, sofrendo uma redução de apenas 0,3% (Tabela 19).

Há que se considerar também como fato redutor da produtividade da cultura a diminuição do uso de defensivos agrícolas, devido ao aumento de seus preços diante da desvalorização do real em relação ao dólar.

O Nordeste deverá acompanhar a tendência nacional de redução da área destinada ao plantio de soja, reservando 1,6 milhão de hectares, ou seja, 0,3% a menos em relação à área utilizada na safra 2007/2008. A produção, porém, deverá sofrer uma redução mais acentuada que a média nacional, dada a estiagem ocorrida no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e no Piauí, principais regiões produtoras. Assim, na safra 2008/2009 o Nordeste deverá produzir 4,4 milhões de toneladas de soja, 9,2% inferior à do ciclo precedente.

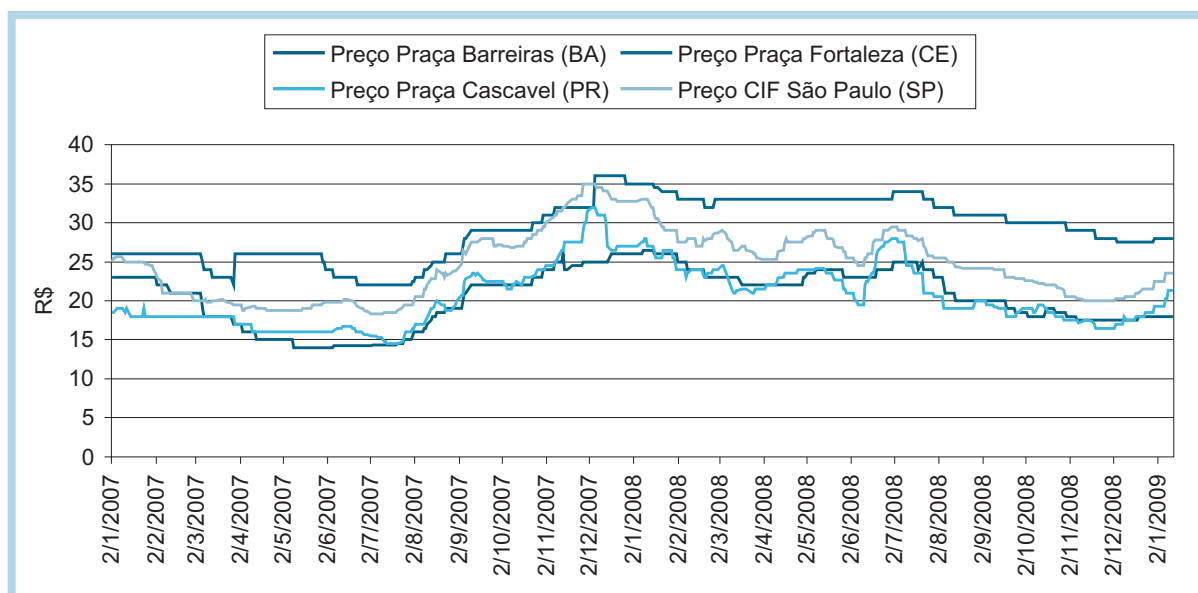


Gráfico 28 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2007 a janeiro/2009.

Fonte: (CONAB, 2009f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

²⁰ 1 bushel de milho = 25,4 kg.

Tabela 19 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	517,5	515,3	(0,4)	2.845	2.767	(2,7)	1472,3	1425,8	(3,2)
NORDESTE	1580,1	1576,1	(0,3)	3.057	2.781	(9,0)	4829,7	4383,2	(9,2)
MA	421,5	401,2	(4,8)	2.996	2.890	(3,5)	1262,8	1159,5	(8,2)
PI	253,6	257,4	1,5	3.231	2.900	(10,2)	819,3	746,5	(8,9)
BA	905,0	917,5	1,4	3.036	2.700	(11,1)	2747,6	2477,3	(9,8)
CENTRO OESTE	9634,8	9466,1	(1,8)	3.022	2.900	(4,0)	29114,0	27451,8	(5,7)
SUDESTE	1396,0	1436,3	2,9	2.853	2.845	(0,3)	3983,4	4085,7	2,6
SUL	8184,7	8255,3	0,9	2.519	2.473	(1,8)	20618,0	20412,7	(1,0)
NORTE/NORDESTE	2.097,6	2.091,4	(0,3)	3.004	2.778	(7,5)	6.302,0	5.809,0	(7,8)
CENTRO-SUL	19.215,5	19.157,7	(0,3)	2.795	2.712	(3,0)	53.715,4	51.950,1	(3,3)
BRASIL	21.313,0	21.249,1	(0,3)	2.816	2.718	(3,5)	60.017,4	57.759,1	(3,8)

Fonte: (CONAB, 2009g).

Os preços internos da soja registraram fortes oscilações em 2008, freando o ciclo de alta verificado em 2007. O índice Cepea/Esalq elevou-se em apenas 4,4%, chegando a soja a ser comercializada a R\$ 46,73 (saca de 60 kg), tendo sido cotada a R\$ 44,78 no final de 2007. Em um ano, os preços da leguminosa recuaram 5,6% em Balsas (MA) e 5,1% em Barreiras (BA). Esses preços foram fortemente afetados pela crise norte-americana, uma vez que cerca de 40% da produção nacional destinam-se à exportação. Para 2009, espera-se recuperação nos preços dessa *commodity*, devido às ações que os governos norte-americano e europeus vêm desenvolvendo para minimizar os efeitos da crise, bem como por se tratar de produto praticamente sem concorrente em teor proteico para produção de rações. A previsão de menor produção nacional também poderá contribuir para que os preços continuem aquecidos. Nas duas primeiras semanas de 2009, o preço da soja alcançou R\$ 42,00 em Balsas (MA), R\$ 44,00 em Barreiras (BA) e R\$ 48,96 pelo índice Cepea/Esalq, significando altas de 9,1%, 18,9% e 4,8%, respectivamente²¹ (Gráfico 29).

No mercado internacional, os preços da soja voltaram a se recuperar em dezembro de 2008, al-

cançando em um mês, na Bolsa de Chicago (CBOT), altas de 10% para os contratos com vencimento para março de 2009 e 10,9% para vencimento em setembro de 2009. Em 2009, os contratos com vencimentos em março, maio, julho, agosto e setembro de 2009 já conseguiram ganhos de 5,7%, 5,4%, 5,3%, 5,1% e 3,5%, respectivamente, dando sinais de recuperação, como se pode observar com as notícias de maiores investimentos em infraestrutura nos Estados Unidos, altas nos mercados acionários e de *commodities*, queda do dólar e maior importação do produto pela China. Os contratos com vencimento em julho de 2009 alcançaram maior valor dentre os contratos futuros da CBOT, sendo comercializados, com posição de 9 de janeiro de 2009, a US\$ 10,56/bushel²².

Mamona

A produção brasileira de mamona na safra 2007/2008 totalizou 123,4 mil toneladas, plantadas em 162,7 mil hectares. Desse total, o Nordeste contribuiu com 113,5 mil toneladas, destinando ao plantio 155,9 mil hectares. Apesar do esforço governamental de estímulo ao cultivo da mamona com vistas à produção de biodiesel, há a expectativa de aumento de apenas 0,7% na

21 Valores em 9 de janeiro de 2009.

22 1 bushel de soja = 27,22kg.

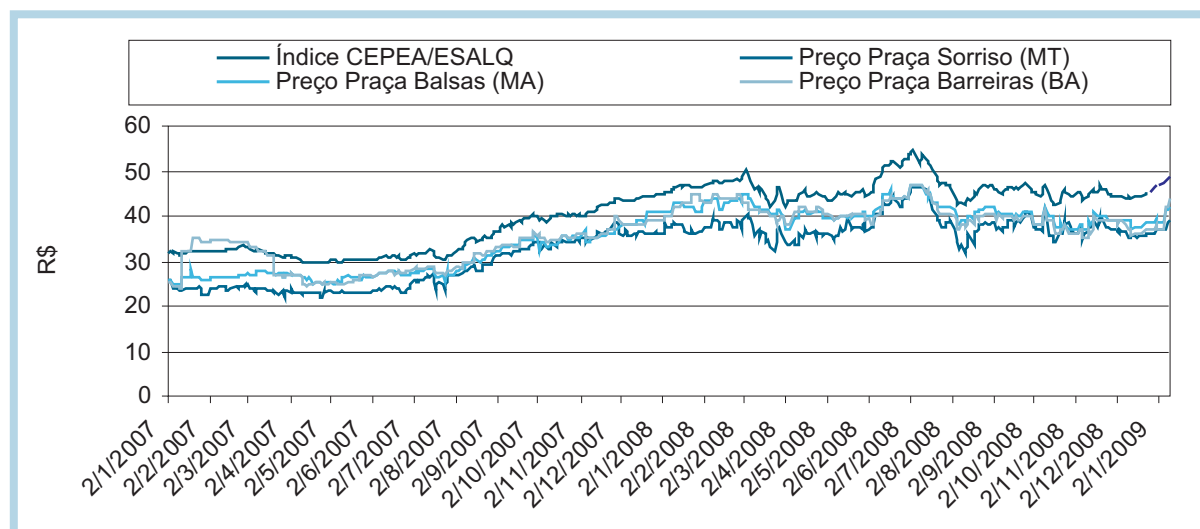


Gráfico 29 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2007 a janeiro/2009.

Fonte: (CONAB, 2009g). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

área brasileira destinada ao plantio, sendo a mamona produzida em 163,9 mil hectares na safra 2008/2009 (Tabela 20).

No âmbito do Nordeste, destaca-se a expectativa de crescimento de 43,9% da produção no Ceará, em decorrência dos incentivos que deverão ser concedidos aos produtores dessa oleaginosa. A Bahia, maior produtor nacional, deverá incrementar sua produção em 3,5%, alcançando 102,8 mil toneladas. Vale salientar que essa produção não tem sido canalizada para a produção de bio-

diesel, mas sim para a indústria ricinoquímica, que oferece melhor remuneração.

Café

A bienalidade negativa estará presente na safra brasileira de café em 2009, reduzindo a estimativa de sua produção para 37.848 mil sacas, 17,7% inferior à safra 2008. Esse volume é, porém, 12,2% superior ao da safra 2007, também marcada pela bienalidade negativa, com produção de 33.740 mil sacas (Tabela 21).

Tabela 20 – Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORDESTE	155,9	158,1	1,4	728	777	6,7	113,5	122,8	8,2
Piauí	2,7	2,7	0,0	407	593	45,5	1,1	1,6	45,5
Ceará	26,4	26,4	0,0	432	621	43,9	11,4	16,4	43,9
Rio Grande do Norte	0,1	0,1	0,0	1.000	1.000	0,0	0,1	0,1	0,0
Pernambuco	3,7	3,7	0,0	432	514	18,8	1,6	1,9	18,8
Bahia	123,0	125,2	1,8	807	821	1,7	99,3	102,8	3,5
SUDESTE	6,8	5,8	(14,7)	1.456	1.397	(4,1)	9,9	8,1	(18,2)
SUL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORTE/NORDESTE	155,9	158,1	1,4	728	777	6,7	113,5	122,8	8,2
CENTRO-SUL	6,8	5,8	(14,7)	1.456	1.397	(4,1)	9,9	8,1	(18,2)
BRASIL	162,7	163,9	0,7	758	799	5,3	123,4	130,9	6,1

Fonte: (CONAB, 2009e).

Tabela 21 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2008 e 2009(*)

UF/Região	Área (em mil ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 2008			Safr 2009			Var. %
	Safr 2008	Safr 2009	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.048	1.007	(3,9)	23.545	36	23.581	18.182	217	18.399	-22,0%
Sul e Centro-Oeste	552	515	(6,7)	12.118	-	12.118	8.942	-	8.942	-26,2%
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	159	160	0,6	4.534	-	4.534	3.591	-	3.591	-20,8%
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	338	333	(1,5)	6.893	36	6.929	5.649	217	5.866	-15,3%
Espírito Santo	490	491	0,3	2.867	7.363	10.230	2.371	7.106	9.477	-7,4%
São Paulo	189	180	(4,6)	4.420	-	4.420	3.359	-	3.359	-24,0%
Paraná	97	93	(3,9)	2.608	-	2.608	1.725	-	1.725	-33,9%
Bahia	125	127	1,3	1.566	576	2.142	1.466	542	2.008	-6,3%
Oeste	14	13	(6,7)	495	-	495	541	-	541	9,3%
Planalto	90	91	1,7	1.071	-	1.071	925	-	925	-13,6%
Atlântico	22	23	4,6	-	576	576	-	542	542	-5,9%
Rondônia	156	156	-	-	1.876	1.876	-	1.789	1.789	-4,7%
Mato Grosso	15	16	8,2	12	126	138	11	129	140	1,1%
Pará	13	13	-	-	233	233	-	230	230	-1,5%
Rio de Janeiro	14	14	1,5	253	13	266	250	12	262	-1,5%
Outros	24	26	5,8	213	286	499	194	268	462	-7,5%
BRASIL	2.170	2.123	(2,2)	35.484	10.509	45.993	27.556	10.292	37.848	-17,7%

Fonte: (CONAB, 2009b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. (*) Os dados para a safra 2009 são previsões.

Do total previsto para 2009, há a expectativa de produção de 27.556 mil sacas de café arábica e 10.292 mil sacas de café robusta (conilon). Principal produtor regional, a Bahia deverá contribuir com 2.008 mil sacas de café beneficiado, sendo 1.466 mil do arábica e 542 mil do robusta (conilon).

Além da bienalidade negativa, deverão contribuir para a queda na produção na safra 2009 de café beneficiado no país a irregularidade climática e as elevadas temperaturas da época de plantio e floração; a elevação nos custos de produção, devido à desvalorização do real em relação ao dólar; e a intensificação de práticas culturais, principalmente a poda, que deverão reduzir em 2,2% a área em produção.

Ainda sobre o efeito da crise internacional, os contratos futuros de café arábica na Bolsa de Nova Iorque (ICE Futures) assinalaram trajetória declinante em 2008, fechando o ano com queda de 25,4% para aqueles com vencimento em mar-

ço de 2009, sendo cotados a 112,05 cents/libra-peso, e de 20,3% para aqueles com vencimento em julho de 2009, sendo cotados a 116,5 cents/libra-peso. O ano 2009 iniciou-se com valorização desses contratos, em decorrência de previsão de menor safra. Maior produtor mundial, o país sofrerá influência da bienalidade negativa e dos menores investimentos em tratamentos culturais. Na primeira semana do ano, os contratos com vencimento em março de 2009 já acumulavam ganho de 5,4%, sendo cotados a 116,9 cents/libra-peso, seguidos pelos contratos com vencimento em maio de 2009, com ganho de 5,1%, sendo cotados a 118,95 cents/libra-peso.

No mercado interno, os cafés de mais qualidade sofreram menores perdas, devido à posição retraída de alguns vendedores, à espera de melhores preços. Ao contrário, cafés de qualidade mais baixa, como os de bebida Rio sofreram maiores quedas nos preços até o final de 2008, por causa da maior oferta desse produto. Em Vitória

da Conquista (BA), os preços no final de dezembro chegaram a R\$ 175,00 para o café Bica Rio T.6/7 (queda de 18,6% em relação ao final de 2007), R\$ 225,00 para o Bica Dura T.6/7 (-2,2%) e R\$ 235,00 para o café despulpado (-4,1%). Já os índices Cepea/Esalq apresentaram, em um ano, alta de 0,8% para o café arábica, cotado a R\$ 253,55 (saca de 60 kg), e 6,4% para o café conilon, cotado a R\$ 219,14. Em 2009, os indicadores que apresentaram piores desempenhos em 2008 recuperaram-se, chegando o índice Cepea/Esalq para o café arábica a acumular alta de 6,5% (R\$ 264,54 a saca de 60 kg), enquanto o café Bica Rio T.6/7 acumulava 11,4% (R\$ 195,00 a saca de 60 kg) (Gráfico 30).

Cana-de-açúcar

Encerrada a colheita da safra 2008 de cana-de-açúcar nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, encontrando-se em adiantado processo de colheita no Nordeste²³, estima-se uma produção de 571,4 milhões de toneladas destinadas ao

setor sucroalcooleiro, sendo 325,3 milhões para produção de álcool (56,9%) e 246 milhões para produção de açúcar (43,1%). Comparativamente à safra de 2007, a de 2008 deverá destinar uma quantidade 6,7% maior de cana para a produção de açúcar e 20,1% maior para a produção de álcool (Tabela 22).

Apesar do aumento da proporção de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro, a produção total de açúcar e de álcool deverá expandir-se apenas 2,6% e 15,6%, respectivamente, em decorrência, segundo a Conab (2009c), do clima muito chuvoso no início do período de moagem, que atrasou o ritmo de processamento, acarretando a diminuição do rendimento médio em sacarose (ATR).

A região Nordeste deverá contribuir com 11,9% da produção nacional, produzindo 67,9 milhões de toneladas, concentradas em Alagoas (29,9 milhões) e Pernambuco (20,4 milhões). Em oposição ao Centro-Sul, o Nordeste destinará

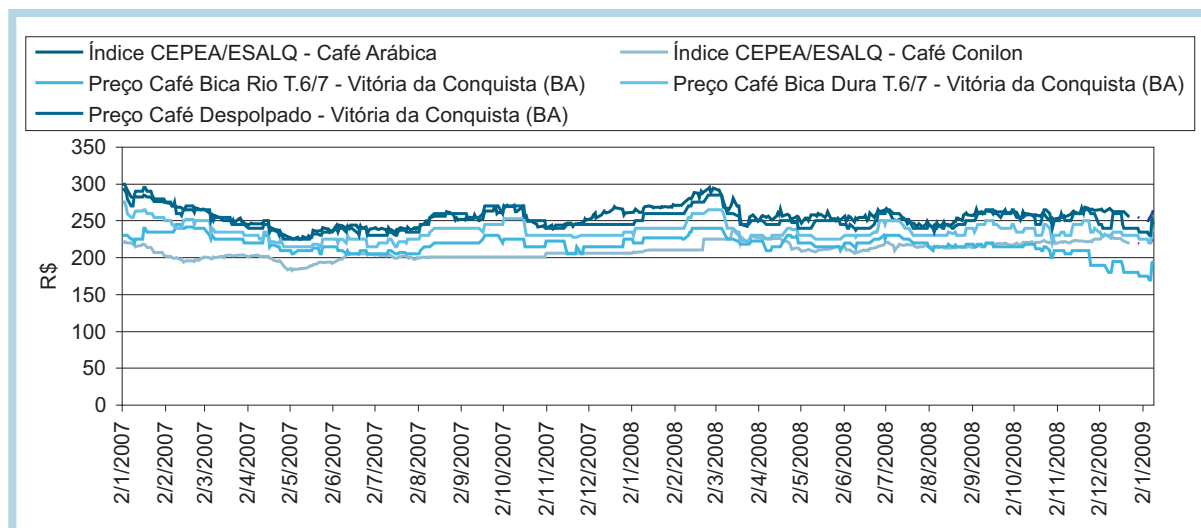


Gráfico 30 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conilon, de janeiro/2007 a janeiro/2009.

Fonte: (CONAB, 2009b; CEPEA; ESALQ, 2009c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

23 A colheita da cana-de-açúcar no país concentra-se no período de maio a outubro nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul; e no período de setembro a fevereiro na região Nordeste.

Tabela 22 – Cana-de-Açúcar. Estimativa de Produção e Destinação. Safra 2008 – em mil toneladas

Região/UF	Indústria Sucroalcooleira		
	Total	Açúcar	Álcool
NORTE	1.348,6	494,3	854,3
NORDESTE	67.868,0	39.707,1	28.160,9
Maranhão	2.385,0	186,0	2.199,0
Piauí	900,9	540,5	360,4
Ceará	111,5	–	111,5
Rio Grande do Norte	3.075,0	2.075,6	999,4
Paraíba	6.117,0	1.627,1	4.489,9
Pernambuco	20.418,1	13.473,9	6.944,2
Alagoas	29.864,3	19.889,4	9.974,9
Sergipe	2.306,2	942,5	1.363,7
Bahia	2.690,0	972,1	1.717,9
CENTRO-OESTE	66.510,1	19.798,1	46.712,1
SUDESTE	392.605,7	167.208,4	225.397,3
SUL	43.038,3	18.829,2	24.209,1
NORTE/NORDESTE	69.216,6	40.201,4	29.015,2
CENTRO-SUL	502.154,1	205.835,7	296.318,5
BRASIL	571.370,7	246.037,1	325.333,7

Fonte: (CONAB, 2009b).

mais da metade de sua produção (58,5%) para a produção de açúcar.

Os preços do açúcar cristal tiveram movimentos mais estáveis em 2008, sem, no entanto, recuperar as perdas observadas desde 2006. A saca de 50 kg fechou 2008 a R\$ 30,22 em Alagoas, R\$ 30,44 em Pernambuco e R\$ 31,72 pelo índi-

ce Cepea/Esalq, assinalando altas de 2%, 9,1% e 34,3%, respectivamente (Gráfico 31).

Com relação aos preços do álcool, em todas as praças houve queda no período de um mês para o anidro (nov.-dez./2008), sendo de 0,2% em Alagoas, 3,8% em Pernambuco e 1,8% no índice Cepea/Esalq, com o litro cotado a R\$ 0,99,

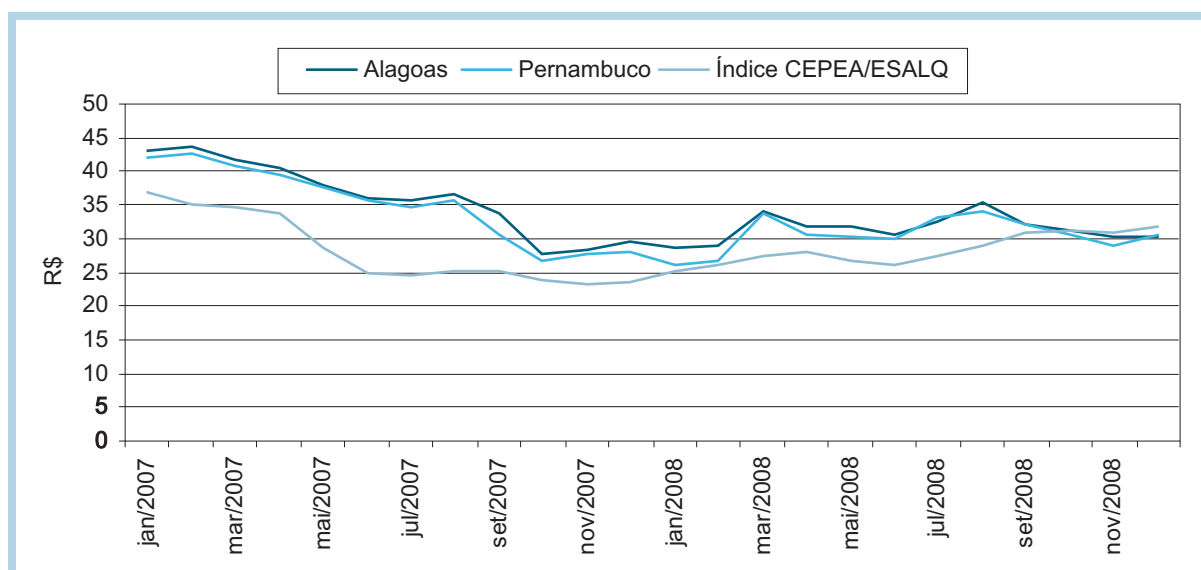


Gráfico 31 – Evolução de Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2007 a dezembro/2008

Fonte: (CEPEA; ESALQ, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

R\$ 0,96 e R\$ 0,88, respectivamente. No tocante ao álcool hidratado, apenas em Pernambuco registrou-se queda em um mês, de 5,9% (R\$ 0,75/litro). Durante o ano, os preços dos diferentes

álcoois apresentaram comportamentos distintos. Enquanto o álcool anidro valorizou-se em 3,5% pelo índice Cepea/Esalq, o preço do hidratado decresceu 1,8% (Gráfico 32).

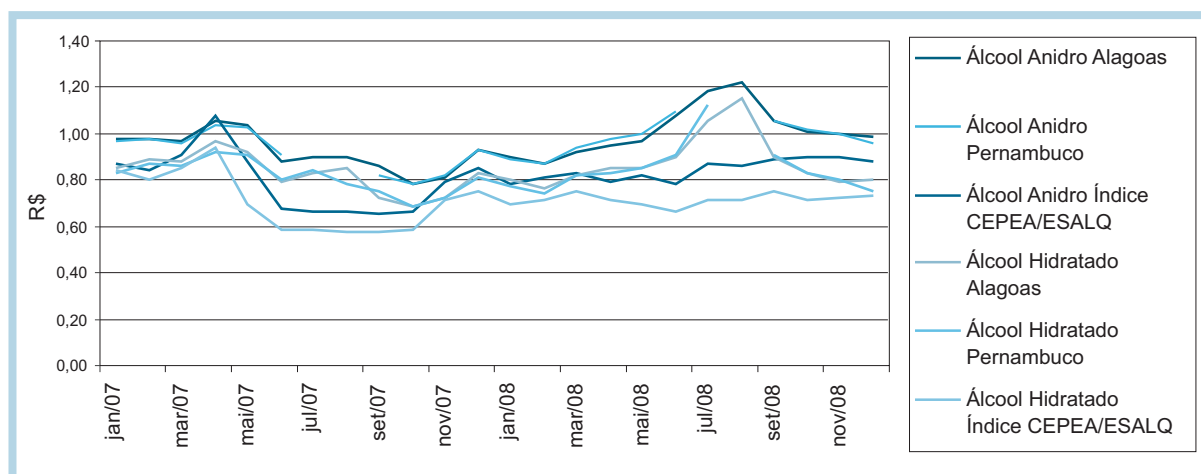


Gráfico 32 – Evolução de Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2007 a dezembro/2008.

Fonte: (CEPEA; ESALQ, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.3 - Pecuária

O atual cenário da pecuária nacional constitui um desafio para os produtores, que se vêem às voltas com a descapitalização e a recente escassez de crédito. Diferentemente do contingenciamento do crédito, consequência da crise financeira mundial, a descapitalização constitui fenômeno mais antigo, causado pela contínua elevação dos preços dos insumos, os quais desde 2003 superaram os reajustes de preço da arroba do boi gordo. De acordo com dados divulgados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o Custo Operacional Total da pecuária de corte no Brasil acumulou alta de 87,94% no período de março de 2003 a outubro de 2008, contrastando com o aumento observado na arroba do boi gordo, de apenas 56,31% no mesmo

período, achatando significativamente a margem de lucro dos produtores.

Os insumos cujos preços experimentaram maiores aumentos em 2008 foram a suplementação mineral, os adubos e corretivos para pastagem e os insumos para construção e manutenção de cercas, os quais, no período de janeiro a outubro, foram majorados em 95,6%, 58,1% e 36,3%, respectivamente. Ressalte-se que, apesar de ter registrado o maior aumento, o sal mineral sofreu queda de preço em outubro (0,4%), após sucessivas altas nos últimos doze meses. Isso devido à redução do consumo mundial, que pressionou para baixo as cotações dos insumos usados na produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. Crise financeira internacional derruba resultados de produtos químicos de uso industrial no 4º trimestre de 2008, **Resumo**, ano 18, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

ABECIP. **Número de unidades financiadas já supera 274 mil**. Disponível em: <<http://www.abecip.org.br>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

ANFAVEA. **Carta da Anfavea**, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.anfavea.org.br>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do sistema financeiro de habitação**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFHESTAT>>. Acesso em: 22 jan. 2009a.

_____. **Focus**: relatório de mercado, 9 jan. 2009. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20090109.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2009b.

_____. **Histórico de metas para inflação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metast/TabelaMetastResultados.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2009c.

_____. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009d.

BNB; ETENE. Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários – SIGMAN. Fortaleza: BNB, 2008. Acesso em: 09 jan. 2008.

BNB. **BNB Conjuntura Econômica**. Fortaleza, n. 15, out./dez. 2007.

_____. **BNB Conjuntura Econômica**. Fortaleza, n. 17, abr./jun. 2008.

BNB busca novos recursos. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.dariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei Orçamentária Anual 2009**: projeto de lei nº 38/2008-CN. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/Autografo2009.EXE>>. Acesso em: 22 jan. 2009a.

_____. Congresso. Senado. **Lei Orçamentária Anual LOA 2008**: projeto de lei nº 30/2007-CN. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/OR2008_autografo.EXE>. Acesso em: 22 jan. 2009b.

_____. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 15 jan. 2009c.

_____. Ministério da Fazenda. **Nota à imprensa**, 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/audio/2008/dezembro/a111208-nota-imprensa.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2009d.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2009e.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009f.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2009g.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **SECEX**. Disponível

em: <<http://www.sfipec.org.br>>. Acesso em: 9 fev. 2009h.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil: comportamento do emprego formal nos períodos de janeiro a dezembro segundo o Caged.** 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/#>>. Acesso em: 22 jan. 2009i.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Evolução de emprego do Caged – EEC.** Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2009j.

CE lidera instalação de novos parques eólicos. **Diário do Nordeste.** Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 8 fev. 2009.

CEPEA; ESALQ. **Indicador de açúcar & álcool.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/11_novembro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009a.

_____. **Indicador de algodão.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/11_novembro/Algodao.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009b.

_____. **Indicador de café.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/11_novembro/Cafe.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009c.

_____. **Indicador de milho.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/11_novembro/Milho.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009d.

_____. **Indicador de soja.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/11_novembro/Soja.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009e.

CEPEA. **Vale a pena investir em época de crise?** Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

CMA – Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A. **Trading Analysis Information.** São Paulo: CMA, 2008.

CNA. **Agência CNA.** Brasília: CNA, 2009. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 14 jan. 2009a.

_____. **Agronegócio entra no vermelho.** Brasília: CNA, 2009. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 14 jan. 2009b.

_____. **Agropecuária brasileira: balanço e perspectivas – 2008 e 2009.** Brasília: CNA, 2009. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009c.

CONAB. **Conjuntura semanal: algodão,** 22-26 dez. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009a.

_____. **Conjuntura semanal: café,** 01-05 dez. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009b.

_____. **Conjuntura semanal: cana-de-açúcar,** 22-26 dez. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009c.

_____. **Conjuntura semanal: feijão,** 15-19 dez. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009d.

_____. **Conjuntura semanal: mamona,** 29 set.-03 out. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009e.

_____. **Conjuntura semanal: milho,** 22-26 dez. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009f.

_____. **Conjuntura semanal: soja,** 08-12 dez. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009g.

_____. **Primeira estimativa de acompanhamento da safra brasileira de café,** jan. 2009. Brasília: Conab, 2009h.

_____. **Quarto levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos**, jan. 2009. Brasília: Conab, 2009i.

_____. **Terceiro levantamento de acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**, dez. 2008. Brasília: Conab, 2009j.

DENATRAN Frota por tipo/UF Disponível em: <<http://www2.cidades.gov.br/renaest/detalhe-Noticia.do?noticia.codigo=120>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Recife**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedmr1108.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. 2009a.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Salvador**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedssa/pedssa1108.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2009b.

FABRICANTES do estado convivem com dificuldades. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

FERREIRA, Assuêro. As recentes altas dos preços de petróleo e de alimentos, **BNB Conjuntura Econômica**, n. 17, abr.-jun. 2008.

FGV. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, 2009.

FIEB. **Acompanhamento conjuntural**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

FIEPE; CNI. **Indicadores industriais**. Disponível em: <<http://www.fiepe.org.br>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

FIEPE. **Indicadores industriais**. Disponível em: <<http://www.fiepe.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

FUNCEX. **Boletim do Comércio Exterior**, ano XII, n. 12, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.org.br>>. Acesso em: [jan. 2009].

IBGE. **Contas nacionais**, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2009a.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física Brasil**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 fev. 2009b.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física Brasil**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2009c.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física Brasil**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009d.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2009e.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2009f.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2009g.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2009h.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 jan. 2009i.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2009j.

_____. **SIDRA: comércio**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2009k.

_____. **SIDRA:** índice de preços. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2009l.

IEDI. **Análise IEDI**, 06 jan. 2009.

NAS REDES Issac, ritmo de pedidos já deu arrefecida. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

PUGA, Fernando Pimentel e Nascimento; MACHADO, Marcelo. **Visão do desenvolvimento:** como as empresas financiam investimentos em meio à crise internacional. Rio de Janeiro: BNDES, 2009a.

_____. **Visão do desenvolvimento:** como as empresas financiam investimentos em meio à crise internacional. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009b.

SECEX. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

SINDITÊXTIL. **Setor têxtil será fortalecido a médio prazo**. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br>>. Acesso em: 8 fev. 2009.

4 - Emprego e Rendimento

4.1 - Brasil

Muitos economistas acreditam ser a atual crise econômica mundial, que teve origem no mercado hipotecário norte-americano, a mais grave dos últimos 75 anos. Tal crise põe fim a um longo ciclo de expansão econômica mundial, que teve início nos primeiros anos da década de 90 e término em setembro último. Todos os países devem ser afetados, alguns em maior, outros em menor intensidade, inclusive o Brasil, que felizmente deve ficar nesse segundo grupo. Diante desse cenário, o governo brasileiro pretende lançar novos pacotes contra a crise neste início de ano, com base no aumento de investimentos, com o objetivo de evitar uma desaceleração mais acentuada da economia no primeiro trimestre, período considerado o mais crítico para a estratégia da política econômica. Ainda assim, a previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro sofra uma redução no ritmo de crescimento em 2009, para 3%, mas mantenha um patamar favorável em relação ao resto do mundo, cujo crescimento anual não deverá passar dos 2,2%.

Os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ainda anunciam bons resultados da economia real em 2008, apenas

parcialmente afetada pela crise internacional. Com efeito, ao longo do ano 2008, foram criados no país 1.452.204 novos postos de trabalho com carteira assinada, representando uma elevação de 5% em relação ao estoque de postos de trabalho contabilizado ao final de 2007. Esse aumento, contudo, revela um ritmo menor do que aquele observado no ano 2007, durante o qual foram gerados 1.617.392 novos postos de trabalho. Setorialmente, o destaque de 2008 ficou com a construção civil, com crescimento de 12,9% em relação ao estoque inicial de 2008, o que representa 197.868 novos postos de trabalho.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também mostra resultados favoráveis no tocante ao mercado de trabalho no mês de novembro. A taxa de desocupação estimada pela PME foi de 7,6%, em novembro de 2008, ligeiramente inferior à taxa de 8,2% de novembro de 2007. Houve redução na taxa de desocupação para as seis regiões metropolitanas pesquisadas na PME. Ainda segundo a citada pesquisa, a população ocupada em novembro de 2008 auferiu rendimento real médio de R\$ 1.273,60, com uma alta de 11,4% em relação a novembro de 2007.

4.2 - Nordeste

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do MTE, indica que o Nordeste contabilizou aproximadamente 6,5 milhões de empregos formais em 2007, 17,5% do total registrado no país¹. Desses, pouco mais de um terço está vinculado à administração pública (34%). Mas esse índice variava de 29,5%, em Pernambuco, a 45,7%, na Paraíba. Quanto aos setores de atividades, destacaram-se: serviços (26,5%), comércio (16,1%) e indústria de transformação (13,7%). O setor agrícola respondeu por apenas 3,5% dos empregos formais. O setor de transformação, que envolve atividades que agregam maior valor aos produtos, e detém 13,6% dos empregos formais do Nordeste, alcança 18,3% no âmbito nacional. Bahia, Pernambuco e Ceará juntos respondem por 62,2% dos empregos formais do Nordeste, com 27,2%, 18,9% e 16,1%, respectivamente.

Após esta breve apresentação de algumas características estruturais do mercado de trabalho no Nordeste, vejamos os aspectos conjunturais mais recentes do emprego na região, levando em conta as principais fontes de pesquisa de emprego, destacando-se que as informações conjunturais devem ser analisadas pela ótica da estrutura do mercado de trabalho apresentada acima.

A PME estimou em 9,7% a taxa de desocupação² referente a novembro de 2008, para a Região Metropolitana (RM) de Recife, a menor desde 2002 para o mês de novembro, tendo al-

cançado 11% em novembro de 2007. Para a RM de Salvador, a taxa de desocupação foi estimada em 10,3%, também a menor desde 2002 para esse mesmo mês, contra 12,8% em novembro de 2007 (ver Gráfico 2).

O Caged registrou uma alta de 5% no estoque de empregos formais³ do país entre novembro de 2007 e novembro de 2008, ligeiramente superior ao crescimento de 4,8% na região Nordeste. Entre os estados nordestinos o destaque positivo ficou com o Maranhão (7,2%), especialmente o setor da construção civil (39,1%), ficando o destaque negativo com Alagoas (1,3%), especialmente o setor de agropecuária (-7,5%).

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), do IBGE, indicou que o emprego formal na indústria⁴ em Pernambuco, na Bahia e no Ceará, entre novembro de 2007 e novembro de 2008, manteve-se praticamente estável. Para o país, foi estimada alta de 2,5%.

Por fim, vale observar a oscilação do rendimento na região Nordeste, segundo a PME e a Pimes, com referência a novembro de 2008. Na RM de Recife, R\$ 867,00, com alta de 5,7% em doze meses. Na RM de Salvador, R\$ 1.062,00, com alta de 15,5%, também em doze meses (ver Gráfico 3). Segundo a Pimes, que considera os salários pagos na indústria, os valores reais médios cresceram no Ceará (6,8%), em Pernambuco (9,5%) e na Bahia (6,0%). O crescimento nacional foi de 6,3%.

1 A RAIS é um registro administrativo do MTE, de periodicidade anual, com cobertura de 97% dos estabelecimentos formais do país. Suas características possibilitam o conhecimento da estrutura do mercado formal de trabalho no país. Sua última versão reúne dados referentes ao ano 2007.

2 Desocupação, na metodologia da PME, diz respeito a pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos trinta dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram trabalho nos últimos sete dias. Esse é o conceito de desemprego aberto.

3 Empregos com carteira assinada.

4 Empregos com carteira assinada na indústria.

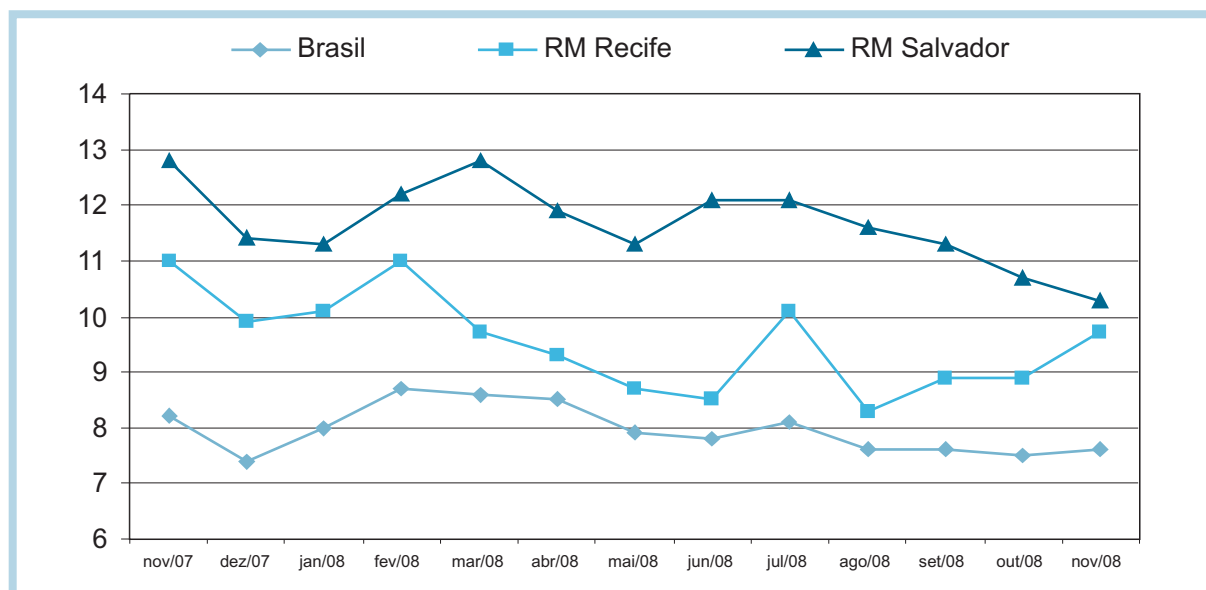


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação (%)

Fonte: (IBGE, 2009b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

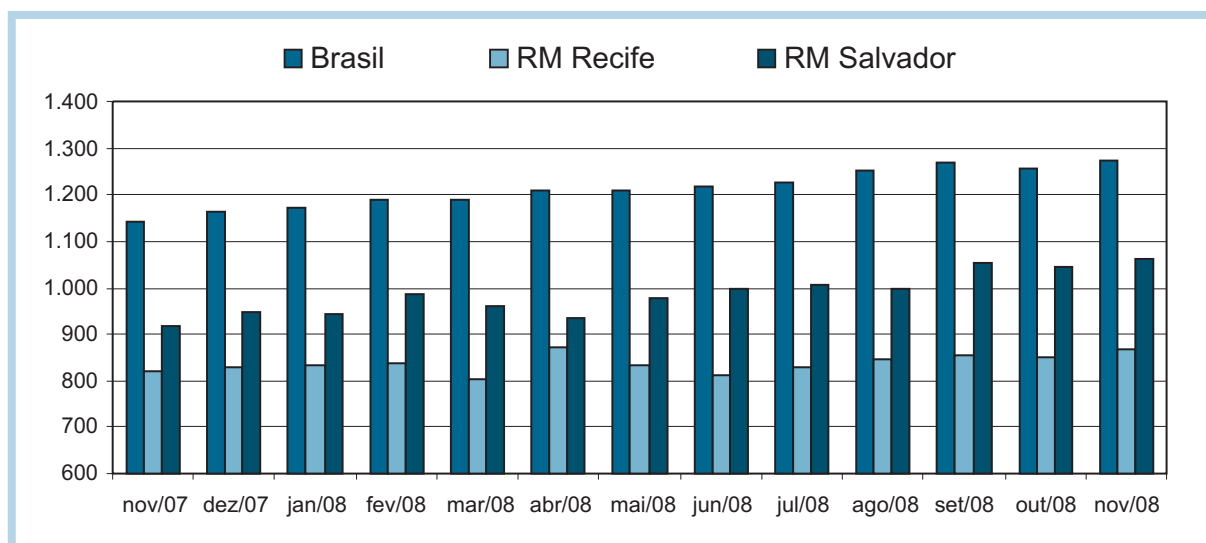


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$)

Fonte: (IBGE, 2009b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Os dados indicam que o emprego formal no Nordeste registrou crescimento, porém um pouco inferior ao ritmo médio nacional, que, segundo o Caged, aumentou 5%, taxa ligeiramente superior aos 4,8% assinalados em âmbito regional. No caso dos empregos na indústria, o país cresceu 2,5%, segundo a Pimes, registrando desempenho superior à taxa de 1% observada no Nordeste. Os

números de desemprego da PME mostram redução nas taxas de desemprego nas RMs de Recife e Salvador, as quais, ainda assim, alcançaram patamares maiores do que a média nacional. Quanto ao crescimento do rendimento do trabalho, a PME e a Pimes mostram, em geral, números mais favoráveis ao Nordeste, em comparação com os dados nacionais.

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2008/03/ri200803b3p.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/caged/estatistica/Textos/2008/Junho/Sumario.asp>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais: referência 2007**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 26 set. 2008.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal de emprego e salário**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/default.shtm>>. Acesso em: 16 jan. 2009a.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 26 set. 2008.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2009b.

5 - Setor Externo

5.1 - Balança Comercial Nordestina

A balança comercial nordestina, que vinha apresentando superávits anuais desde 2003, comportou-se de modo contrário em 2008. As exportações regionais atingiram US\$ 15.452 milhões, ao passo que as importações alcançaram US\$ 15.724 milhões, implicando déficit de 272 milhões.

Esse resultado é fruto de crescimento tanto das compras como das vendas internacionais do Nordeste, sendo a expansão das importações a taxas bem mais aceleradas que as das exportações (Gráfico 1).

Constata-se que o incremento maior das importações se verifica, de maneira mais acentuada, a partir de abril de 2005. Nesse mês, o índice da taxa de câmbio real apresenta movimento contínuo de apreciação da moeda nacional, correspondendo a menos de 90% do valor da taxa de dezembro de 2003 – 100% (Gráfico 2). Em agosto de 2008, registrou-se o pico de maior apreciação, quando chegou a 58,5% da taxa de dezembro de 2003. A partir de setembro de 2008, o real começa a se desvalorizar em relação à cesta dos treze

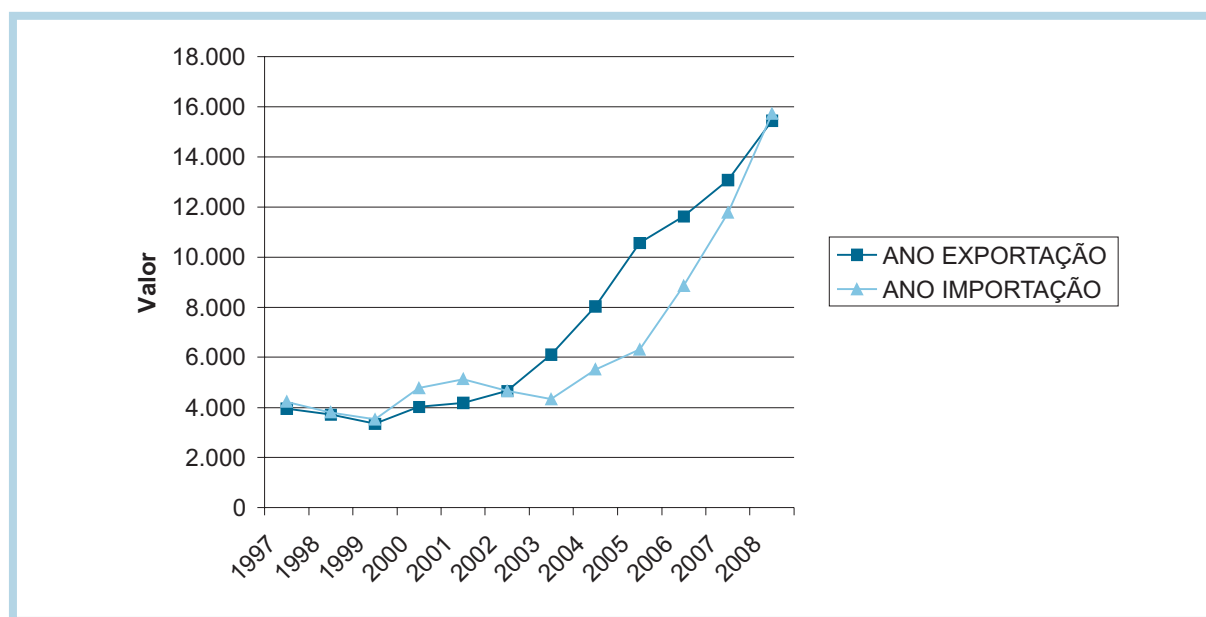


Gráfico 1 – Nordeste. Exportações e Importações – US\$ milhões

Fonte: (BRASIL, 2009b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

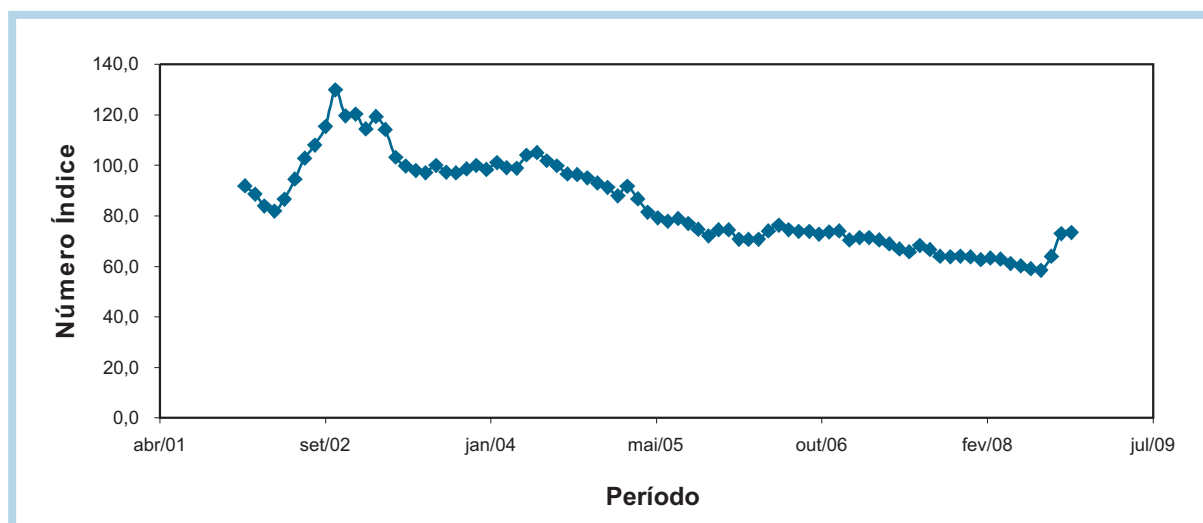


Gráfico 2 – Brasil. Índice de Taxa de Câmbio Real (Cesta de 13 Países)

Fonte: (FUNCEX, 2009). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

países/bloco selecionados¹, e chega em novembro de 2008 com uma taxa de 73,4% da taxa de dezembro de 2003. Entre agosto e novembro de 2008 ocorreu desvalorização de 25,5%.

O processo de apreciação da moeda nacional, com consequente barateamento das importações, parece ter contribuído para acelerar o incremento das compras internacionais da região. Comparando-se todo o ano de 2008 com 2007, observa-se um aumento de 33,5%.

Quanto às exportações regionais, houve avanço de 18,1% no período em análise (2008 com relação a 2007), com significativa concentração em bens intermediários – crescimento de 20,2% – e bens de consumo – 2,8%. Esses dois segmentos correspondem a 88,7% das exportações da região em 2008 – 70,5% e 18,2%, respectivamente.

Devido à não-ocorrência de mudanças estruturais recentes em sua matriz industrial, as exportações da região no período permanecem concentradas no segmento de insumos industriais, com

cerca de 79,4% do total exportado – 70,5% para bens intermediários e 8,9% para combustíveis e lubrificantes. Dessa maneira, o Nordeste revela, em âmbito internacional, o papel que também ocupa na matriz produtiva nacional: o de produtor de bens intermediários. A exportação de bens de capital da região é inexpressiva, correspondendo a menos de 1% do total exportado.

Ao longo de 2008, o volume nacional das exportações registrou crescimento de 21,8%. Quinze estados brasileiros apresentaram desempenho nas exportações superior ao crescimento médio nacional, dos quais apenas três do Nordeste: Maranhão com 28,7%, Alagoas com 30,6% e Piauí com 138,9%.

No tocante às importações regionais, houve incremento de 33,5%, no período em análise (2008 com relação a 2007), com expressiva concentração nos segmentos de bens intermediários – (expansão de 35,9% no período) – representando 44% do total das importações regionais, com destaque para combustíveis e lubrificantes (crescimento de

¹ Os países/bloco selecionados e os respectivos vetores de ponderação (%), utilizados a partir de janeiro de 2004, são: Argentina (10,8), Canadá (1,8), Chile (3,2), China (7,7), Coreia do Sul (2,7), EUA (28), Japão (15,1), México (3,9), Paraguai (1,0), Reino Unido (3,2), Rússia (2,2), Uruguai (1,0) e Zona do Euro (29,3).

45,1% no período e 34,6% do total importado); e de bens de consumo, com crescimento de 32,3% no período e 7,95% do total importado.

Os dados relacionados às exportações nordestinas com maior nível de desagregação estão disponíveis para o período de janeiro a novembro de 2008. Para esse período, a distribuição espacial dos valores exportados mostra como destaque a Bahia, onde se concentraram 57,2% das exportações nordestinas (Gráfico 3).

Com relação aos principais produtos exportados pela região Nordeste no período janeiro-novembro de 2008, os capítulos mais expressivos, em termos de valor, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) são: combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 1.312 milhões); pastas de madeiras ou outras matérias fibrosas (US\$ 1.266 milhões); ferro fundido, ferro e aço (US\$ 1.096 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 998 milhões); sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 864 milhões); cobre e suas obras (US\$ 854 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 846 milhões); frutas, cascas de

cítricos e de melões (US\$ 666 milhões); veículos, automóveis e tratores (US\$ 637 milhões); minérios, escórias e cinzas (US\$ 635 milhões); alumínio e suas obras (US\$ 631 milhões); calçados, polainas e suas partes (US\$ 497 milhões); plásticos e suas obras (US\$ 301 milhões) e peles, exceto a peleteria, e couros (US\$ 284 milhões), somando 75,7% da pauta exportadora nordestina.

Na análise por estado, a Bahia registrou o maior valor exportado no período janeiro-novembro de 2008. Foram US\$ 8.224,9 milhões, mais da metade das exportações nordestinas, e aumento de 21,1% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Dentre os estados nordestinos, a Bahia apresenta a pauta exportadora mais diversificada, com destaque para os capítulos combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 1.290,4 milhões); pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas (US\$ 1.266,1 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 971,9 milhões); cobre e suas obras (US\$ 853,8 milhões); veículos, tratores e ciclos (US\$ 626,4 milhões); sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 446,3 milhões); ferro fundi-

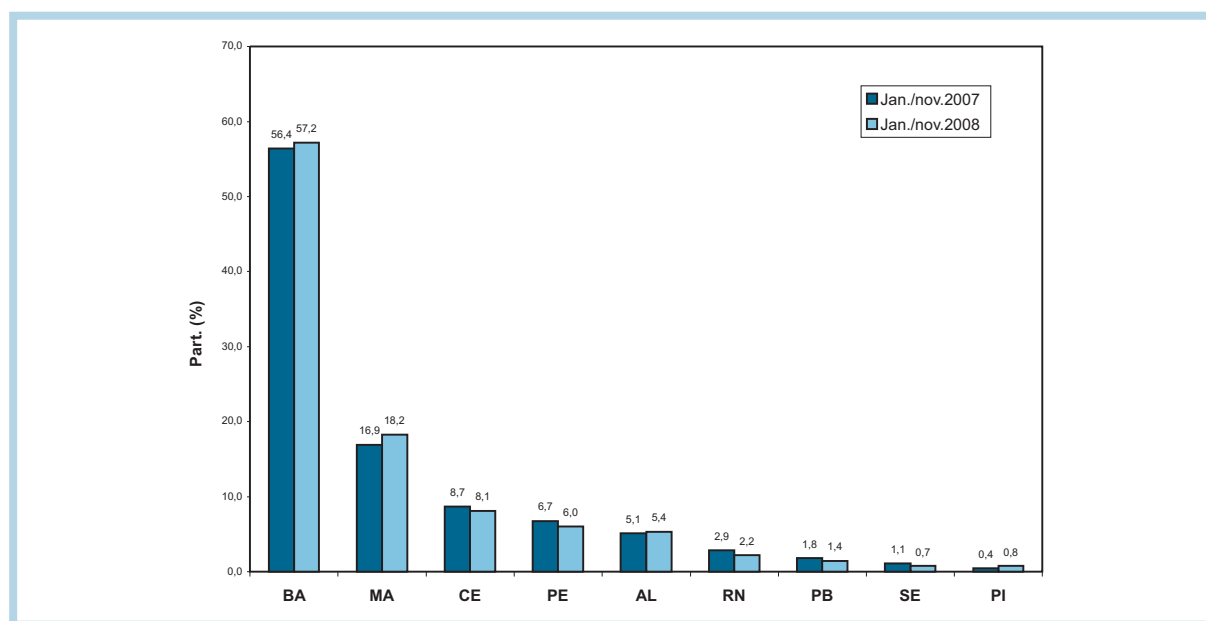


Gráfico 3 – Participação dos Estados na Pauta de Exportação da Região Nordeste (Jan./Nov. 2007 e 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

do, ferro e aço (US\$ 256 milhões) e cacau e suas preparações (US\$ 245,5 milhões).

Cumpre ressaltar que parte do avanço das exportações baianas decorreu do incremento de preço de combustíveis. O número-índice de *commodities* – petróleo e derivados, preço (janeiro de 2002 = 100)² – cresceu 48% no período em análise (janeiro-novembro de 2008 com relação ao mesmo período de 2007). Nesse período, alcançou o pico em julho de 2008, com número-índice 687,6. Tendo em vista que o preço do barril do petróleo já declinou 58% face aos recordes fixados no início de julho/08 e à perspectiva de abrandamento da procura, como resultado do arrefecimento da economia global e a já elevada correção nos preços da matéria-prima, antecipa-se a redução do valor exportado desse produto pela Bahia para 2009.

Segundo maior estado nordestino em valor exportado, com US\$ 2.622,8 milhões, o Maranhão apresentou crescimento de 29,2% nas vendas. Dentre os produtos exportados destacam-se os

capítulos ligados à atividade mineradora, como ferro fundido, ferro e aço (US\$ 804,2 milhões), minérios, escórias e cinzas (US\$ 613,3 milhões), alumínio e suas obras (US\$ 611 milhões) e produtos químicos inorgânicos – alumina calcinada (US\$ 163,1 milhões). O único capítulo a não fazer parte da atividade mineradora, sendo importante na cesta de exportação do estado, é sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 367,7 milhões).

Ocupando o terceiro lugar nas exportações nordestinas, o Ceará foi um dos estados que registraram baixa expansão (11,7%) em suas exportações relativamente a 2007, com um total exportado de US\$ 1.169,9 milhões. Seu crescimento foi superior ao dos estados do Rio Grande do Norte (queda de 9,9%), Pernambuco (6,9%) e Paraíba (queda de 2,7%). O destaque das exportações cearenses ficou com os capítulos calçados, polainas e suas partes (US\$ 316,1 milhões), frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 247 milhões), peles e couros (US\$ 176,1 milhões) e algodão, com US\$ 87,6 milhões (Gráfico 6).

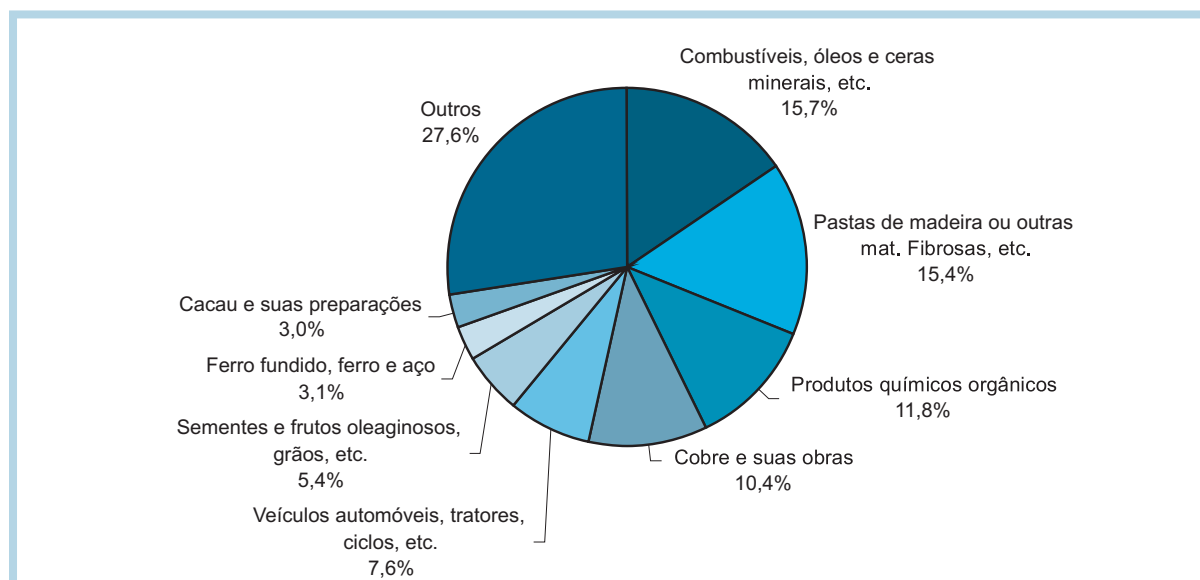


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia (Jan./Nov. 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

² IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEADATA.

O surgimento dos calçados como principal capítulo exportado pelo Ceará é um fenômeno da última década. A importância que o setor calçadista adquiriu pode ser avaliada por sua participação no valor de transformação industrial do estado (em torno de 22%) e também na geração de empregos formais. Esse segmento tem atuado entre 2000 e 2007 no mercado de baixa renda,

sendo de US\$ 3,23 o preço médio do calçado sintético cearense exportado. A recente desvalorização cambial favoreceu as vendas externas do setor, que deve sofrer retração da demanda em 2009 devido à recessão que ora se processa no maior comprador desse produto: os Estados Unidos.

Pernambuco ocupou o quarto lugar nas exportações nordestinas (US\$ 863,8 milhões). Os prin-

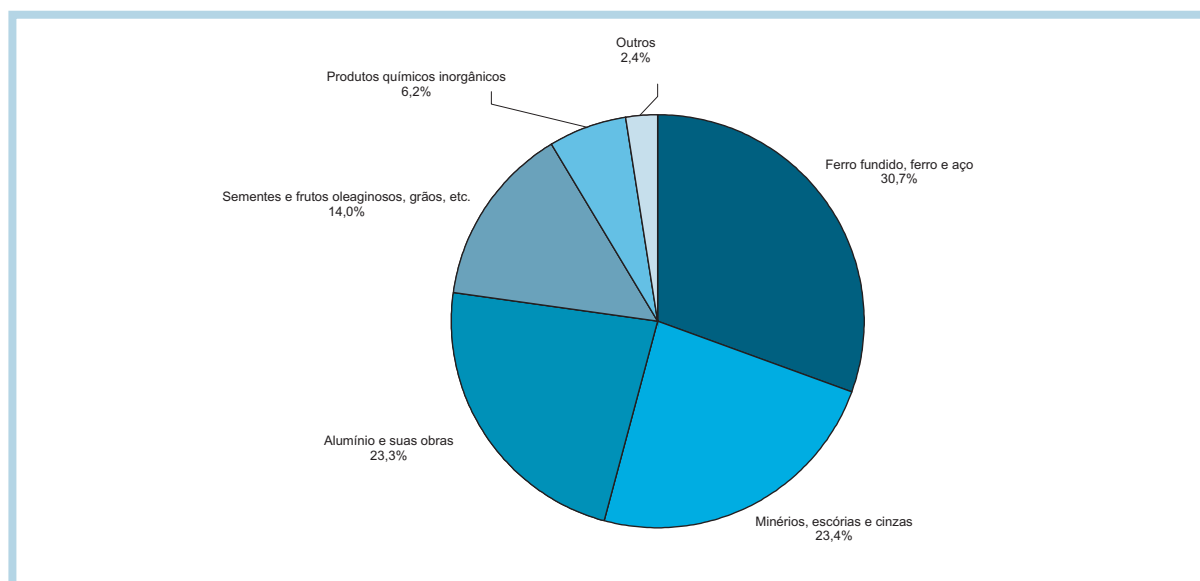


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão (Jan./Nov. 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

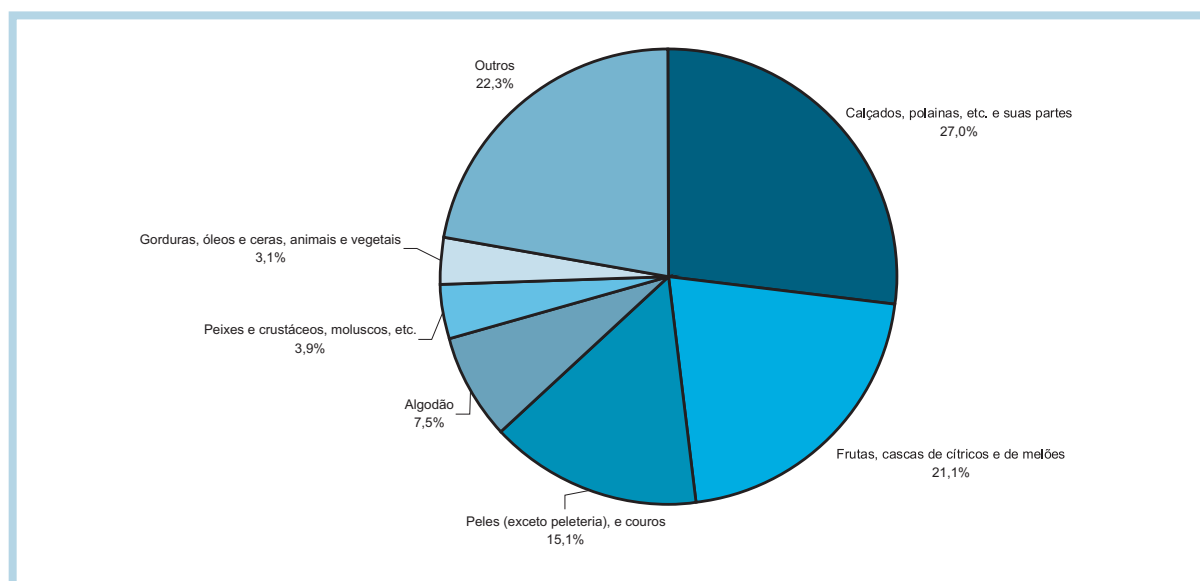


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará (Jan./Nov. 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

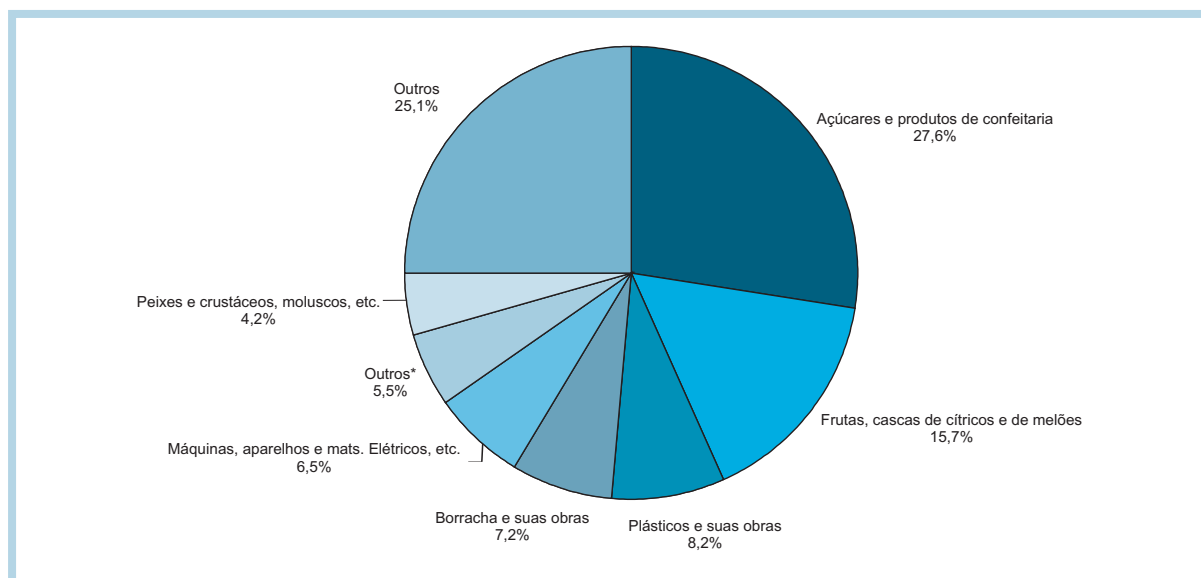


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco (Jan./Nov. 2008)

* Consumo de Bordo.

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

cipais capítulos exportados foram açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 238 milhões), plástico e suas obras (US\$ 70,6 milhões), borracha e suas obras (US\$ 62,3 milhões) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 56,2 milhões).

As exportações do Piauí no período janeiro-novembro de 2008 cresceram 113% em relação ao mesmo intervalo de 2007. Como consequência desse desempenho, a participação do estado na pauta regional elevou-se de 0,4% para 0,8%, permanecendo, no entanto, na última posição. Além do Piauí, apenas a Bahia, o Maranhão e Alagoas aumentaram suas participações no total exportado pela região nessa base de comparação. Dentre os capítulos exportados, destacam-se sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 50,3 milhões) e gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais (US\$ 37,2 milhões), que, juntos, responderam por 80% das vendas internacionais do estado no acumulado do ano. Vale ressaltar que o capítulo sementes e frutos oleaginosos, grãos etc. não participou da pauta exportadora em 2007 (Gráfico 8).

Sergipe exportou US\$ 107,7 milhões entre janeiro e novembro de 2008, valor 19% inferior ao observado no mesmo período de 2007. A perda de dinamismo das exportações foi decisiva para o recuo da participação do estado nas exportações nordestinas, de 1,1% para 0,7%. A pauta exportadora sergipana concentra-se basicamente em dois capítulos: preparação de produtos hortícolas, frutas etc. (US\$ 48,2 milhões) e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento (US\$ 31,5 milhões), que, juntos, respondem por mais de 74% das exportações em 2008 (Gráfico 9).

No acumulado de janeiro a novembro de 2008, Alagoas exportou US\$ 769,9 milhões, superando em 25,6% os US\$ 613,2 milhões exportados em 2007. O capítulo açúcares e produtos de confeitaria respondeu por 71,6% desse total, seguido por bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, com 21,2% (Gráfico 10).

As vendas do Rio Grande do Norte alcançaram US\$ 310,2 milhões nos onze primeiros meses de 2008, com recuo de 9,9% comparativamente

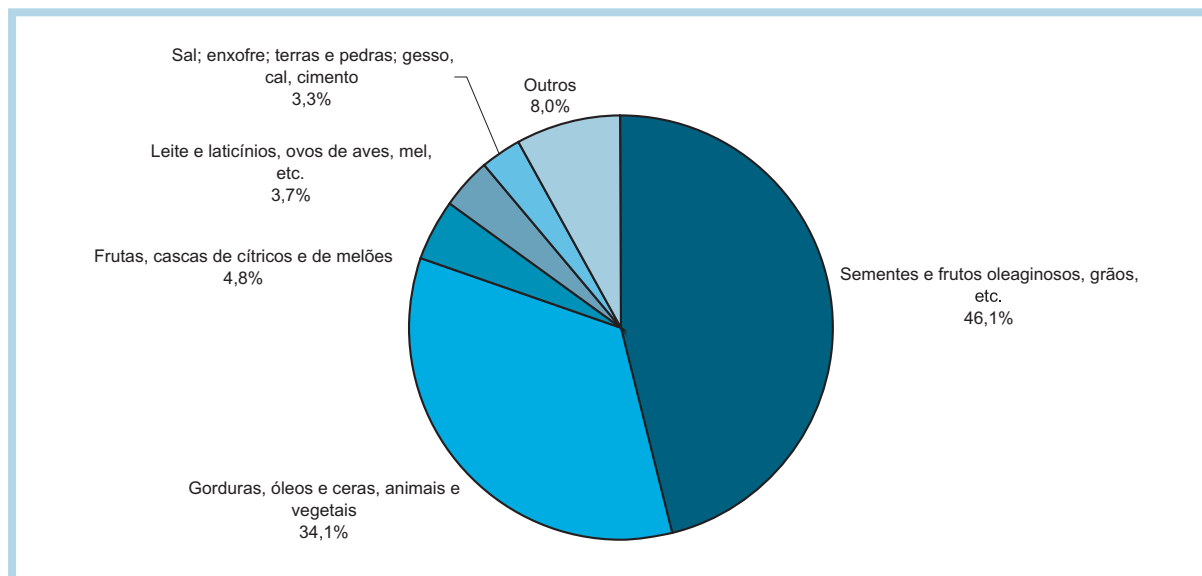


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí (Jan./Nov. 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

a idêntico período de 2007. O grande destaque continua sendo o capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões, com US\$ 127,9 milhões, seguido de peixes e crustáceos, moluscos etc., com US\$ 44,5 milhões. Juntos, esses dois grupos de produtos responderam por mais da metade das exportações do estado (Gráfico 11).

Na Paraíba, as exportações chegaram a US\$ 207 milhões, com diminuição de 2,7% sobre o valor exportado no período anterior (janeiro a novembro de 2007), desempenho que levou à redução da participação do estado no conjunto das exportações nordestinas, de 1,8% para 1,4%. O capítulo calçados, polainas etc. e

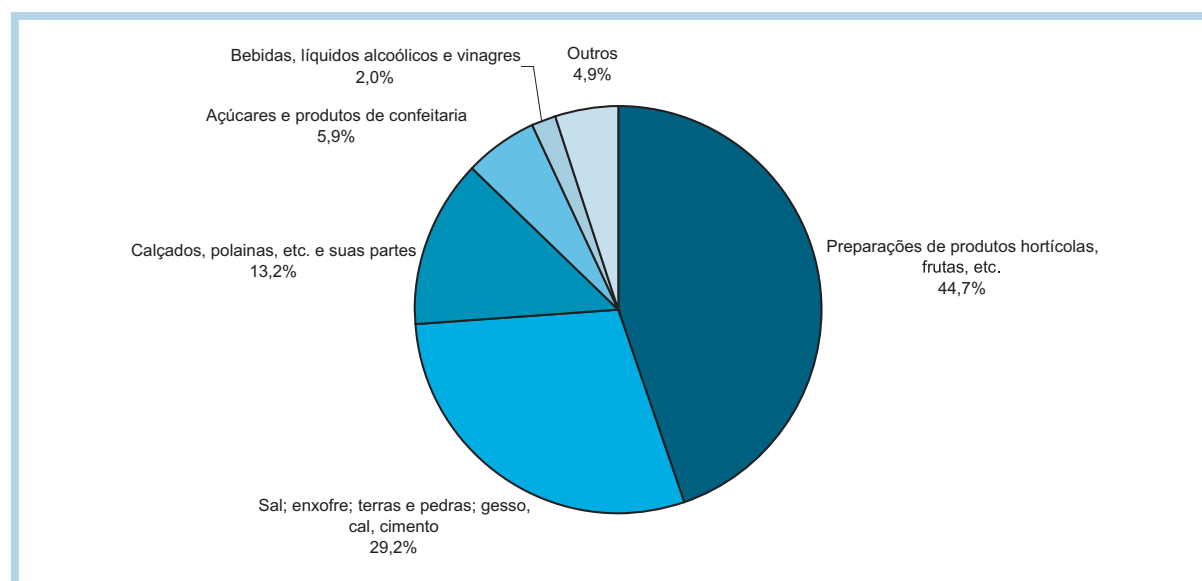


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe (Jan./Nov. 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

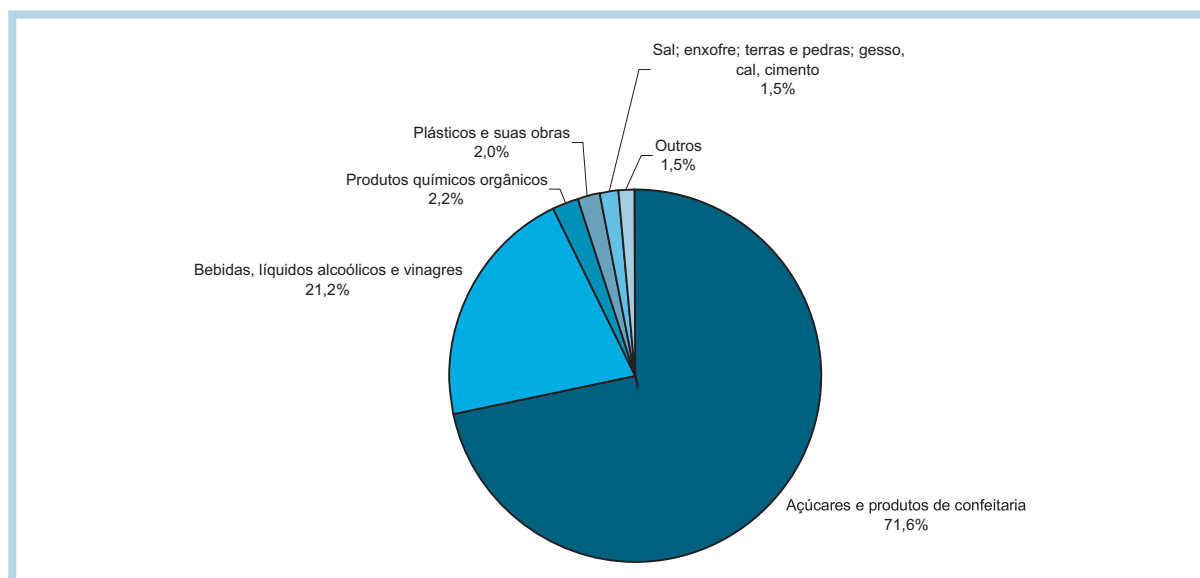


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas (Jan./Nov. 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

suas partes (US\$ 70,3 milhões) permanece entre os mais representativos nas vendas estaduais, com 33,9% do total exportado. No acumulado de janeiro a novembro de 2008, esse capítulo cresceu 47,8% comparativamente ao mesmo intervalo de 2007 (Gráfico 12).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, o saldo da balança comercial registrado em

2008 foi o pior desde 2002. Como consequência dos impactos da crise financeira internacional, o Banco Central (Bacen) estimou reduções tanto no montante das exportações e importações, quanto no valor do saldo da balança comercial. Segundo o Bacen, as exportações deverão totalizar US\$ 193 bilhões, enquanto as importações atingiriam o patamar de US\$ 179 bilhões, resultando num

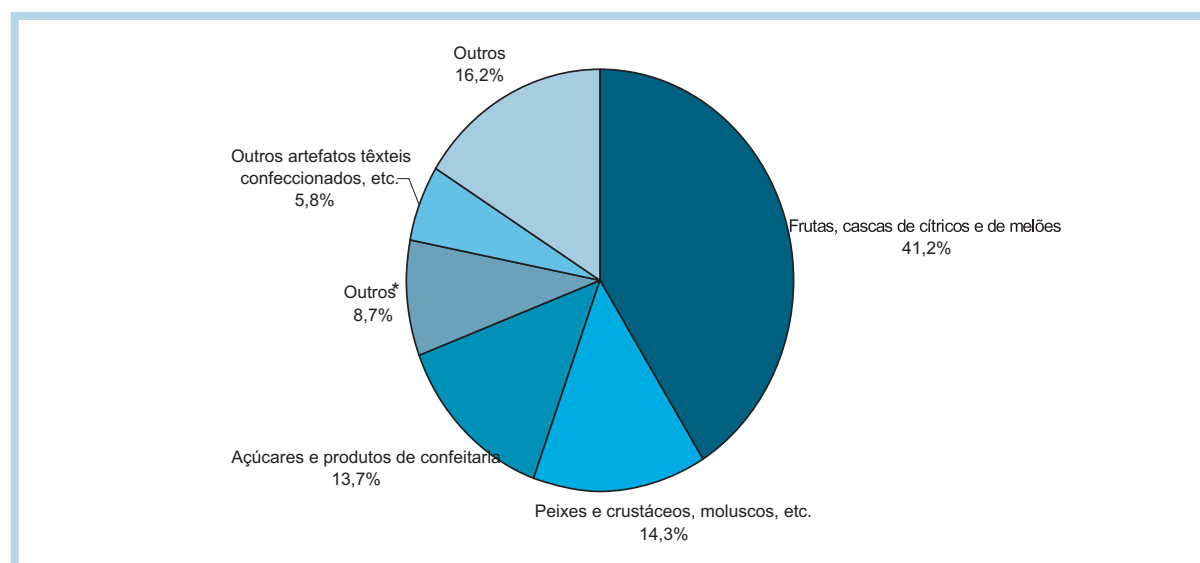


Gráfico 11 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte (Jan./ Nov. 2008)

* Consumo de Bordo.

Fonte: (BRASIL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

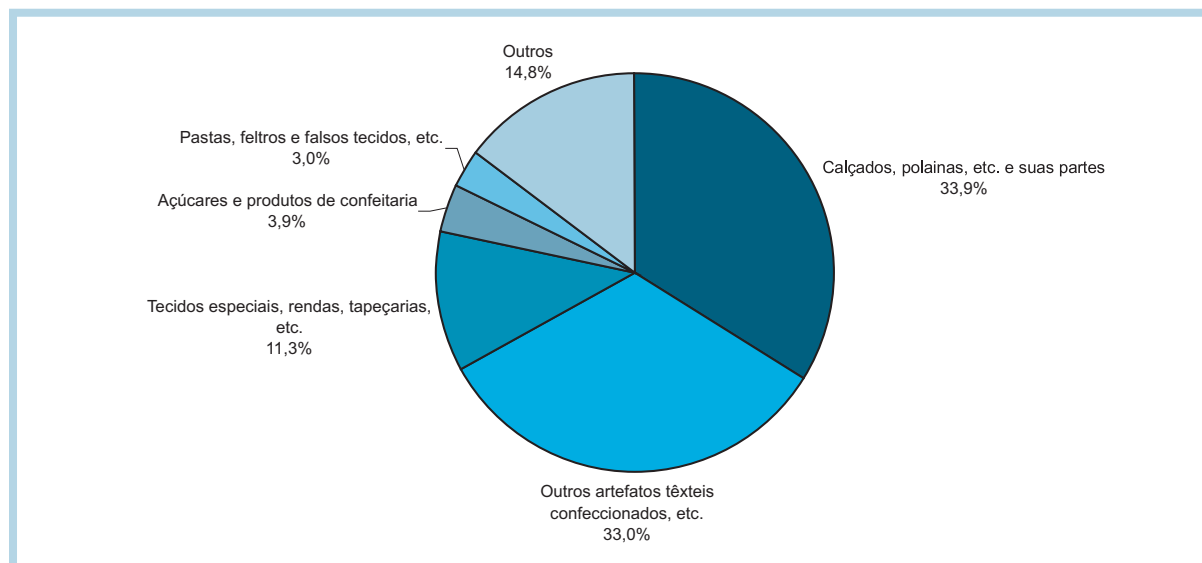


Gráfico 12 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba (Jan./Nov. 2008)

Fonte: (BRASIL, 2009a).Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

superávit de US\$ 14 bilhões para o ano vindouro (BANCO CENTRAL BRASIL, 2009). A escassez do crédito e a retração da demanda, combinados com a valorização do dólar, subprodutos da crise mundial, afetarão negativamente também os fluxos comerciais da economia nordestina.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) projetou um desempenho ainda mais pessimista para o comércio exterior brasileiro: ex-

portações de US\$ 163,1 bilhões (17,6% menos que as do ano passado), importações de US\$ 146 bilhões (queda de 15,7%) e superávit comercial de US\$ 17,1 bilhões (redução de 30,8%), o que seria o pior desempenho em 29 anos de mensuração. Ainda segundo a entidade, a recuperação da balança comercial só ocorreria em 2011 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2009a.

_____. _____. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009b.

FUNCEX. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 7 jan. 2009.

6 - Finanças Públicas

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

O desempenho fiscal do Governo Central, que compreende o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central, registrou, no período de janeiro a novembro de 2008, resultado primário de R\$ 91,5 bilhões, o que equivale a 3,45% do PIB estimado para o período, valor superior em 38,9% ao superávit observado no mesmo período de 2007. Em novembro de 2008, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 4,3 bilhões, desempenho bastante diverso do superávit de R\$ 14,9 bilhões no mês anterior, assim como do superávit de R\$ 4,5 bilhões de novembro de 2007. Os três componentes do Governo Central contribuíram para o desempenho deficitário de novembro de 2008, com os seguintes déficits específicos: Tesouro Nacional, R\$ 50 milhões; Previdência Social (RGPS), R\$ 4,2 bilhões; e Banco Central, R\$ 50,6 milhões.

As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos estados e municípios, cresce-

ram 3,2% acima do índice de crescimento nominal do PIB no período (11,97%), enquanto as suas despesas apresentaram decréscimo de 0,3%. Dentre as alterações promovidas em 2008, destacam-se a redução da alíquota da Cide¹; o aumento da alíquota da CSLL² incidente sobre as instituições financeiras, de 9% para 15%, com efeito a partir de junho; a mudança do prazo de recolhimento do IPI³- Automóveis e do IPI-Bebidas de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho e setembro, respectivamente; a extinção da CPMF⁴ e o aumento do IOF⁵, em janeiro.

O comportamento positivo das receitas no período de janeiro a novembro de 2008 reflete o desempenho favorável da economia, como também as ações administrativas desenvolvidas pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no esforço de recuperação dos débitos. Com efeito, o crescimento de 20,74% na arrecadação, em comparação com igual período

1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

3 Imposto sobre Produtos Industrializados.

4 Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

5 Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

de 2007, deveu-se principalmente à aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa.

O maior crescimento relativo na arrecadação foi assinalado pela CSLL, com 30,5%, seguida do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, com 25,2%, devido ao avanço nos itens “estimativo mensal” e “lucro presumido”. Na terceira posição vem o IRRF – Rendimentos do Trabalho, com 23,4%, seguido da Cofins, com 19,7%, devido à expansão das importações e do faturamento das empresas. Por outro lado, as demais receitas, em seu conjunto, avançaram 38,4%, em grande medida devido ao acréscimo de R\$ 3,6 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel, de R\$ 6,4

bilhões na receita de dividendos e R\$ 8,4 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, decorrentes de elevações do preço do barril de petróleo durante a maior parte do ano.

Em novembro de 2008, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou queda de R\$ 10,1 bilhões (18,8%), por motivos sazonais: i) recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL em outubro, referente à apuração trimestral encerrada em setembro; e arrecadação atípica no setor de combustíveis, também em outubro, decorrente de ganhos obtidos com a desvalorização cambial; ii) recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, em outubro, o que elevou

Tabela 1 – Resultado Primário do Governo Central (*). Brasil, 2007-2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Janeiro - Novembro		Variação 2008/2007 (%)
	2007	2008	
I. RECEITA TOTAL	551.751,40	647.316,40	17,32
I.1. Receitas do Tesouro Nacional	430.060,80	505.180,60	17,47
I.2. Receitas da Previdência Social	120.583,50	140.391,10	16,43
I.3. Receitas do Banco Central	1.107,10	1.744,70	57,59
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	94.139,00	118.559,60	25,94
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	457.612,40	528.756,90	15,55
IV. DESPESA TOTAL	391.734,60	437.236,70	11,62
IV.1. Despesas do Tesouro Nacional	228.418,20	256.743,00	12,40
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	103.131,40	114.969,20	11,48
IV.1.2. Custeio e Capital	124.896,20	140.877,10	12,80
IV.1.3. Transferência do Tesouro Nacional ao Banco Central	390,60	896,70	129,57
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	161.579,30	178.335,30	10,37
IV.3. Despesas do Banco Central	1.737,10	2.158,40	24,25
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III – IV)	65.877,80	91.520,40	38,92
V.1. Tesouro Nacional	107.503,60	129.878,20	20,81
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-40.995,80	-37.944,20	-7,44
V.3. Banco Central (4)	-630,00	-413,60	-34,35
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,78%	3,45%	24,10

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2009c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

a arrecadação da cota-parte de compensações financeiras naquele mês.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 2,1 bilhões (8,6%) em relação a outubro, dos quais R\$ 2 bilhões relativos a dispêndios com pessoal e encargos sociais, principalmente pelo pagamento do 13º salário dos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário. No mês, houve, também, aumento de R\$ 205,8 milhões (1,4%) nas despesas de custeio e capital.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,4% (R\$ 28,3 bilhões) de janeiro a novembro de 2008 em comparação com o mesmo período de 2007. As despesas com pessoal e encargos sociais experimentaram aumento de 11,5% (R\$ 11,8 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes à reestruturação de carreiras dos Poderes. Entretanto, essa evolução ficou 0,4% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha do funcionalismo, que, ao final de novembro de 2007, representavam 4,35% do PIB, passaram a 4,33% em novembro de 2008. Até novembro de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,5% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,1% acima da variação do PIB. O déficit do RGPS,

no mesmo período, caiu de 1,73% do PIB para 1,43% do PIB.

De janeiro a novembro deste ano, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 37,9 bilhões, inferior, portanto, aos R\$ 41 bilhões negativos observados no mesmo período de 2007 (-7,4%). A arrecadação líquida elevou-se de R\$ 120,6 bilhões para R\$ 140,4 bilhões (16,4%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que subiu de R\$ 122,7 bilhões para R\$ 144,6 bilhões (17,9%), explicada, sobretudo, pelo expressivo crescimento do nível de emprego formal, com carteira assinada, com impacto positivo no recolhimento de contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 16,8 bilhões (10,4%), atingindo o montante de R\$ 145,2 bilhões.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,5% do PIB, com a seguinte distribuição: arrecadação de impostos (9,2%), contribuições (7,5%) e demais receitas (2,8%). Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 17,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior, evoluindo de R\$ 442,1 bilhões para R\$ 517,5 bilhões.

6.1.2 - Dívida Pública Federal

De outubro para novembro de 2008 a rubrica Dívida Pública Federal (DPF) evoluiu de R\$ 1.345,4 bilhões para R\$ 1.374,4 bilhões, com um aumento nominal da ordem de R\$ 29 bilhões, correspondente a 2,16%. Essa variação deveu-se à apropriação positiva de juros, no valor de R\$ 25,7 bilhões, compensada, em parte, pelo resgate líquido de R\$ 3,3 bilhões. Com relação à participação da DPF no PIB, as estimativas do

mercado apontam para a manutenção de uma trajetória descendente. Com efeito, nos últimos 12 meses, essa redução foi de 6,8 pontos percentuais, passando de 41,7% em novembro de 2007, para 34,9% em novembro de 2008 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008) .

Em relação à composição da DPF, houve uma redução de 0,61 ponto percentual na participação da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi),

de outubro para novembro, passando de 91,15% para 90,54%. Ainda assim, o estoque da DPMFi apresentou aumento de R\$ 18,1 bilhões, passando de R\$ 1.226,3 bilhões para R\$ 1.244,4 bilhões, devido principalmente à apropriação positiva de juros no valor de R\$ 13,7 bilhões. Em contrapartida, cresceu a proporção da Dívida Pública Federal Externa (DPFe) na DPF, passando de 8,85% em outubro para 9,46% em novembro. Devido à depreciação do real, o estoque da DPFe apresentou uma elevação de 9,15% em relação ao mês de outubro, encerrando novembro com R\$ 130 bilhões, sendo R\$ 99,1 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 30,9 bilhões alusivos à dívida contratual.

Apesar do crescimento da DPF, houve uma melhora no seu perfil, pois a participação dos títulos com remuneração prefixada – que têm juros predefinidos e garantem maior previsibilidade ao Tesouro para administrar a DPF, a DPMFi, registrou uma elevação de 0,11 ponto percentual, passando de 31,50% em outubro, para 31,61% em novembro, sendo grande parte dessa elevação explicada pela emissão líquida desses papéis totalizando R\$ 3,3 bilhões. A proporção dos indexados à taxa Selic apresentou redução de 0,38 ponto percentual, passando de 36,26% em outubro para 36,64% em novembro. A participação dos títulos remunerados pelos índices de preços sofreu redução de

29,75% em outubro, para 29,15% em novembro, correspondente a 0,6 ponto percentual.

O custo médio mensal da DPF cresceu, passando de 14,82% a.a. em outubro, para 15,71% a.a. em novembro, resultado, sobretudo, da desvalorização do real em relação ao dólar. O custo médio da DPMFi reduziu-se de 14,73% a.a. em outubro, para 14,51% a.a. em novembro. No acumulado dos últimos doze meses, o custo médio da DPMFi elevou-se de 13,52% a.a. em outubro, para 13,63% a.a. em novembro, sobretudo devido à oscilação da cotação do dólar em novembro de 2008, comparativamente à de novembro de 2007. É importante acrescentar que o reduzido impacto nesse indicador resulta da baixa exposição cambial da DPMFi. Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o financiamento da DPF ao longo do tempo, levando-se em conta a significativa influência das variações de curto prazo dos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal. As turbulências no mercado financeiro, no entanto, geraram uma ligeira redução do prazo médio da DPF, de 42,75 meses em outubro, para 42,33 meses em novembro. Segundo o Tesouro Nacional, essa queda deve-se ao fato de o governo só haver conseguido colocar no mercado títulos com prazos menores.

Tabela 2 – Composição da Dívida Pública Federal em Poder do Público

R\$ Bilhões

Item	Valor Dez./07 (%)		Valor Nov./08 (%)	
DPF	1.333,76	100,00	1.374,37	100,00
DPMFi	1.224,87	91,84	1.244,39	90,55
Prefixados	456,97	34,26	393,37	28,62
Índice de preços	321,65	24,12	362,78	26,40
Selic	409,02	30,67	455,98	33,18
Câmbio	11,61	0,87	13,42	0,98
TR	25,62	1,92	18,84	1,37
DPFe	108,89	8,17	129,98	9,46
Dólar	83,25	6,24	103,33	7,52
Euro	13,68	1,03	14,47	1,05
Real	10,88	0,82	10,66	0,78
Demais	1,08	0,08	1,52	0,11

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2009a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: DPF = Dívida Pública Federal; DPMFi = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; DPFe = Dívida Pública Federal Externa.

6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

De janeiro a novembro de 2008, o setor público, compreendendo os governos central, estaduais e municipais, apresentou um déficit nominal de R\$ 10,75 bilhões (0,4% do PIB), significando que o superávit primário de R\$ 134,8 bilhões (5,08% do PIB) não foi suficiente para cobrir as obrigações relativas ao pagamento dos juros, que alcançaram o montante de R\$ 145,5 bilhões, ou 5,48% do PIB. A maior contribuição para o su-

perávit primário veio do Governo Central, que no período de janeiro a novembro de 2008 alcançou R\$ 92 bilhões, correspondendo a 3,47% do PIB.

As demais esferas de governo (estados, municípios e empresas estatais) geraram um superávit de R\$ 42,6 bilhões no período de janeiro a novembro de 2008, apresentando uma redução superior a R\$ 2,6 bilhões em relação a idêntico intervalo de 2007.

Tabela 3 – Necessidades de Financiamento do Setor Público

Discriminação	Valor (em R\$ Milhões)			Participação no PIB (%)		
	Jan./Nov.06	Jan./Nov.07	Jan./Nov.08	Jan./Nov.06	Jan./Nov.07	Jan./Nov.08
Nominal	50.438	33.907	10.752	2,34	1,43	0,40
Juros Nominais	147.035	147.294	145.582	6,82	6,21	5,48
Primário	-96.597	-113.387	-134.830	-4,48	-4,78	-5,08
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-57.115	-68.127	-92.060	-2,65	-2,87	-3,47
Empresas Estatais	-17.754	-14.622	-11.490	-0,82	-0,62	-0,43
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-21.728	-30.638	-31.280	-1,01	-1,29	-1,18

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

6.2.1 - Arrecadação e Participação do ICMS na Receita Líquida dos Estados Nordestinos

A Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados compreende as receitas de impostos diretamente arrecadados, acrescidas das transferências legais e constitucionais recebidas e pagas, deduzidas as contribuições previdenciárias. Antes de uma detalhada análise do ICMS, vale a pena discutir a participação das transferências legais e constitu-

cionais e desse tributo nas receitas estaduais da região Nordeste.

Cabe observar que o somatório dos valores referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), às Transferências Voluntárias (TV) e ao ICMS não corresponde ao total das Receitas Cor-

rentes Líquidas estaduais, embora seja bastante próximo. A análise parte da soma dessas receitas, comparando-se o período de janeiro a outubro de 2008 com igual intervalo de 2007.

A Tabela 4 discrimina os valores absolutos das transferências legais e constitucionais (FPE/FPM/TV) e do ICMS no período em referência. Observa-se um crescimento 14,3 % em termos reais, descontada a inflação medida pelo IPCA. Esse crescimento deve-se principalmente à significativa variação dos valores das transferências, já que o ICMS cresceu apenas 16,3% no período. Com efeito, enquanto o FPE cresceu 22,5% e o FPM 23,2%, as Transferências Voluntárias evoluíram 50,4%.

Como o ICMS representa quase 50% da receita total⁷ – 48,2% em janeiro/outubro de 2007 e 46,6% em janeiro/outubro de 2008 –, a sua menor variação no período pressionou para baixo a variação no total das receitas (transferências + ICMS). Note-se que a participação do ICMS caiu em todos os estados nordestinos, no período ja-

neiro/outubro de 2008, comparado com janeiro/outubro de 2007.

Por outro lado, a participação do FPE e do FPM cresceu em todos os estados nordestinos, exceto no Ceará, com queda em ambos, e no Piauí, cuja participação no FPM caiu também. Cabe observar o crescimento da participação das Transferências Voluntárias no total da receita dos estados do Nordeste, de 3,1% para 3,9%, decorrente do acréscimo de R\$ 735 milhões na entrada de recursos. Essas transferências consolidam o montante de recursos financeiros transferidos pela União aos estados e municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes e instrumentos similares.

Os dados referentes à arrecadação de ICMS da região Nordeste⁸, conforme discriminado na Tabela 6, mostram que o crescimento no período janeiro/outubro de 2008 com relação a janeiro/outubro de 2007, foi de 16,3% - 10,5% em termos reais, descontada a inflação medida pelo IPCA – proporcionalmente inferior ao crescimento nacional, de 19,6% (nominal).

Tabela 4 – Transferências Legais e Constitucionais e ICMS

UF	Jan-Out/ 2007					Jan-Out/2008					Variação % ³
	FPE ¹	FPM ¹	TV ¹	ICMS	TOTAL ²	FPE	FPM	TV	ICMS	TOTAL	
Alagoas	1.062.482	636.909	86.390	1.131.752	2.917.534	1.295.833	775.043	125.645	1.282.404	3.478.925	19,2
Bahia	2.399.773	2.409.968	320.928	7.315.076	12.445.745	2.926.831	2.963.566	483.773	8.571.099	14.945.269	20,1
Ceará	1.873.832	1.398.238	205.554	3.173.476	6.651.099	2.285.378	1.702.265	345.579	3.887.883	8.221.105	23,6
Maranhão	1.843.516	1.114.955	164.401	1.646.936	4.769.807	2.248.404	1.360.580	232.044	1.917.896	5.758.923	20,7
Paraíba	1.223.077	864.338	161.106	1.369.755	3.618.276	1.491.699	1.052.815	235.388	1.586.209	4.366.111	20,7
Pernambuco	1.762.299	1.292.380	237.592	4.383.454	7.675.724	2.149.350	1.636.338	387.312	4.911.249	9.084.249	18,4
Piauí	1.103.678	709.230	120.960	957.896	2.891.764	1.346.077	811.174	159.469	1.151.905	3.468.625	19,9
Rio Grande do Norte	1.067.028	663.661	99.689	1.634.838	3.465.217	1.301.378	822.325	136.221	1.853.235	4.113.159	18,7
Sergipe	1.061.256	379.061	62.586	976.607	2.479.510	1.294.338	486.063	88.755	1.112.113	2.981.269	20,2
Nordeste	13.396.941	9.468.740	1.459.206	22.589.790	46.914.676	16.339.288	11.610.169	2.194.186	26.273.993	56.417.635	20,3

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b; BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: 1 - FPE: Fundo de Participação dos Estados; FPM: Fundo de Participação dos Municípios; TV: Transferências Voluntárias aos Estados e Municípios; 2 - Total: Soma das Transferências Legais, Constitucionais e o ICMS; 3 - A variação % é com relação ao total de 2008 e total de 2007 (período janeiro-outubro).

⁷ Ver Tabela 5.

⁸ Incluem dados ainda provisórios: 2007 – Acre: fevereiro e agosto; Ceará: fevereiro; e Distrito Federal: setembro. 2008: Distrito Federal: fevereiro; Rio Grande do Sul: julho; Sergipe: julho; Pernambuco: setembro e outubro; Paraíba: outubro; Rio Grande do Norte: outubro; e Espírito Santo: outubro.

Tabela 5 – Participação Relativa (%) das Transferências Legais e Constitucionais e do ICMS no Total de Recursos Transferidos pela União e Arrecadados por Estado e na Região – Jan.-Out./2007 e Jan.-Out./2008

UF	Jan-Out/2007				Jan-Out/2008			
	FPE/Total ¹	FPm/Total	TV/Total	ICMS/Total	FPE/Total	FPm/Total	TV/Total	ICMS/Total
Alagoas	36,4	21,8	3,0	38,8	37,2	22,3	3,6	36,9
Bahia	19,3	19,4	2,6	58,8	19,6	19,8	3,2	57,3
Ceará	28,2	21,0	3,1	47,7	27,8	20,7	4,2	47,3
Maranhão	38,6	23,4	3,4	34,5	39,0	23,6	4,0	33,3
Paraíba	33,8	23,9	4,5	37,9	34,2	24,1	5,4	36,3
Pernambuco	23,0	16,8	3,1	57,1	23,7	18,0	4,3	54,1
Piauí	38,2	24,5	4,2	33,1	38,8	23,4	4,6	33,2
Rio Grande do Norte	30,8	19,2	2,9	47,2	31,6	20,0	3,3	45,1
Sergipe	42,8	15,3	2,5	39,4	43,4	16,3	3,0	37,3
Nordeste	28,6	20,2	3,1	48,2	29,0	20,6	3,9	46,6

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b; BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: 1 - Total: Soma das Transferências Legais; Constitucionais e o ICMS.

Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE).

Tabela 6 – Arrecadação de ICMS (Valores em R\$ mil)

Estado/Nordeste/Brasil	Janeiro - Outubro		Variação %	Participação(*) em 2007	Participação(*) em 2008
	2007	2008			
Alagoas	1.131.752	1.282.404	13,3	0,7	0,7
Bahia	7.315.076	8.571.099	17,2	4,8	4,7
Brasil	153.338.354	183.460.252	19,6	100,0	100,0
Ceará	3.173.476	3.887.883	22,5	2,1	2,1
Maranhão	1.646.936	1.917.896	16,5	1,1	1,0
Nordeste	22.589.790	26.273.992	16,3	14,7	14,3
Paraíba	1.369.755	1.586.209	15,8	0,9	0,9
Pernambuco	4.383.454	4.911.249	12,0	2,9	2,7
Piauí	957.896	1.151.905	20,3	0,6	0,6
Rio Grande do Norte	1.634.838	1.853.235	13,4	1,1	1,0
Sergipe	976.607	1.112.113	13,9	0,6	0,6

Fonte: (BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) participação em relação ao país. Variação 2008/2007 (%).

De acordo com análise divulgada nas edições 17 e 18 da Conjuntura Econômica, observa-se que a arrecadação total dos estados do Nordeste nos quatro primeiros meses de 2008, comparada com a do mesmo quadrimestre de 2007, cresceu 17,3%, portanto um pouco mais que a média nacional, de 16,4%. Na comparação dois oit primeiros meses de cada ano, a situação se inverte, a favor da média nacional, ao registrar crescimento de 18,8% para o Nordeste e 19,3% para o país. Quando, porém, a comparação refere-se ao período janeiro/outubro de cada ano, registra-se crescimento de apenas 16,3% para a região, inferior aos 19,6% assinalados em âmbito nacional.

A evolução da arrecadação total do ICMS no país mostra uma trajetória ascendente, um pouco mais positiva que a evolução da arrecadação total do ICMS no Nordeste. Os dados do período em análise refletem bem a dinâmica desse crescimento. Enquanto a arrecadação total de ICMS no país cresce a uma taxa mensal de 0,05%, a da região registra crescimento mensal de 0,04%.

No âmbito estadual, cabe aprofundar a análise no caso da Bahia, do Ceará e do Piauí, na busca das razões de seu crescimento acima da evolução regional ou da média nacional.

Tabela 7 – Variação % na Arrecadação de ICMS¹

Setor/Atividade	Ceará	Piauí	Bahia
Setor Primário	27,0	274,6	9,2
Setor Secundário	28,8	29,1	24,6
Setor Terciário	10,2	2,0	13,0
Energia Elétrica	15,1	7,5	1,1
Petróleo, combustível e lubrificante	45,0	32,1	22,5
Outros	77,6	182,0	68,7
Total	22,5	20,3	17,2

1. Variação calculada a partir dos valores de jan-out/08 e jan-out/07.

Fonte: (BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

No Ceará, a principal influência no crescimento do ICMS coube à expansão da arrecadação no setor secundário e no segmento petróleo, combustível e lubrificante, os quais registram participação média⁹ de 18,6% e 20,4%, respectivamente. Merece destaque também o crescimento da arrecadação do ICMS no item Outras fontes de receita.

O crescimento da arrecadação de ICMS no Piauí deve-se, principalmente, aos setores primário e secundário e ao segmento petróleo, combustível e lubrificante, com participação média de 4,5%, 14% e 27,2%, respectivamente.

O crescimento da arrecadação de ICMS na Bahia ficou acima da média regional, porém um pouco abaixo da média nacional. As maiores influências foram exercidas pelo setor secundário e pelo segmento petróleo, combustível e lubrificante, com participação média de 21,9% e 26,3%, respectivamente. O elevado crescimento do item “outras fontes de receita” não chegou a exercer significativa influência na arrecadação de ICMS na Bahia, já que sua participação média não passa de 1,4%.

O baixo crescimento da arrecadação de ICMS em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe pode ser visualizado em detalhes na Tabela 8.

Em Sergipe, o setor secundário e o item energia elétrica, que apresentaram crescimento muito

abaixo da média regional, têm participação média de 19,8% e 9,9%, respectivamente. Associada a isso, observa-se, ainda, uma queda na arrecadação do item “outras fontes de receita”, que tem uma participação média de 2,6%.

O baixo crescimento da arrecadação do Rio Grande do Norte foi fortemente influenciado pela queda de 17,1% na arrecadação do setor primário, que tem uma participação de 15,1% no total de ICMS. Contribuiu, também, o pequeno crescimento do setor secundário, que tem uma participação média significativa, correspondente a 23,8%. O expressivo crescimento de 160,6% na arrecadação do segmento petróleo, combustível e lubrificante não chegou a exercer grande influência na evolução da arrecadação do ICMS no estado, devido à sua inexpressiva participação média, de 2,9% – a participação desse item no total do ICMS, que em 2007 não passava de 1,8%, evoluiu para 4,1% em 2008.

Alagoas registrou significativa queda na arrecadação de ICMS no setor primário, porém com inexpressiva influência no total arrecadado, devido à sua inexpressiva participação média, que não passa de 1%. O mesmo ocorreu com o item “outras fontes de receita”, cuja significativa queda na arrecadação de ICMS não chegou a exercer forte influência no total arrecadado, devido a sua modesta participação média de 4,2%.

9 Média das participações de janeiro-outubro de 2007 e janeiro-outubro de 2008.

Tabela 8 – Variação % na Arrecadação de ICMS¹

Setor/Atividade	Sergipe	Rio Grande do Norte	Alagoas	Pernambuco
Setor Primário	24,8	-17,1	-96,3	-13,8
Setor Secundário	10,9	11,4	18,3	5,9
Setor Terciário	14,2	17,9	16,8	3,1
Energia Elétrica	6,0	15,5	33,1	3,7
Petróleo, combustível e lubrificante	30,0	160,6	36,6	7,6
Outros	-31,8	1367,2	-72,8	139,0
Total	13,9	13,4	13,3	12,0

1. Variação calculada a partir dos valores de jan-out/08 e jan-out/07.

Fonte: (BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Em Pernambuco, o item “outras fontes de receita” registrou crescimento bastante expressivo, porém sem chegar a exercer forte influência no crescimento de 12% assinalado pela arrecadação total de ICMS no estado, devido à sua pequena participação média de 9,2% – evoluiu de 5,9% em 2007, para 12,5% em 2008. Cabe ainda observar que todos os outros setores de atividade tiveram crescimento bem abaixo da média regional.

Com relação ao ICMS, cabe ainda destacar que o art. 158, Parágrafo Único, II, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar n. 63/90, define os critérios de distribuição do ICMS com os municípios, a saber: 18,75% do ICMS arrecadado pelo estado devem ser distribuídos com os municípios, considerando-se as transações comerciais locais. Por outro lado, 6,25% do ICMS arrecadado devem ser distribuídos aos municípios de acordo com o que estabelece a lei estadual.

Os estados do Nordeste adotam formas distintas de alocação dos 6,25% aos municípios. Uns já possuem lei aprovada, enquanto em outros a matéria encontra-se em tramitação e estudo, havendo ainda alguns em que nenhuma iniciativa foi tomada nesse sentido.

Em Pernambuco, a Lei n. 11.899, de 21 de dezembro de 2000, criou o ICMS Socioambiental,

que privilegia os municípios possuidores de unidades de conservação, unidades de compostagem ou aterro sanitário controlado. No Ceará, a Lei n. 14.023, de 27 de dezembro de 2007, aprovou o ICMS Ecológico, regulamentado pelo Decreto n. 29.306, de 5 de junho de 2008, destinando 0,5% do ICMS aos municípios em função do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente, formado por indicadores de boa gestão ambiental¹⁰.

Em Alagoas, a Lei n. 7.011, de 29 de dezembro de 2008, direciona 1,25% do ICMS para a área de segurança pública nos municípios.

A Bahia tem uma proposta de anteprojeto de lei do ICMS ecológico.

No Piauí, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa aprovou em maio de 2008 proposta de criação do ICMS ecológico.

No Rio Grande do Norte, encontra-se em tramitação um Anteprojeto de Lei propondo o repasse de 1,25% do ICMS aos municípios que abrigarem uma ou mais unidades de preservação ambiental.

Sergipe prepara-se para debater o tema junto com as lideranças, por demanda da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Na Paraíba, os debates são, ainda, incipientes, enquanto no Maranhão o debate ainda não teve início.

10 O restante do ICMS a ser distribuído em função de lei estadual (5,75%) se faz levando-se em conta os respectivos Índices Municipais de Qualidade Educacional e os de Qualidade da Saúde.

6.2.2 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo do FPE e do FPM¹¹. O Nordeste recebe 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

Em 1989, os secretários estaduais de fazenda e finanças definiram o coeficiente de cada unidade da Federação, conforme estabelecido no anexo da Lei Complementar n. 62, de 28 de dezembro do mesmo ano. Para calcular o valor do FPE cabível a cada estado, multiplica-se o valor do FPE total, que é informado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, pelo respectivo coeficiente.

A lógica empregada na definição dos coeficientes estaduais para distribuição do FPE, estabelecidos pelos secretários estaduais em 1989, não foi inserida nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional. Cabe observar que, no Nordeste, os quatro estados mais populosos e, também, com maiores economias, foram beneficiados com os mais altos coeficientes: Bahia, 9,4%; Ceará, 7,3%; Maranhão, 7,2%; e Pernambuco, 6,9%. Os outros estados receberam coeficientes que variam em torno dos 4%.

Os recursos do FPM são distribuídos com os municípios na proporção dos respectivos números de habitantes estimados pelo IBGE. A partir desse levantamento, o IBGE informa os dados ao Tribunal de Contas da União (TCU), que, após sua análise,

estabelece o coeficiente de cada município, com base no disposto no Decreto-Lei n. 1.881/81.

A distribuição dos recursos do FPE e do FPM com os estados do Nordeste pode ser visualizada nas Tabelas 9 e 10, respectivamente. Bahia, Ceará e Pernambuco detêm as participações mais relevantes do FPM, na proporção dos respectivos números de habitantes. Com relação ao FPE, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco são os quatro estados mais beneficiados, sendo que o Maranhão detém participação superior à de Pernambuco.

Na comparação do período janeiro/novembro de 2008 com o seu correspondente em 2007, observa-se que o FPE e o FPM registraram crescimentos de 22,5% e 23,2%, respectivamente. Existem diferenças na partição desses recursos para os estados. O FPE distribui os recursos por estado de acordo com o disposto no anexo da Lei Complementar n. 62, de 28 de dezembro de 1989. A participação de cada estado é fixa. Assim, entre os dois citados períodos, cada estado experimentou crescimento 22,5% nos recursos oriundos do FPE.

Com relação aos recursos do FPM distribuídos por estado, no período janeiro–novembro de 2008, com relação a janeiro–novembro de 2007, a variação é diferenciada, com significativas diferenças entre alguns estados. Assim, enquanto os valores do FPM para a região Nordeste cresceram 23,2% no citado período, três estados fogem

11 Atualmente as transferências de FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A emenda Constitucional n° 55, de 22 de setembro de 2007, alterou o art. 159 da CF/88, expressando que deve ser repassado ao FPM, mais 1% da arrecadação do IR e IPI, a ser entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano. A partir de março de 2007, 16,66% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.

desse padrão de crescimento: Sergipe, 28,8%; Pernambuco, 27,1%; e Piauí, 14,9%.

Comparando-se janeiro/setembro de 2008 com janeiro/setembro de 2007, as transferências de FPE e FPM cresceram 22,4% e 23%, respectivamente. Na comparação de janeiro/novembro de 2008-2007, FPE e FPM cresceram 22,5% e 23,2%, respectivamente. Isso indica que a arrecadação federal cresceu no mesmo ritmo. O que se nota é que no ano 2008, até novembro, sob o enfoque da arrecadação de tributos federais, a crise financeira internacional não produziu impactos significativos na atividade econômica em geral, limitando-se seus efeitos a algumas atividades específicas.

A ação do Governo Federal para melhorar a qualidade da matriz de arrecadação constitui importante instrumento para contrapor à queda na atividade econômica decorrente da crise financeira internacional, como também a economia real ainda não deve ter sofrido todos os impactos negativos esperados naquele período.

As transferências são recursos importantes para os estados mais pobres. A relevância desses recursos pode ser vista se compararmos o FPE e o FPM com os recursos arrecadados via ICMS. Em 2007, FPE e FPM representavam 103,8% do ICMS arrecadado no Nordeste. Já no período janeiro/outubro de 2008, a proporção foi de 101,22%.

Tabela 9 – Fundo de Participação dos Estados - Nordeste - FPE (R\$ mil)

UF	Jan-Nov de 2007	Jan-Nov de 2008	% Nordeste
Alagoas	1.176.834	1.441.794	7,9
Bahia	2.658.053	3.256.505	17,9
Ceará	2.075.506	2.542.799	14,0
Maranhão	2.041.927	2.501.661	13,8
Paraíba	1.354.712	1.659.722	9,1
Pernambuco	1.951.969	2.391.449	13,2
Piauí	1.222.463	1.497.697	8,2
Rio Grande do Norte	1.181.869	1.447.963	8,0
Sergipe	1.175.476	1.440.131	7,9
Nordeste	14.838.810	18.179.720	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 10 – Fundo de Participação dos Municípios - Nordeste - FPM - (R\$ mil)

UF	jan-nov/2007	jan-nov/2008	% Nordeste 2007	% Nordeste 2008	var. %
Alagoas	705.416	862.407	6,7	6,7	22,3
Bahia	2.669.756	3.298.472	25,5	25,5	23,5
Ceará	1.548.619	1.894.135	14,8	14,7	22,3
Maranhão	1.235.042	1.513.897	11,8	11,7	22,6
Paraíba	957.328	1.171.454	9,1	9,1	22,4
Pernambuco	1.431.407	1.819.729	13,6	14,1	27,1
Piauí	785.520	902.595	7,5	7,0	14,9
Rio Grande do Norte	735.055	914.992	7,0	7,1	24,5
Sergipe	419.838	540.849	4,0	4,2	28,8
Nordeste	10.487.980	12.918.530	100,0	100,0	23,2

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

6.2.3 - Transferências Voluntárias

O Nordeste recebeu 33,6% das Transferências Voluntárias da União¹², no período janeiro/setembro de 2008. Numa comparação com as transferências voluntárias ocorridas no primeiro semestre de 2008, observa-se que os estados passaram a deter participação maior que a dos municípios¹³, consoante visualizado na Tabela 11.

O Sudeste foi a região que mais recebeu transferências voluntárias da União, ficando o Nordeste na segunda posição. A diferença de participação a favor da região Sudeste não se dá pelas transferências aos municípios, já que nesse particular

o Nordeste é maior (Sudeste – 34,3% e Nordeste – 36,9%). Os estados do Sudeste receberam 34,1% das transferências voluntárias da União, enquanto os estados do Nordeste ficaram com 28,9%.

Verificando-se as transferências voluntárias da União para os estados do Nordeste, mostra-se bastante expressiva a dispersão das taxas de crescimento, no período janeiro/novembro de 2008 em comparação com janeiro/novembro de 2007. A taxa de crescimento dessas transferências para o Rio Grande do Norte é de 19,9%, enquanto a de Pernambuco é de 148,2%¹⁴. As maiores taxas de crescimento,

Tabela 11 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União – janeiro-novembro/08 (valores em R\$ mil)

Região	Estados e Distrito Federal	% do Total	Municípios	% do Total	Total das Transferências	% do Total
Centro-Oeste	384.776	12,5	329.654	7,5	714.430	9,5
Nordeste	892.498	28,9	1.628.993	36,9	2.521.491	33,6
Norte	467.965	15,2	386.210	8,8	854.175	11,4
Sudeste	1.053.698	34,1	1.514.699	34,3	2.568.397	34,3
Sul	286.842	9,3	552.519	12,5	839.361	11,2
Total	3.085.779	100,0	4.412.075	100,0	7.497.854	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 12 – Distribuição das Transferências Voluntárias (TV) da União para o Nordeste (valores em R\$ mil)

Discriminação	TV da União aos Estados			TV da União aos Municípios		
	jan-nov de 2007	jan-nov de 2008	var.%	jan-nov de 2007	jan-nov de 2008	var.%
Alagoas	29.990	50.926	69,8	62.985	99.259	57,6
Bahia	82.348	177.231	115,2	273.396	379.209	38,7
Ceará	50.166	82.084	63,6	184.050	297.256	61,5
Maranhão	29.605	62.371	110,7	149.335	196.620	31,7
Paraíba	102.297	160.635	57,0	85.546	130.786	52,9
Pernambuco	81.595	202.535	148,2	174.398	253.277	45,2
Pauí	53.167	75.272	41,6	73.750	98.437	33,5
Rio Grande do Norte	34.604	41.506	19,9	78.652	110.366	40,3
Sergipe	21.496	39.937	85,8	46.396	63.783	37,5

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

12 28,9% das transferências voluntárias da União para os estados e 36,9% das transferências da União para os municípios.

13 As transferências voluntárias para os estados do Nordeste, no 1º semestre de 2008, foram de 19,1% do total. As transferências para os municípios, também no 1º semestre de 2008, foram de 39,1% do total.

14 A variação média de crescimento das transferências voluntárias para os estados do Nordeste, no período em referência, é de 79,1%, com desvio-padrão de 40,1% e coeficiente de variação de 50,7%.

além de Pernambuco, são as do Maranhão (110,7%) e da Bahia (115,2%), ambas acima de 100%. Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe tiveram crescimento acima de 50%. Apenas Piauí e Rio Grande do Norte tiveram crescimento abaixo de 50%. O Rio Grande do Norte é o ponto destoante, em termos de taxa de crescimento, com apenas 19,9%.

O crescimento das transferências voluntárias da União para os municípios do Nordeste é mais uniforme, no período janeiro/novembro de 2008 em comparação com janeiro/novembro de 2007. As taxas variam de 31,7%, no Maranhão, a 61,5%, no Ceará¹⁵.

Das transferências da União aos estados do Nordeste, 67% são oriundas de quatro ministérios: Educação (34,4%); Transportes (17,3%); Cidades (8,2%); e Previdência Social (7,1%).

Do total das transferências do Ministério da Educação, 29% são repassados para os estados do Nordeste. Desse repasse, 65,7% beneficiaram quatro estados: Bahia, 25%; Ceará, 10,1%; Pernambuco, 17,9%; e Piauí, 12,7%.

As transferências do Ministério dos Transportes, que é o segundo maior em volume absoluto

de transferências para os estados, foram insignificantes para os estados do Nordeste, com apenas 7,5 % do total. Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte foram os únicos estados a receber recursos do MT. Acre e São Paulo concentraram 71,5% das transferências desse ministério.

As transferências do Ministério das Cidades são mais equitativas, com 30,6% alocados nos estados do Nordeste.

Das transferências voluntárias do Ministério da Previdência Social, 23,4% foram para a região Nordeste. Enquanto isso, 54,8% concentraram-se em apenas quatro unidades da Federação: Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro.

As transferências voluntárias da União para os municípios do Nordeste concentram-se em quatro ministérios: Educação (46,2%); Desenvolvimento Social e Combate à Fome (26%); Cidades (11,9%); e Previdência Social (5,3%), totalizando 89,4% das transferências. Os municípios de quatro estados absorveram 69,1% do total das transferências voluntárias para os municípios do Nordeste: Bahia (23,3%); Ceará (18,2%); Maranhão (12,1%); e Pernambuco (15,5%).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2009.

_____. **Dívida líquida e bruta do governo geral – DLSP**: metodologia vigente a partir de 2008. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?DIVIDADLSP08>>. Acesso em: 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 30 dez. 2008.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 29 dez. 2008a.

15 A variação média de crescimento das transferências para os municípios do Nordeste, no período em referência, é de 44,3%, com desvio-padrão de 10,7% e coeficiente de variação de 24,2%.

_____. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 30 dez. 2008b.

TESOURO NACIONAL. Relatório mensal de dívida pública federal, jan. 2008.

Boletim do Banco Central, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 6 jan. 2009a.

_____. **Relatório mensal da dívida pública federal**, nov. 2008. Disponível em: <[\[www.tesouro.fazenda.gov.br\]\(http://www.tesouro.fazenda.gov.br\)>. Acesso em: 5 jan. 2009b.](http://</p></div><div data-bbox=)

_____. **Resultado do tesouro nacional**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 5 jan. 2009c.

_____. **Transferências constitucionais e voluntárias**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 30 dez. 2008.

7 - Intermediação Financeira

No último trimestre de 2008, o cenário foi marcado pela continuidade da crise financeira internacional, que já contaminou o lado real da economia em alguns países centrais, com quedas na produção, na renda, no emprego e deflação.

Para combater os efeitos da crise e a recessão econômica que começaram a surgir, especialmente nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, foram elaborados planos governamentais bilionários para socorrer bancos, montadoras de veículos e companhias de seguros e de crédito, além de programas de investimentos em obras de infraestrutura, amparados pela formação de fundos financiados com recursos públicos, como política governamental anticíclica, de inspiração tipicamente keynesiana.

Além disso, para minimizar os efeitos perversos da crise financeira e seus desdobramentos, os países centrais também passaram a praticar intervenções no âmbito monetário, ao adotar a política ZIRP (Zero Interest Rate Policy). Essa política de taxas de juros nulas, ou um pouco acima de zero, tem como objetivo explícito restabelecer os níveis de consumo e investimento e melhorar as expectativas dos agentes econômicos.

No Brasil, a rapidez e a profundidade dos efeitos da crise financeira internacional foram surpreendentes. As dificuldades do mercado de crédito, especialmente devido à redução das linhas externas de financiamento e a diminuição da liquidez, provocaram também restrições no lado real da economia. No intervalo de setembro a novembro houve uma inflexão no comportamento dos

principais indicadores econômicos, com quedas ou desacelerações em seus ritmos de crescimento, sugerindo que o desempenho da economia brasileira, no quarto trimestre, pode ser negativo.

Para fazer face a esse quadro adverso, minimizando os efeitos negativos da crise financeira internacional, o Governo Federal adotou um conjunto de medidas destinadas a aumentar a liquidez da economia e restabelecer o funcionamento do mercado de crédito. Os principais instrumentos dessa intervenção foram a redução dos depósitos compulsórios bancários, o aumento do redesconto e a ampliação das operações dos bancos públicos. Em tempos de incerteza, esses bancos geralmente expandem sua captação de depósitos e são também acionados para ampliar suas operações ativas, para compensar a retração dos bancos privados, que se tornaram mais cautelosos e seletivos nas suas operações. Dessa forma, a atuação dos bancos públicos visa também combater o “empoçamento” da liquidez que vem sendo observado, garantindo, assim, a recomposição dos canais de crédito.

Ademais, no setor bancário registrou-se uma visível tendência de concentração da atividade, decorrente de fusões e incorporações. A propósito, a fusão dos bancos Itaú e Unibanco transformou o conglomerado daí resultante na maior instituição financeira do Hemisfério Sul, sob critério do tamanho dos ativos. De outra parte, por meio da Medida Provisória n. 443, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal foram autorizados a adquirir instituições financeiras públicas e privadas

em dificuldade, como forma de conter esse arranjo agressivo dos grandes bancos privados via concorrência dos bancos públicos. Nesse particular, pode-se destacar a compra, pelo Banco do Brasil, da Nossa Caixa (banco estadual de São Paulo) e da metade do Banco Votorantim (sétimo maior banco do país e com uma forte presença na área de financiamento de veículos). Pelo mesmo instrumento, a Caixa Econômica Federal foi autorizada a criar um banco de investimento e a adquirir empresas, financeiras ou não, em especial do setor de construção civil. Foram também criadas nos bancos públicos linhas especiais de crédito para a agricultura, construção e setor automobilístico.

Para finalizar, vale fazer algumas reflexões. A curto prazo, é vantajoso poder contar com a pre-

sença dos bancos públicos, que foram saneados nos anos noventa. Mas, olhando para o futuro, é importante controlar a provável deterioração dos ativos desses bancos, como consequência da substituição do crédito de origem privada pelo de origem pública. Na prática, significa a adoção de uma política fiscal expansionista, travestida de política monetária compensatória. Mas, realisticamente, e levando-se em conta a experiência histórica, é difícil fugir desses resultados, antecipando-se um novo ciclo de deterioração tanto do balanço do Estado, quanto dos critérios de alocação de crédito. Embora a política monetária pouco possa fazer contra essa tendência, o papel regulador do Banco Central (Bacen) constitui valioso instrumento para amenizar os efeitos de longo prazo dessas ações emergenciais (PINHEIRO, 2008).

7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

A passagem de setembro para outubro de 2008 revelou uma queda real de 1,6% no saldo dos depósitos totais do sistema bancário nacional, refletindo assim os primeiros efeitos da crise financeira internacional. Vale destacar que esse resultado deveu-se exclusivamente ao comportamento dos bancos privados, que sofreram uma queda real de 3,7% no saldo de seus depósitos. Esses bancos respondem por mais de dois terços do total nacional. Os bancos públicos, ao contrário, apresentaram uma expansão real de 3,2% no saldo de seus depósitos, sem, no entanto, conseguir reverter a queda verificada em âmbito nacional, uma vez que são responsáveis por apenas um terço do total da referida variável.

Entretanto, uma abordagem anualizada, ainda não contaminada pelos efeitos da crise, revela números positivos. Com efeito, no final de ou-

tubro, o saldo dos depósitos totais do sistema bancário nacional atingiu R\$ 1.863,3 bilhões, avanço real de 10,9% sobre a posição registrada em outubro de 2007. Em períodos recentes, essa variável vem crescendo a um ritmo superior ao da expansão da economia. Assim, a relação saldo dos depósitos/PIB, que em outubro de 2007 era de 56,6%, passou para 63,1% em outubro de 2008, aumentando seis e meio pontos percentuais entre as duas posições consideradas.

No período analisado, o maior aumento real no saldo dos depósitos foi obtido pelo Banco do Brasil (15,4%), vindo em seguida os bancos privados (11,4%), os bancos estaduais (6,7%) e a Caixa Econômica Federal (5,1%). Os bancos federais, exceto Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, apresentaram uma queda real de 28,7% no saldo de seus depósitos.

Tabela 1 – BRASIL – Saldo Total de Depósitos por Instituição Financeira / Categoria – Outubro de 2007 e outubro de 2008

Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira / Categoria	Outubro 2007	Outubro 2008	Variação Real % ⁽¹⁾	Participação Out/08, em %	Dep./PIB ⁽²⁾ Out/07, em %	Dep./PIB ⁽²⁾ Out/08, em %
Banco do Brasil	235.340	307.346	15,4	16,5	9,0	10,4
Caixa Econômica Federal	177.121	210.648	5,1	11,3	6,8	7,1
Bancos Federais, exceto BB e CEF	7.801	6.295	-28,7	0,3	0,3	0,2
Bancos Privados	999.802	1.260.479	11,4	67,6	38,1	42,7
Bancos Estaduais	65.043	78.550	6,7	4,2	2,5	2,7
Total	1.485.107	1.863.318	10,9	100,0	56,6	63,1
Bancos Públicos	485.305	602.839	9,8	32,4	18,5	20,4
Bancos Privados ⁽³⁾	999.802	1.260.479	11,4	67,6	38,1	42,7

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a, 2008b).

⁽¹⁾ Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

⁽²⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

⁽³⁾ Nacionais e Estrangeiros

De outra parte, a transição de setembro para outubro do ano passado foi marcada por um arrefecimento na taxa de expansão real das operações de crédito, que ficou em 1,7%, começando também a sofrer os efeitos da crise financeira internacional. Esse modesto resultado foi determinado pelo aumento de apenas 0,9% no saldo dos empréstimos dos bancos privados, que respondem por mais de dois terços do total nacional. O saldo das operações de crédito dos bancos públicos, no entanto, registrou um aumento real de 3,5%. Mas, como respondem por menos de um terço dos empréstimos totais, os bancos públicos tiveram um impacto amortecido sobre a taxa global de 1,7%.

Entretanto, uma análise de doze meses, ainda com poucos reflexos da crise financeira internacional, revela resultados mais favoráveis para o comportamento dos empréstimos realizados pelo sistema bancário nacional. Com efeito, tomando-se o período de outubro/2007 a outubro/2008, o saldo das operações de crédito apresentou um crescimento real de 19%, atingindo R\$ 1.186,6 bilhões na última posição referida.

A participação do saldo das operações de crédito em relação ao PIB, que era de 33,6%, em outubro de 2007, passou para 40,2%, em outubro

do ano passado. Esse resultado proporciona duas leituras. A primeira, é que a intermediação financeira está crescendo a um ritmo bem mais acelerado do que a economia brasileira. A segunda, é a demonstração de que, diante da crise financeira internacional, a posição brasileira revela-se um pouco mais confortável do que a de muitos países centrais, onde o volume dos empréstimos do sistema bancário, devido ao seu elevado grau de alavancagem, é superior ao PIB.

Por outro lado, vale informar que a quase totalidade dos créditos concedidos pelo sistema bancário nacional é direcionada para o setor privado, que no final de outubro havia absorvido 98,2% do total dos empréstimos, cabendo ao setor público a inexpressiva parcela de 1,8%. Adicionalmente, os empréstimos às atividades privadas experimentaram um acréscimo real de 19,3%, enquanto as operações de crédito destinadas ao setor público aumentaram apenas 4,8%.

No âmbito dos empréstimos concedidos ao setor privado, cabe o registro de uma mudança estrutural importante. No período jul/06 a jul/08, os empréstimos concedidos às pessoas físicas, aqui excluídas as operações realizadas com

Tabela 2 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Saldo para os Setores Público e Privado – Outubro de 2007 e 2008

R\$ Milhões Correntes

Destino do Crédito ²	Outubro 2007	Outubro 2008	Variação Real % (¹)	Participação Out/08, %	Ope/PIB (²) Out/07, %	Ope/PIB (²) Out/08, %
Setor Público (a)	18.297	21.691	4,8	1,8	0,7	0,7
Gov. Federal	3.668	4.937	19,0	0,4	0,1	0,2
Gov. Estad. e Municipais	14.629	16.754	1,2	1,4	0,6	0,6
Setor Privado (b)	863.334	1.164.920	19,3	98,2	32,9	39,5
Indústria	197.420	279.858	25,3	23,6	7,5	9,5
Habitação	43.499	59.799	21,5	5,0	1,7	2,0
Rural	86.496	104.194	6,5	8,8	3,3	3,5
Comércio	91.215	123.049	19,2	10,4	3,5	4,2
Pessoas Físicas	302.316	387.446	13,3	32,7	11,5	13,1
Outros Serviços	142.388	210.574	30,7	17,7	5,4	7,1
Total Geral (a + b)	881.631	1.186.611	19,0	100,0	33,6	40,2

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b).

(¹) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(²) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE,

os setores rural e habitacional, representaram a principal fonte de crescimento dos empréstimos concedidos ao setor privado. A partir de agosto, contudo, tem início uma mudança nesse perfil, o qual fica mais nítido em outubro. Assim, decompondo-se o crescimento das operações de crédito do setor privado, os empréstimos concedidos à indústria passam a representar a principal fonte de expansão, vindo em segundo lugar os créditos concedidos a outros serviços, e na terceira posição os empréstimos direcionados para pessoas físicas.

A análise das operações por fonte de recursos revela que o saldo dos empréstimos concedidos com recursos livres alcançou R\$ 850,3 bilhões, em outubro de 2008, 71,7% do total, com aumento real de 21,4% sobre os números de outubro de 2007. As operações de crédito realizadas com recursos direcionados (formados por recursos compulsórios ou governamentais) atingiram R\$ 336,3 bilhões (28,3% do total), com crescimento real de 13,3%. Nesse último grupo, destacam-se as operações financiadas via BNDES, que foram responsáveis por 58% dos empréstimos concedidos com recursos governamentais.

Na estrutura das operações de crédito realizadas com recursos livres, observa-se uma queda na participação dos empréstimos concedidos a pessoas físicas (caiu de 49,3% em outubro de 2007, para 46,1% em outubro de 2008) e um leve aumento no peso dos empréstimos tomados por pessoas jurídicas (de 50,7%, para 53,9%, nos citados meses). Esse resultado sugere que o fluxo do crédito está sendo redirecionado do consumo para a produção.

Convém mencionar, no entanto, que os efeitos negativos da crise financeira internacional ainda não haviam contaminado a qualidade do crédito concedido até o final de outubro do ano passado. A inadimplência, definida por operações vencidas há mais de 90 dias, que em outubro de 2007 representava 3,3% do saldo das operações de crédito, diminuiu para 2,9% em outubro de 2008. As operações de risco 1 (atraso de 61 a 180 dias), também registraram pequeno declínio, passando de 5,4%, para 4,7%. O mesmo aconteceu com as operações de risco 2, assim classificadas aquelas com atraso de pagamento superior a 180 dias, que caíram de 3%, para 2,9%.

Tabela 3 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Saldo com Recursos Livres e Direcionados ⁽¹⁾ – Outubro de 2007 e 2008

Em R\$ Milhões

Fonte de Recursos	Outubro 2007	Outubro 2008	Variação Real, % ⁽²⁾	Participação Out/08, %
Livres	619.401	850.348	21,4	71,7
Direcionados	262.229	336.263	13,3	28,3
Total	881.631	1.186.611	19,0	100,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Refere-se a operações de crédito com recursos compulsórios ou governamentais.

⁽²⁾ Foi utilizado do IGP-DI como deflator.

A análise da qualidade do crédito concedido apresenta uma pequena diferenciação, quando vista pela ótica da origem do capital da instituição financeira. Assim, o sistema bancário público tem registrado um nível de risco e de provisões ligeiramente superior aos níveis observados pelo sistema bancário privado nacional e pelo sistema bancário estrangeiro, como pode ser visto na Tabela 4. Entretanto, esse resultado era de se esperar, levando-se em conta a ação diferenciada exercida pelos bancos públicos, que, além de atuarem em regiões mais desenvolvidas e com atividades mais rentáveis, também atuam junto a áreas mais carentes e atividades de menor rentabilidade e maior risco, que muitas vezes não interessam aos bancos privados. Ademais, como os bancos públicos estão sendo orientados pelo Governo Federal para aumentar suas operações, dentro de uma política anticíclica, é de se esperar um aumento de sua exposição aos riscos e alguma deterioração na qualidade dos créditos concedidos.

Vale mencionar, por outro lado, o custo médio das operações de crédito referenciais para a taxa de juros (recursos livres identificados pela Circular n. 2.957, de 30.12.1999, do Bacen). Elevou-se de 33,8% a.a., no final de outubro de 2007, para 42,9% a.a., em outubro passado, refletindo o avanço da taxa básica de juros por parte do Bacen. Esse aumento no custo médio das operações de crédito foi maior para as pessoas físicas (de

43,9% a.a. para 54,8% a.a.) do que para as pessoas jurídicas (de 22,9% a.a. para 31,6% a.a.).

Embora tenha-se observado um aumento do custo médio das operações de crédito referenciais para a taxa de juros, o prazo médio dos financiamentos concedidos foi também ampliado, compensando, assim, um pouco essa situação para o tomador final. Dessa forma, o prazo médio, que em outubro de 2007 era de 342 dias corridos, passou para 374 dias, em outubro de 2008, de acordo com o Bacen. Nesse último mês, o prazo médio para as pessoas jurídicas era de 297 dias, enquanto que para pessoas físicas era de 482 dias.

De acordo com informações veiculadas pelo Banco Central, o saldo das operações de crédito referenciais para taxa de juros concedida para as pessoas jurídicas alcançou R\$ 379,1 bilhões, no final de outubro de 2008, aumento real de 29,2% sobre igual posição de 2007. Desse total, a maior parcela destinou-se ao financiamento de capital de giro (41,6%), vindo na sequência a conta garantida (13,2%), outros créditos (10,1%) e ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (10%).

De outra parte, para as pessoas físicas, o saldo das operações de crédito referenciais para taxa de juros chegou a R\$ 273,4 bilhões, com incremento real de apenas 3% na comparação das duas posições consideradas. O crédito pessoal (incluindo as operações consignadas em folha de pagamento e excluindo as cooperativas) continua como carro-chefe, respondendo por 46% dos empréstimos

Tabela 4 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro Total, Público, Privado Nacional e Estrangeiro – Qualidade do Crédito e Provisões, como Percentagem das Operações de Crédito – 2007 e 2008

Meses/Discriminação	Risco Normal (a)	Risco 1 (b)	Risco 2 (c)	Inadimplência (d)	Provisões (e)
1) Sistema Financeiro Total:					
2007 Jan	90,8	5,7	3,5	3,8	6,3
Mar	90,9	5,7	3,4	3,6	6,2
Jul	91,3	5,6	3,1	3,6	6,0
Out	91,6	5,4	3,0	3,3	5,7
Dez	92,0	5,1	2,9	3,2	5,5
2008 Jan	91,8	5,2	3,0	3,2	5,6
Mar	92,0	5,1	2,9	3,0	5,4
Jul	92,2	5,0	2,8	2,9	5,2
Out	92,4	4,7	2,9	2,9	5,2
2008 Outubro:					
2) Sist. Fin. Público	91,5	5,4	3,2	2,0	5,3
3) Sist. Fin. Privado Nacional	93,2	4,3	2,5	3,4	5,2
4) Sist. Fin. Estrangeiro	92,5	4,4	3,1	3,3	4,9

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Segundo o BACEN, a qualidade do crédito obedece à seguinte classificação:

- (a) Operações classificadas nos níveis de risco AA a C (operações em dia e com atraso de pagamento até 60 dias);
- (b) Operações classificadas nos níveis de risco D a G (atraso de pagamento de 61 a 180 dias);
- (c) Operações classificadas no nível de risco H (atraso de pagamento superior a 180 dias);
- (d) Total de crédito vencido há mais de 90 dias;
- (e) Provisões são exigidas a partir do nível de risco A.

concedidos a pessoas físicas, seguindo-se a aquisição de bens (especialmente veículos), com 34,1%, e o cartão de crédito, com 7,8%.

Esses resultados revelam, mais uma vez, uma migração do crédito destinado ao consumo para o financiamento da produção.

7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito

Em âmbito regional, os efeitos da crise financeira internacional também transbordaram sobre o lado real da economia. A transição de setembro para novembro explicitou variações negativas ou reduções do ritmo de crescimento dos principais indicadores econômicos. Entretanto, a análise dos resultados sugere que o impacto inicial desses

acontecimentos restritivos tem sido menor sobre a economia nordestina¹ do que sobre a economia brasileira, como foi o caso das quedas na produção industrial e nas exportações e do menor crescimento do comércio varejista ampliado.

Algumas pistas podem ser levantadas para tentar explicar esse resultado. A primeira é que,

1 De setembro para novembro de 2008, a variação negativa na produção industrial foi de 7,9% para o Brasil e de 4,2% para o Nordeste, segundo o IBGE. No mesmo período, no Nordeste as exportações caíram 10,9%, enquanto o país a redução foi de 26,3%, de acordo com o MDIC. No Brasil, o volume de vendas do comércio varejista ampliado, que em setembro havia crescido 15,9%, aumentou apenas 3,7% em outubro, enquanto no Nordeste esse freio foi menor, passando de 15,6% para 5,3%, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE.

no Nordeste, cerca de dois terços da intermediação financeira se dá por meio dos bancos públicos, que dispõem de fontes de recursos mais estáveis. Em âmbito nacional, um terço da movimentação financeira é realizada pelos bancos privados, que em certa medida são mais dependentes de fontes externas de financiamento, especialmente para atender às operações de comércio exterior. A segunda pista é dada pelo grau de abertura comercial da economia², que no caso do Nordeste é bem menor do que no país, o que torna a economia regional menos dependente das oscilações do comércio internacional.

De acordo com informações divulgadas pelo Bacen, o saldo dos depósitos bancários no Nordeste havia alcançado R\$ 89,1 bilhões no final de outubro, um aumento real de 12,5% sobre a mesma posição em 2007, ligeiramente acima do resultado obtido em âmbito nacional (10,9%).

A participação do saldo dos depósitos no PIB do Nordeste tem sido crescente nos últimos períodos. Segundo estimativa do BNB/ETENE, essa relação passou de 21,3%, em dezembro de 2007, para 25%, em outubro de 2008. Nada obstante, esse índice regional ficou muito abaixo do coeficiente nacional, de 63,1%.

A análise do desempenho dos depósitos bancários no Nordeste, segundo a origem do capital, revela que os bancos públicos apresentaram, no período considerado, crescimento real de 15,9%, enquanto que o saldo dos depósitos dos bancos privados aumentou apenas 6%. No Nordeste, os bancos públicos respondiam por 66,9% do saldo dos depósitos totais, ficando a parcela restante (33,1%) com os bancos privados.

Dentre os bancos públicos, o maior crescimento real do saldo dos depósitos foi alcançado pelo Banco do Nordeste (19,6%), vindo na sequência

o Banco do Brasil (19,4%), os bancos estaduais (17,6%) e a Caixa Econômica Federal (11%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste, no final de outubro, chegou a R\$ 62,6 bilhões, aumento real de 13,4% em relação à mesma posição em 2007, ligeiramente abaixo do índice nacional (15,6%). Convém assinalar que o avanço das operações de crédito no Nordeste deveu-se, de forma preponderante, à atuação dos bancos públicos, que registraram aumento real de 18,9% no saldo de suas aplicações, sendo de apenas 4,9% o incremento do saldo dos empréstimos concedidos pelos bancos privados. No Brasil, o crescimento real do saldo das operações de crédito foi também liderado pelos bancos públicos (27,8%), com índice quase duas vezes superior ao incremento apresentado pelos bancos particulares (10,6%).

Esses resultados mostram os efeitos da opção de política econômica do Governo Federal, ao eleger o aumento das operações de crédito dos bancos públicos como política anticíclica, para minimizar o estreitamento do mercado de crédito, provocado pela crise financeira internacional. Essa intervenção teve por objetivo compensar o “empocamento” da liquidez observado nos bancos privados, que, diante de um quadro de incertezas, ficaram mais cautelosos e seletivos na concessão de crédito.

No Nordeste, a participação do saldo das operações de crédito em relação ao PIB, em outubro de 2008, era de 17,6%, segundo estimativa do BNB/ETENE, enquanto o Brasil registrava índice bastante superior, atingindo 40,2%, de acordo com informações do Bacen. Esse resultado revela o quanto a intermediação financeira pode crescer dentro da economia regional, especialmente via aumento da atuação dos bancos privados, que

2 Fornecido pela relação $(X + M) / (PIB + M)$, onde X representa as exportações e M corresponde às importações. Em 2007, o quociente era de 13,7% para o Nordeste e de 20% para o Brasil.

detêm cerca de um terço das operações de crédito, sendo os bancos públicos predominantes, com dois terços dos empréstimos concedidos. A título de comparação, a situação no Brasil está invertida, com os bancos privados respondendo por algo em torno de dois terços das operações de crédito, ficando o terço restante com os bancos públicos.

No final de outubro de 2008, mais da metade do saldo dos empréstimos concedidos no Nordeste era representada por operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados). As operações de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais e imobiliários) absorveram 34,5% do total, ficando a parcela restante (13,5%) com outros créditos (financiamento de títulos e valores mobiliários, financiamentos em infraestrutura e desenvolvimento e provisões para operações de crédito). Em âmbito nacional, na mesma posição, a estrutura das operações de crédito era um pouco diferente da regional. O peso das operações de curto prazo era de 37,2%, as operações de longo prazo absorveram 31,5% e a contribuição de outros créditos era de 31,3%.

Em âmbito regional, o maior crescimento real das operações de crédito, na comparação de outubro de 2008 com outubro de 2007, foi exibido pelos financiamentos agroindustriais (93,2%), vindo na sequência os aumentos verificados para outros créditos (47,2%), financiamentos imobiliários (28,2%) e empréstimos e títulos descontados (15,2%). Os financiamentos de longo prazo concedidos à indústria e ao setor terciário, no entanto, apresentaram um declínio real de 14,9%.

Finalizando os comentários deste tópico, vale uma reflexão. Diante do agravamento da crise financeira internacional, o que antes poderia ser apontado como uma limitação para o Nordeste (pequena participação da intermediação financeira na economia e predomínio dos bancos públicos), pode agora ser entendida como uma vantagem relativa e provisória. Por outras palavras, o conjunto de bancos públicos, além de ser eleito pelo Governo Federal como vetor de política anticíclica, possui, em tese, fontes de recursos mais estáveis para lastrear suas operações do que os bancos privados, na quadra atual.

Tabela 5 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira – Outubro de 2007 e 2008

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bancos.Federais, exceto BB e CEF		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total (c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Outubro de 2007	23.196	17.992	2.576	2.989	1.318	45.494	24.557	70.051
Outubro de 2008	31.340	22.601	3.484	3.970	1.753	59.664	29.454	89.118
Variação real, em % (a)	19,4	11,0	19,6	17,4	17,6	15,9	6,0	12,5
Participação out/08,em %	35,2	25,4	3,9	4,5	2,0	66,9	33,1	100,0
Operações de Crédito								
Outubro de 2007	15.618	8.700	3.182	4.676	585	29.579	19.225	48.804
Outubro de 2008	20.791	12.404	3.962	5.732	861	39.787	22.815	62.602
Variação real % (a)	17,7	26,0	10,1	8,4	30,1	18,9	4,9	13,4
Participação out/08,em %	33,2	19,8	6,3	9,2	1,4	63,6	36,4	100,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b, 2008c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

Tabela 6 – NORDESTE – Discriminação das Principais Operações de Crédito – Outubro de 2007 e 2008

Saldos em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Outubro 2007	Outubro 2008	Variação	Participação
			Real, em % (*)	Out/08, em % ²
Operações de Crédito	48.804	62.602	13,4	100,0
Empréstimos e Títulos Descontados	24.947	32.521	15,2	51,9
Financiamentos	8.505	8.185	-14,9	13,1
Financiamentos Rurais	5.271	6.074	1,9	9,7
Financiamentos Agroindustriais	151	330	93,2	0,5
Financiamentos Imobiliários	4.852	7.036	28,2	11,2
Outros Créditos	5.078	8.456	47,2	13,5

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b, 2008c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Por outro lado, como o sistema bancário é um dos segmentos mais duramente atingidos, uma menor participação dessa atividade no PIB, como

é o caso do Nordeste, pode deixar a economia da região menos vulnerável às restrições impostas a esse setor.

7.3 - BNB - Depósitos e Operações de Crédito

No final de outubro de 2008, o saldo dos depósitos do Banco do Nordeste captados na região alcançou R\$ 3,5 bilhões, assinalando um incremento real de 19,6% sobre a outubro de 2007, um pouco acima do aumento registrado em âmbito regional (12,5%). A participação do BNB no saldo total dos depósitos da região ainda é muito pequena (3,9%), embora venha crescendo em períodos recentes. As maiores parcelas do saldo dos depósitos cabem ao Banco do Brasil (35,2%), aos bancos privados (33,1%) e à Caixa Econômica Federal (25,4%).

O saldo das operações de crédito realizadas pelo BNB na região, no final de outubro de 2008, atingiu R\$ 4 bilhões, com um crescimento real de 10,1% sobre a posição de outubro de 2007, resultado um pouco inferior ao aumento registrado pelo total dos empréstimos realizados pelo siste-

ma bancário regional (13,4%). Em função desse desempenho, a participação dos empréstimos do BNB, no total regional, caiu de 6,5%, em outubro de 2007, para 6,3%, em outubro de 2008.

Nada obstante, o BNB, como principal instituição de fomento regional, apresenta uma estrutura de ação diferenciada: quase dois terços do saldo das suas operações de crédito são de longo prazo, cabendo às operações de curto prazo uma parcela bem menor (23,8%). Essa composição é diametralmente oposta àquela verificada no sistema bancário nordestino, onde predominam as operações de curto prazo.

Essa característica de atuação no longo prazo torna-se ainda mais nítida quando são acrescentadas às contas do BNB as operações de crédito concedidas com recursos do Fundo Constitucional

de Financiamento do Nordeste (FNE)³. Com essa inclusão, o saldo dos empréstimos (BNB + FNE) atingiu, no final de outubro de 2008, R\$ 25,4 bilhões, dos quais 81% são operações de longo prazo. Vale informar que o FNE participou com 84,4% do referido valor, representando a principal fonte de recursos de longo prazo com que conta o BNB para financiar o desenvolvimento regional.

Por sua vez, as operações de crédito financiadas com recursos do BNB e do FNE foram responsáveis por 30,2% de todo o crédito concedido no Nordeste, no período de janeiro a outubro de

2008. De forma mais específica, referido conjunto contribuiu com 70,4% dos financiamentos concedidos à agroindústria, respondendo, ainda, por 74,7% de todos os financiamentos rurais realizados pelo sistema bancário regional.

Com efeito, no período de janeiro a novembro, foram contratadas pelo BNB 292,4 mil operações com recursos do FNE, representando um aporte líquido de novos recursos para a economia nordestina no montante de R\$ 7 bilhões (a preços de novembro), o que corresponde a um aumento real de 77,4% sobre igual período de 2007. Para 2009,

Tabela 7 – NORDESTE – Discriminação das Principais Operações de Crédito – Saldos em Outubro de 2007 e 2008

R\$ Milhões Correntes

Discriminação	BNB(*) (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %	
						a/d	c/e
Outubro de 2007							
Total das Operações de Crédito	3.182	18.251	21.433	48.804	67.055	6,5	32,0
Empréstimos e Títulos Descontados	574	796	1.370	24.947	25.743	2,3	5,3
Financiamentos	975	3.684	4.659	8.505	12.189	11,5	38,2
Financiamentos Rurais	1.356	11.600	12.956	5.271	16.871	25,7	76,8
Financiamentos Agroindustriais	21	485	506	151	636	13,9	79,6
Outros Créditos	256	1.686	1.942	9.930	11.616	2,6	16,7
Outubro de 2008							
Total das Operações de Crédito	3.962	21.400	25.362	62.602	84.002	6,3	30,2
Empréstimos e Títulos Descontados	943	1.243	2.186	32.521	33.764	2,9	6,5
Financiamentos	1.204	4.646	5.850	8.185	12.831	14,7	45,6
Financiamentos Rurais	1.345	12.632	13.977	6.074	18.706	22,1	74,7
Financiamentos Agroindustriais	28	689	717	330	1.019	8,5	70,4
Outros Créditos	442	2.190	2.632	15.492	17.682	2,9	14,9
Variação Real (**) em %, Out-08/Out-07							
Total das Operações de Crédito	10,1	3,6	4,6	13,4	10,7	...	...
Empréstimos e Títulos Descontados	45,2	38,0	41,0	15,2	15,9	...	...
Financiamentos	9,2	11,5	11,0	-14,9	-7,0	...	...
Financiamentos Rurais	-12,3	-3,7	-4,6	1,9	-2,0	...	...
Financiamentos Agroindustriais	17,9	25,6	25,3	93,2	41,6	...	...
Outros Créditos	52,6	14,8	19,8	37,9	34,6	...	...

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b, 2008c). Elaboração equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Operações realizadas nos Estados do Maranhão até a Bahia. O total do BNB, incluindo as operações extra regionais, era de R\$ 4.519 milhões, em out/07 e de R\$ 6.351 milhões, em out/08.

(**) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Nota: O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN.

3 O BNB é o gestor oficial do FNE. Entretanto, por determinação legal, o sistema contábil do BNB não inclui as operações do FNE, que possui um sistema contábil independente e também não figura no sistema de acompanhamento do Banco Central/Sisbacen.

o orçamento do FNE prevê aplicação de R\$ 7,5 bilhões, mas já há no BNB, entre propostas em carteira e cartas-consulta, projetos que totalizam R\$ 9,7 bilhões, o que pode gerar um contingenciamento do crédito de longo prazo. Entretanto, o BNB tenta ampliar suas fontes de recursos, por meio de operações conjuntas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de recursos do Fundo da Marinha Mercante e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Cabe ressaltar, ainda, o desempenho do Crediamigo, programa de microcrédito produtivo do BNB, visando ao fortalecimento de pequenos empreen-

dimentos. De janeiro a novembro de 2008, foram liberados 896,7 mil contratos de crédito, significando uma injeção líquida de R\$ 957,6 milhões para a economia nordestina, o que corresponde a um valor médio de R\$ 1.067,91 por contrato liberado. Ademais, o programa apresenta uma das menores taxas de inadimplência, uma vez que apenas 1,1% do valor das operações encontrava-se em atraso (até 90 dias) de pagamento. Em dez anos de atuação direcionada aos pequenos negócios da região, o Crediamigo já atendeu a mais de 940 mil pessoas. Nesse período, foram realizadas cerca de 4,9 milhões de operações.

REFERÊNCIAS

BACHA, Edmar; GOLDFJN, Ilan (Org.). **Como reagir à crise?** políticas econômicas para o Brasil. Rio de Janeiro: IEPE; CdG, 2008. Disponível em: <<http://www.iepecdg.com.br>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 139ª reunião do Copom**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2008a.

_____. **Boletim do Banco Central**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 22 dez. 2008b.

_____. **Sisbacen**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2008c.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações gerenciais do programa crediamigo**, nov. 2008a.

_____. Nordeste: conjuntura mensal. **Boletim Eletrônico**, n. 12, dez. 2008b.

DEMANDA por crédito no BNB já supera previsão. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 9 jan. 2009. Caderno de Negócios, p. 3.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de conjuntura**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22 dez. 2008.

PINHEIRO, Armando Castelar. Bancos públicos: bombeiros na crise ou emprestadores de primeira instância. In: BACHA, Edmar; GOLDFJN, Ilan (Org.). **Como reagir à crise?** políticas econômicas para o Brasil. Rio de Janeiro: IEPE; CdG, 2008. Disponível em: <<http://www.iepecdg.com.br>>. Acesso em: 22.dez.2008.



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica